

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

Maurício Ramos Bartell

**A FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:
UMA ÁREA DE CONHECIMENTO AUTÔNOMA?**

Porto Alegre
2015

Maurício Ramos Bartell

**A FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL:
UMA ÁREA DE CONHECIMENTO AUTÔNOMA?**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Aragon Dasso Junior

Porto Alegre
2015

RESUMO

Esse estudo buscou identificar, nas estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação em Administração Pública, os traços de representação da autonomia do Campo de Públicas a partir da presença de conteúdos que apontem para a existência de uma Teoria de Administração Pública (TAP). Num contexto de revigoração da Administração Pública e aumento da oferta de novos bacharelados nessa área do conhecimento nos últimos anos, se destaca a mobilização política de acadêmicos, docentes e demais pesquisadores por meio do Campo de Públicas. Trata-se de uma pesquisa exploratória de natureza qualitativa. Para a execução desse estudo foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem. Também foi utilizado como método de procedimento o método comparativo. O referencial bibliográfico e teórico que dá o embasamento ao estudo parte da verificação da legislação que orienta a formação desses profissionais bem como dos fundamentos e conceitos da ciência administrativa. Ainda, se utilizou da análise documental de materiais das instituições de ensino e cursos selecionados. A análise de dados foi através da unidade de registro, onde foram selecionadas, inicialmente, as disciplinas específicas que contemplavam traços de Teoria de Administração Pública (TAP) em sua nomenclatura e, posteriormente, uma avaliação qualitativa da ementa de cada componente curricular e sua relação com os conteúdos das ementas contidas nos programas de ensino das disciplinas e TAP I e II de Omar Guerrero Orozco. O estudo evidencia a existência de duas lógicas no que se refere à formação em Administração de Empresas (lógica privada) e Administração Pública (lógica pública). No âmbito da formação presencial - em nível de graduação - em AP, a lógica privada dominou o ensino, tornando os bacharelados em AP, cursos generalistas baseado em uma Teoria Geral da Administração ou fazendo parte da “Fábrica de Administradores” apontada por Nicolini (2003). Constatou-se que as matrizes curriculares analisadas ainda não refletem a autonomia do Campo de Públicas. Todavia, esse é um alerta para um elemento de conteúdo que deve estar presente no debate do Campo, mas que ainda se encontra às margens da disputa política.

Palavras-chave: Lógica Pública. Lógica Privada. Administração Pública Brasileira. Campo de Públicas. Bacharelado em Administração Pública.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AP - Administração Pública
AE - Administração de Empresas
CES - Câmara de Educação Superior
CFA - Conselho Federal de Administração
CNE - Conselho Nacional de Educação
CPC - Conceito Preliminar de Curso
DASP - Departamento Administrativo do Setor Público
DCN's - Diretrizes Curriculares Nacionais
DESUP - Despacho do Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior
EBAP-FGV - Escola Brasileira de Administração Pública
ECHSVR - Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda
ENADE - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENAPG - Encontro da Divisão de Administração Pública/APB
ENEAP - Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública
ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência
ESAMV - Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária
FENEAP - Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FJP - Fundação João Pinheiro
ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais
IES - Instituição de Ensino Superior
IPES - Instituição Pública de Ensino Superior
ISP - Instituto de Serviço Público
MEC - Ministério da Educação
NPM - *New Public Management*
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
REUNI - Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu - Secretaria de Educação Superior
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

TAP - Teoria de Administração Pública

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNAN - Universidade Nacional Autônoma do México

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	AUTONOMIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	13
2.1.	LÓGICA DO PÚBLICO E DO PRIVADO.....	13
2.2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM OBJETO OU UM ESPAÇO EM DISPUTA?.....	16
2.3.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2.....	22
3.	FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	23
3.1.	HISTÓRICO DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	23
3.1.1.	AS PRIMEIRAS FORMAÇÕES.....	24
3.1.2.	O DECLÍNIO DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	26
3.1.3.	A RETOMADA DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO REUNI AO CAMPO DE PÚBLICAS	27
3.2.	AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS.....	31
3.3.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3.....	33
4.	ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL 35	
4.1.	ASPECTOS METODOLÓGICOS	36
4.2.	DESCRIÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 38	
4.2.1.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (EAESP/FGV)	38
4.2.2.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (FJP)	40
4.2.3.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UDESC)	42
4.2.4.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (FCL-UNESP)	44
4.2.5.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UERGS)	45
4.2.6.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS (UNILA)	47
4.2.7.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL (UFRGS).....	49
4.2.8.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UFF)	51
4.2.9.	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (UFRRJ)	53
4.3.	ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 55	
4.3.1.	EAESP/FGV	59
4.3.2.	FJP	60
4.3.3.	UDESC	60
4.3.4.	UNESP.....	61
4.3.5.	UERGS	62

4.3.6.	UNILA.....	63
4.3.7.	UFF.....	64
4.3.8.	UFRRJ.....	64
4.4.	CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4.....	66
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
	ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA EAESP/FGV ...	78
	ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRGS	80
	ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FJP	83
	ANEXO D – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UDESC	85
	ANEXO E – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FCL/UNESP....	87
	ANEXO F – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNILA COM ÊNFASE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	88
	ANEXO G – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UERGS	90
	ANEXO H – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRRJ	91
	ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE AMDINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFF	93
	ANEXO J– RELAÇÃO DE EMENTAS DAS DISCIPLINAS SELECIONADAS	95

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata da formação em Administração Pública (AP) no Brasil tendo em vista as transformações ocorridas em torno desse tema nos últimos vinte (20) anos, principalmente, no que diz respeito aos cursos presenciais de graduação em AP e seus desdobramentos com a criação do Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) provocando um acréscimo na oferta dessa formação em âmbito da graduação, do Movimento do Campo de Públicas organizado por acadêmicos, docentes e pesquisadores da área e das Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas em 2014 para os cursos do Campo de Públicas.

Os cursos de graduação bacharel em AP recebem atenção no Brasil na década de 1930, quando se relacionam com o processo de ampliação do Estado, em que o governo federal, sob a Presidência de Getúlio Vargas, realiza diversas ações caminhando no sentido da industrialização no país (KEINERT, 1996). Nessa época, o Estado atuava como agente passivo no que se refere ao processo de desenvolvimento econômico, e precisava, para tanto, realizar investimentos em setores produtivos e, conseqüentemente, necessitava de um corpo gerencial capaz de operacionalizar essa tarefa (KEINERT, 1996). Por isso, em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), instituição a que se deve tributar o mérito da introdução do ensino de Administração Pública no Brasil em caráter de treinamento tendo em vista que os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público, em menos de um ano, tinham mais de oito mil inscrições (FISCHER, 1984).

Segundo Fischer (1984), em 1943 se consolidou a ideia da criação de um centro de estudos em Administração Pública, quando foi solicitado ao governo dos EUA uma ajuda técnica ao Dasp. Nesta circunstância, o país deu mais um passo à frente em suas formações com a instalação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, no Rio de Janeiro, que oito anos depois fundou a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV), responsável pela oferta do primeiro bacharelado, em nível de graduação, em Administração Pública.

Em 1965, o bacharelado em Administração Pública foi autorizado pelo Ministério da Educação (MEC) como um curso específico e regulamentado como profissão, mas com foco em planejamento governamental e na agenda de pesquisa técnica da área a partir de organizações como o Instituto de Serviço Público (ISP).

Já os anos 1970 são marcados pela crise da legitimidade das organizações públicas e de seu poder (crise do Estado), o que ocasionou a descontinuidade nos cursos de bacharelado em AP, pela perda da razão de tal formação no contexto que perdurava.

O desenvolvimento desse processo de retração foi desencadeado na referida década, mas estava embasado na relação de parceria e cooperação técnica com os EUA que pregavam uma concepção ideológica generalista de que para alcançar o desenvolvimento econômico a atenção principal não deveria se voltar para o aperfeiçoamento da Administração Pública, mas sim à gerência econômica (FISCHER, 1984). Por consequência, ocorreu uma expansão do ensino em Administração de Empresas (AE) no Brasil após a criação da categoria de “Técnico em Administração” e da emissão, em 1966, do Parecer nº 307, de 08/07/1966, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração no Brasil. Neste sentido, os currículos são elaborados, inicialmente com a introdução de conteúdos de caráter genérico, da área de conhecimento da Administração e demais ciências afins, considerando a área de Administração Pública como uma ênfase, ou ramificação, da Teoria Geral da Administração.

Essa situação retomou uma dicotomia existente no pensamento político Ocidental desde o século XVII entre os conceitos de esfera pública e privada, que mesmo com uma origem tão distante, acabam por se tornar um dos temas mais controversos na história educacional brasileira. Portanto, ao recuperar as origens dos termos público e privado, a conceituação do que seja público remonta à civilização grega. Na *pólis* grega o espaço público é a esfera de ação do cidadão, é o espaço onde se compete por reconhecimento, precedência e aclamação de ideias (CRUZ, 2009). Por oposição, o espaço privado é onde se dão as relações entre os que não eram considerados cidadãos, os comerciantes, as mulheres, os escravos. Ao verificar a origem do conceito e transformá-lo para a realidade atual, podemos inferir a existência de uma lógica ‘pública’ que remete à esfera da coletividade e ao exercício do poder, à sociedade dos iguais. Enquanto a lógica privada se relaciona com as esferas particulares, à sociedade dos desiguais.

Já no limiar dos anos 1990 o Estado passava por um processo de redefinição diante da crise política e moral (*impeachment* de Collor), o que ocasionou a necessidade de um perfil de administrador público, no âmbito da formação acadêmica, diferente de reformadores de Estado (COELHO *et al*, 2011). Além disso, nessa década houve a retomada da profissionalização no serviço público, o aumento de políticas públicas em busca da descentralização e democratização, além da emergência do terceiro setor que reabriu o mercado de trabalho para os profissionais egressos do bacharel em AP (COELHO *et al*, 2011).

Para Tânia Keinert (1996) o tema da reforma administrativa tem sido o fator principal de influência nos processos de formação de administradores públicos. Um indicador dos impactos dessas mudanças na área de conhecimento da Administração Pública é o crescimento do número de cursos na área que saltou de 13 cursos, em 1995, para mais de 470, em 2016

considerando todas as suas modalidades, presencial e à distância, bem como seu nível de ensino, bacharel e tecnológico.

No dia 24 de abril de 2007, foi instituído, em âmbito federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), com a intenção da redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno. O programa proporcionou uma ampliação no número de cursos de ensino superior, possibilitando assim uma retomada na evolução dos cursos de graduação em AP.

À medida que a quantidade de cursos de bacharel em AP aumenta, o número de acadêmicos que estudam acerca do tema bem como os docentes e pesquisadores, também cresce. Esse fator influenciou a criação do Movimento Campo de Públicas, que teve início, a partir da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP), em 2007. O objetivo principal do Campo de Públicas equivale a um esforço político-acadêmico de afirmar a identidade entre os cursos de graduação focados na gestão pública, políticas públicas, gestão social e gestão de políticas públicas, diferenciando-os daqueles voltados para a administração de empresas (PIRES *et al*, 2014). Essa proposta evidencia a expressão *Pública*, em contraponto a *Empresas*. E sua reprodução se deu a partir do panorama político e econômico do Brasil do início do século atual, em que questões como a participação social e o debate em torno do público são considerados relevantes para um país que redescobre a democracia e almeja fazer uso dela para o desenvolvimento da sociedade (GONÇALVES, 2014).

Ao final desse contexto histórico acerca da formação no âmbito da graduação em AP e se aproximando da realidade atual, é de extrema importância ressaltar que a partir dos debates em torno do Parecer CNE/CES nº 266/2010, o ano de 2014 foi um marco histórico nesse processo tendo em vista a formalização das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's), em 13 de janeiro de 2014, destacando a formação em AP como uma área de conhecimento autônoma em relação à Administração, fato gerador de uma transformação no formato de ensino em AP no Brasil, que se torna obrigatório para todas as instituições a partir desse ano.

Nesse sentido, à luz do desenvolvimento histórico e do debate epistemológico dessa área de conhecimento, o presente estudo buscar responder o seguinte problema de pesquisa: ***As matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharel em Administração Pública no Brasil refletem a autonomia do Campo de Públicas?***

Em função do problema de pesquisa proposto, o estudo tem por objetivo analisar, nas estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação em Administração Pública, os traços

de representação da autonomia do Campo de Públicas a partir da presença de conteúdos que apontem para a existência de uma Teoria de Administração Pública (TAP).

Uma vez que, para atingir o objetivo geral, o estudo se vale da consolidação de objetivos específicos que direcionam as ações do mesmo gerando resultados parciais que impactam diretamente nas principais causas do problema abordado. Os objetivos específicos deste estudo são: a) selecionar instituições tradicionais e novas para análise de matrizes curriculares; b) classificar as disciplinas com base nos estudos de referencial da área; c) relacionar com as abordagens do Campo de Públicas e verificar os traços de representação da autonomia da área nas matrizes.

Justifica-se o desenvolvimento desse estudo pela necessidade de elaboração de novas pesquisas nesse campo, objetivando subsidiar os atores representativos para que o Campo de Públicas continue avançando nos âmbitos políticos e acadêmicos. Para isso, é preciso superar essa conjuntura atual em que as organizações públicas continuam desenvolvendo ações pragmáticas focadas na aplicação de métodos e técnicas institucionais formais advindas da lógica privada em busca de eficiência econômica e desconsiderando a importância do envolvimento da política. Segundo Celina (1998), a política é parte indissociável das pesquisas em Administração Pública. Além disso, também deve-se considerar os mecanismos de participação com peça fundamental nesse processo.

Ademais, as formações dos novos administradores públicos (futuros bacharéis) ainda se encontram carentes de produção de conhecimento propriamente associado ao setor público. Diversos estudiosos da AP brasileira vêm apontando obstáculos para o desenvolvimento desse campo do saber no país e dessa área do conhecimento, a medida em que à retomada de sua agenda de ensino e pesquisa nos últimos anos (COELHO, 2008). Ainda como uma área ascendente, possui carência de tecnologias próprias (ou adequadas) e ínfima base acadêmica, essas questões fazem com que a AP tenha uma identidade difusa em seu momento inicial de consolidação.

Sendo assim, o presente estudo também possui incidência na reflexão acerca da identidade da Administração Pública como uma área de conhecimento própria e autônoma, em relação às formações de Administração de Empresas, um debate político contemporâneo de acordo as DCN's instituídas pelo MEC recentemente. Além disso, o estudo também pode contribuir para uma revisão das propostas de matrizes curriculares de cursos de Administração Pública de diferentes formações em AP nas Universidades, Centros Universitários e Faculdades, haja vista que todos os cursos devem se adaptar às novas diretrizes curriculares que entram em vigor, com obrigatoriedade, agora em 2016.

Também, em âmbito profissional, a ausência de formação específica na área para o administrador público ocasiona um desvio de função assim que ele ingressa no setor público, considerando que, na prática os espaços de trabalho ofertados pelas organizações públicas são ocupados (em sua maioria) por indivíduos com formação em administração de empresas (lógica privada). Além disso, os egressos dos cursos do Campo de Públicas encontram dificuldades no que diz respeito ao exercício profissional tendo em vista que são fiscalizados pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRA's), instituições fiscalizadoras para administradores privados e públicos.

Para a execução desse estudo foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem. Também foi utilizado como método de procedimento o método comparativo, que conforme Gil (2008) procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com o objetivo de destacar as diferenças e similaridades entre eles. A metodologia seguiu uma abordagem de pesquisa qualitativa e por se tratar de um tema relativamente novo a ser observado, foram utilizadas pesquisas exploratórias delineadas pelo levantamento bibliográfico e análise documental.

A análise de dados foi através da unidade de registro, onde foram selecionadas as disciplinas específicas que contemplavam traços de Teoria de Administração Pública. Foram consideradas apenas as disciplinas Obrigatórias e excluídas as Eletivas ou Optativas, tendo em vista que estas últimas são objeto de complementação de estudos e não fazem parte da essência da formação almejada, tanto por parte da gestão dos cursos, como por parte dos estudantes. Por fim, os conteúdos das disciplinas, analisados pela sua ementa, foram relacionados com a referência conceitual das ementas contidas nos programas de ensino das disciplinas e TAP I e II de Omar Guerrero Orozco tendo em vista que a formação proposta por ele está orientada para elementos como: “AP no pensamento político”, “AP nas grandes correntes de pensamento social e individualista”, “Ciência de AP”, “Pesquisa científica em AP”, entre outros. Além disso, o autor possui alta formação acadêmica, produção teórica, prática de ensino em AP e, atualmente, é professor ministrante das disciplinas supracitadas (TAP I e II) em uma instituição latino-americana reconhecida entre as melhores universidades do mundo, a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAN).

O estudo está estruturado em cinco capítulos: (1) Introdução, (2) Autonomia da Administração Pública, (3) Formação em Administração Pública no Brasil, (4) Análise das Matrizes Curriculares de Administração Pública no Brasil e (5) Considerações Finais.

O capítulo da autonomia da AP elucida os conceitos em torno da relação entre a lógica pública e privada que vem se adaptando aos diferentes contextos, desde o surgimento dos

termos, a fim de embasar o entendimento desse conflito dicotômico no âmbito da educação superior através da oferta dos cursos de bacharelado em Administração de Empresas (lógica privada) e Administração Pública (lógica pública). Por fim, ressalta a questão da autonomia do Campo de Públicas partindo do pressuposto de que o ensino em AP é um objeto de estudo próprio e multidisciplinar que vai além das margens de uma Teoria Geral da Administração ou um espaço de atuação caracterizado pelas organizações públicas.

O capítulo da formação em AP no Brasil refere-se a um levantamento histórico da evolução dos bacharéis em AP, desde a inserção do ensino de Administração no país com as primeiras formações, em 1865, de ciências jurídicas e sociais; o momento de ápice dos cursos na década de 1950 com a implementação na FGV, da primeira graduação com o nome de bacharel em ‘Administração Pública’ e das demais formações que se seguiram na área; a descontinuidade dos cursos em meados de 1970 a partir da crise da legitimidade das organizações públicas; a retomada do crescimento dessas formações a partir da década de 1990; e, por fim, os avanços conquistados pelo Campo de Públicas nessa disputa política;

No quarto capítulo, da análise das matrizes curriculares de Administração Pública no Brasil, constam os aspectos metodológicos da pesquisa que guiam a seleção, dentre os bacharéis em AP oferecidos atualmente, os cursos que são objetos de pesquisa neste estudo, bem como as descrições de cada uma das instituições proponentes e detalhes do curso, além da análise efetiva das matrizes curriculares e ementas das disciplinas elegidas para verificação aprofundada.

Por último, foram redigidas as considerações finais com relação a todo o estudo de pesquisa realizado a partir dos resultados obtidos na apuração de dados encontrados nas matrizes curriculares e demais documentos institucionais analisados.

2. AUTONOMIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Os termos público e privado surgem no Império Romano e se referem, respectivamente, ao Direito Público e ao Direito Privado, as pedras fundamentais do Direito Romano, que é, por sua vez, a pedra fundamental de todo o Direito da civilização ocidental. Portanto, os conceitos de esfera pública e privada têm sido centrais no pensamento político do Ocidente desde o século XVII e, mesmo com uma origem tão distante, esse tema acaba por se tornar um dos mais controversos na história educacional brasileira.

2.1. LÓGICA DO PÚBLICO E DO PRIVADO

A compreensão primeira se dá a partir do entendimento do que é o Estado e a Sociedade Civil, relação identificada por diferentes abordagens teóricas que tiveram início de acordo com os sentidos tradicionais da doutrina contratualista, onde os pensadores da época (Hobbes, Locke, Kant e Rousseau), ao procurar explicar o surgimento da sociedade atual, partem da mesma dicotomia: estado de natureza *versus* estado de sociedade.¹ Ao realizar um resgate histórico desse conceito, para Ivo Tonet (1988, p.1) “surgia, assim o Estado, com seu aparato jurídico, político e administrativo, oriundo do consenso dos indivíduos e com finalidade bem definida de assegurar o livre exercício dos direitos naturais desses mesmos indivíduos”. Aqui se apresenta o reconhecimento inicial de que, a Sociedade Civil, portanto, se opõe a sociedade natural.

Posteriormente a este período, Georg Wilhelm Friedrich Hegel traz à tona uma concepção que se opõe aos “contratualistas”, ao entender que o Estado não é resultado de um consenso de indivíduos, mas sim um momento superior de racionalidade, que se impõe mesmo contra a vontade dos indivíduos. Para Hegel, ele é um nível superior de existência à sociedade civil, anárquica, sendo caracterizado pela sociedade civil política.

Já Karl Marx concorda e faz uma crítica fundamental ao conceito de Hegel ao afirmar que as condições materiais de existência, são o solo-matrizador de todo o social. Nem o Estado, nem a política, nem o poder seriam inteligíveis sem as relações materiais das quais são a expressão e para cuja reprodução contribuem (TONET, 1988, p.2). Tonet também apresenta a concepção de sociedade civil elencada por Gramsci que afirma que as relações são o fundamento da sociedade, mas ao mesmo tempo critica a concepção liberal do Estado, assim expressa (*apud* BUCI-GLÜCKSMANN, 1978, p.93),

¹ Para Rousseau (2004, p.14), o estado da natureza é caracterizado pelo “estado primitivo que não pode subsistir e a raça humana pereceria, se não mudasse seus caminhos”. Já o estado de sociedade é quando “tudo está sob a autoridade das leis”.

Estamos sempre no terreno da identificação de Estado e Governo, identificação que é justamente uma representação da forma corporativo-econômica, isto é, da confusão entre sociedade civil e sociedade política, porque é preciso assinalar que a noção geral de Estado comporta elementos que é preciso relacionar com a noção de sociedade civil (no sentido em que poderíamos dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia aliada à coerção).

Essa disputa conceitual em torno das teorias de Estado e Sociedade Civil são esclarecidas por Guerreiro Ramos (2006, p.269) quando afirma que,

As ciências sociais se desenvolveram, inicialmente, sob a tutela das ciências naturais e, até hoje, ainda existem sociólogos adeptos da teoria da evolução emergente para os quais a diferença entre a sociedade e a natureza é apenas quantitativa e não qualitativa. Para estes, as ciências sociais são ciências naturais e, portanto, a questão da autonomia cujas primeiras é menos uma questão metodológica do que uma questão de fronteiras geográficas, por assim dizer, uma questão de delimitação dos campos específicos das diversas ciências. (RAMOS, 2006, p.269)

Ao buscar as origens dos termos, a conceituação do que seja público remonta à civilização grega. Na *pólis* grega o espaço público é a esfera de ação do cidadão, é o espaço onde se compete por reconhecimento, precedência e aclamação de ideias (CRUZ, 2009). Por oposição, o espaço privado é onde se dão as relações entre os que não eram considerados cidadãos, os comerciantes, as mulheres, os escravos. Ao verificar a origem do conceito e resgatar a proposição para a realidade atual, é possível inferir que o termo público remete à esfera da coletividade e ao exercício do poder, à sociedade dos iguais. Enquanto o privado se relaciona com as esferas particulares, à sociedade dos desiguais.

As distinções entre público e privado têm tido um papel central, especialmente na teoria liberal (presente nos dias atuais). Conforme aponta Susan Okin (2008), “o privado” sendo usado para referir-se a uma esfera da vida social na qual a intrusão ou interferência em relação à liberdade requer justificativa especial, e o “público” para referir-se a uma esfera ou esferas vistas como geralmente ou justificadamente mais acessíveis. Nessa perspectiva, é possível afirmar que ambas visões são lógicas, porque que estão diretamente associadas à organização coerente e estruturada do pensamento, distintas.

Do ponto de vista das organizações, públicas e privadas, hoje ambas as formações estão embutidas em uma só área de conhecimento: a Teoria Geral das Organizações (ou da Administração), logo, lógica privada. Entretanto, será que organizações com uma natureza tão diferente (públicas e privadas), não necessitam de um instrumental teórico e metodológico

específico? Para Carles Ramió (1999, p.23) “este ponto é relevante dadas as características especiais que apresenta a (...) Administração Pública”.²

Guerreiro Ramos (1984, p.1) complementa a perspectiva elucidada por Ramió ao afirmar que,

A teoria administrativa não pode mais legitimar a racionalidade funcional da organização, como tem feito amplamente. O problema básico do passado era superar a escassez dos bens materiais e serviços elementares. Nesse período, grande parte do esforço no ambiente de trabalho foi técnica e socialmente necessária e mesmo inevitável, o que não ocorre hoje. O que leva as organizações atuais às crises é o fato de que, por sua estrutura organizacional e forma de operação, admitem que antigas carências continuam a ser básicas, enquanto, na realidade, o homem contemporâneo está consciente de que as carências críticas pertencem a outro grupo, isto é, relacionam-se a necessidades além do nível de simples sobrevivência. (RAMOS, 1984, p.1)

No início do século, “a Administração Pública era vista, assim, como uma ciência ‘livre de valores’, cuja missão era contribuir para que a administração governamental ‘funcionasse’ de forma eficiente e econômica” (FARAH, 2011, p.815, grifo do autor). Logo, “o foco da disciplina [bacharel em Administração] era a preparação dos servidores para atividades-meio, centrais à atuação do Executivo e à implementação de políticas públicas: orçamento, gestão de pessoal e organização” (HENRY, 1975, p.378, grifo nosso). A medida em que se aceitou dissociar a atividade fim, dessas propostas de ensino, das atividades-meio e concentrar-se apenas nestas últimas, os cursos deixaram de considerar as questões políticas das ações (impactos sociais, econômicos, ambientais, entre outros) e passaram a replicar técnicas administrativas que, em tese, seriam ‘gerais’. Isso explica o porquê da associação de ambos objetos de ensino (Administração Pública e Administração de Empresas) em uma mesma formação de bacharelado, intitulada pela maioria das instituições superiores de ensino apenas de Administração, tendo em vista que a teoria (de Administração) é geral e se diferencia apenas pelo espaço no qual é aplicada, seja público ou privado, desconsiderando o fato de que ela está associada a lógicas independentes e distintas, apesar de relacionadas.

Todavia, a formação em Administração Pública possui elementos próprios que giram em torno do que é público e do porquê de estudar a AP. Ao refletir acerca da atuação do administrador público é preciso levar em consideração questões específicas em torno do pensamento político e das relações de Estado e sociedade. Além disso, esse indivíduo necessita

² Em Carles Ramió (1999), o autor apresenta um conjunto de quatorze características diferenciadoras das organizações públicas em relação às empresas privadas.

de um largo bojo teórico a respeito das grandes correntes de pensamento social que atravessaram o período histórico passando pelo hegelianismo, marxismo e anarquismo, bem como da concepção contrária que parte do individualismo (liberalismo, neoliberalismo e etc.). Essas questões, são pouco desenvolvidas e superficiais, quando aparecem, nos planos de ensino das disciplinas de “Teoria Geral da Administração”. Essa prática, implica uma dificuldade futura aos administradores públicos com ausência de conhecimento com relação às metodologias próprias da AP, por vezes até do idioma administrativo e termos próprios dessa área de conhecimento.

Sendo assim, o processo de formação de administradores públicos, em nível de graduação, possui uma forte questão em torno da autonomia quando se verifica a existência de cursos de AE e AP. Quanto ao conceito de autonomia, “em acepção ampla, pode ser entendido como a capacidade de um ator ou agência de formular preferências e executar decisões, sem sofrer constrangimentos decorrentes de relações de subordinação” (RUA, 1997, p.144). Ao relacionar essa conceituação com as formações em bacharelado, é possível identificar que a AP ainda carece de reconhecimento como uma área de conhecimento autônoma e independente, apesar de relacionada, em relação aos cursos de AE e a Teoria Geral da Administração (TGA).

2.2. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM OBJETO OU UM ESPAÇO EM DISPUTA?

Os espaços públicos e privados, caracterizados no último capítulo, se mostraram extremamente distintos quando aplicados a organizações. E essa perspectiva segue apenas parcialmente durante a formação profissional dos acadêmicos que ingressam no ensino superior, pois muitas são as disciplinas que disputam o setor público como um espaço de atuação profissional de seus bacharéis e esse espaço, que possui suas especificidades, recebe um tratamento superficial quando apresentado pelo ponto de vista da Ciência Política, Direito, Economia, Relações Internacionais, entre outros.

O tema da “Administração Pública” ainda é confuso para muitos escritores tendo em vista que ela pertence a um conjunto disperso de análises e de informações hoje constantes em livros de história diplomática, de manuais de direito internacional, de monografias sobre temas da política externa, de diretórios de política internacional, de ensaios sobre organizações internacionais ou de compêndios bibliográficos dos mais variados. Regina Pacheco (2003, p.2) valida essa percepção através de uma pesquisa sobre a AP em revistas especializadas na área e afirma que “no início a disciplina esteve associada à administração de empresas e às ciências

jurídicas; desde então vem incorporando conceitos e referenciais da ciência política, sociologia, antropologia, economia, dentre outras”.

Ao retomar o processo histórico de desenvolvimento desse conceito ao longo do tempo, Keinert (1994, p.42) aponta que a identificação dos paradigmas pelos quais passou o Campo de Públicas (na época ainda não conhecido por esse nome), sendo o primeiro da “Administração Pública como Ciência Jurídica (1900-29)”, vinculado estritamente as regras jurídicas, elaboração e aplicação de leis e regulamentos; “Administração Pública como Ciência Administrativa (1930-79)”, momento de grande influência dos princípios da Administração³ (mesmo período em que surgem os bacharelados em AP no Brasil); “Administração Pública como Ciência Política (1980-89)”, marcado pelo contexto de mobilização político-social e um processo de reorganização institucional (nesse período foi promulgada a Constituição Federal de 1988); e, por fim, Keinert aponta para um paradigma emergente de “Administração Pública como Administração Pública (1989-...)” tomado pela participação da sociedade civil na gestão pública. Entretanto, ao analisar os artigos publicados a partir de 1995, Pacheco (2003, p.65) afirma que “o conjunto de artigos parece indicar que persistem vários dos problemas anteriores, especialmente o vale-tudo temático”. Dessa forma, ao verificar os cursos de bacharelado em Administração Pública se percebe que ainda existe uma relação muito próxima com os cursos de Administração (privada), o que prorroga um pouco mais o momento do paradigma emergente almejado por Keinert (1994).

Indo de encontro a essa situação, Bresser Pereira (2015) coloca que:

(...) a Administração Pública, enquanto disciplina que se ensina, tem como objeto o aparelho do Estado, e, portanto, está mais próxima da ciência política (cujo objeto é o Estado como um todo), ou do direito (cujo objeto é a lei) do que da administração de empresas. (PEREIRA, 2015, p.2)

Todavia, Bresser persiste numa perspectiva hegemônica acerca da formação em AP vinculando-a, secundariamente, às disciplinas que fazem parte desse campo do saber. Isso se dá porque as organizações da Administração Pública comumente são vistas como um simples espaço de atuação e não como um objeto próprio de estudo. Nesse sentido, muitas disciplinas passaram a querer se apropriar desse conceito para si, negando a multidisciplinaridade do Campo de Públicas e a necessidade da transdisciplinaridade na formação em AP, que conforme Morin (1994, p.1), “A transdisciplinaridade não procura o domínio sobre as várias outras disciplinas, mas a abertura de todas elas àquilo que as atravessa e as ultrapassa”.

³ Segundo os autores (MEZZOMO E LAPORTA, 1984, p.43) Os “princípios da Administração” traziam em si a ideia de neutralidade e aplicabilidade a qualquer contexto, permitindo que se equiparasse a Administração Pública à Administração de Empresas.

Sendo assim, essa área de conhecimento se mostra como um objeto de estudo, que vai além de sua relação escassa como um lugar ou área de atuação. Para Spink (2000, p.11), “lugar” é entendido como “um horizonte de ligações, onde os sentidos da ação social são construídos e onde ocorrem as disputas de poder, lutas que podem ter uma dimensão tanto municipal, quanto intramunicipal, intermunicipal ou micro-regional”. Portanto, Spink complementa que “(...) É no lugar que se concretizam, na modernidade, os confrontos entre grupos e facções; é no lugar que se concretiza a sociedade civil” (SPINK, 2000, p.23). Essa visão inicial de lugar, permite alcançar o conceito proposto por Habermas, conforme cita Ortega (2001, p.227), ao tratar do espaço público,

Não ligando o espaço público ao Estado, como Habermas o faz, não existe nenhum local privilegiado para a ação política, isto é, existem múltiplas possibilidades de ação, múltiplos espaços públicos que podem ser criados e redefinidos constantemente, sem precisar de suporte institucional, sempre que os indivíduos se liguem por meio do discurso e da ação: agir é começar, experimentar, criar algo novo, o espaço público como espaço entre os homens pode surgir em qualquer lugar, não existindo um locus privilegiado.

Logo, se o espaço público surge em qualquer lugar, não se limitando a questões geográficas ou processos de funcionamento de organização públicas, a Administração Pública anseia ser conhecida mais profundamente do que apenas um espaço em disputa. Farah (2011, p. 816) também critica a visão hegemônica de AP como aparato institucional de Estado, ao colocar que o termo “pública” da Administração Pública é mais do que “o ambiente interno à administração estatal, ocupado pela burocracia governamental”. E complementa com a visão de Henry (1975, p.381) de que “essa perda de referência atingia, ainda, um outro aspecto fundamental à identidade da disciplina – o referente a valores e ao interesse público”. Para Omar Guerrero (1981, p.244) a Administração Pública “é a ação do Estado na sociedade, ação caracterizada pela dupla natureza da própria administração do Estado: direção administrativa e domínio político”.

Com isso, nas últimas décadas, o “público” passa por uma redefinição que amplia suas fronteiras “para além do Estado, passando a incluir organizações não governamentais, entidades do setor privado e da comunidade e instituições voltadas à inclusão dos cidadãos no processo de formulação, implementação e controle de políticas públicas” (FARAH, 2011, p.820). Essa nova definição fez com que a disciplina de Administração Pública, em seu processo de formação e consolidação, tivesse seu escopo ampliado de forma a dar conta da nova complexidade que se coloca em frente.

Porém, conceitos nesse sentido se apresentam ainda insuficientes do ponto de vista e entendimento do público inserido no âmbito da gestão, conforme aponta Dasso Junior (2014, p.5):

Nenhum deles está preocupado com a teoria de gestão que dá sustentação a uma Administração Pública em concreto. No campo da gestão pública, define-se Administração Pública como um termo genérico que indica todo o conjunto de atividades envolvidas no estabelecimento e na implementação de políticas públicas. Suas atividades são as que asseguram a operacionalização das políticas públicas.

Assim, a efervescência do debate contemporâneo em torno dessas questões “públicas” de gestão, políticas públicas, gestão social, entre outros, deu origem ao movimento que ficou conhecido mais tarde como o “Campo de Públicas”⁴.

Portanto, a subordinação do bacharel em AP ao campo da Administração (privada) começa a ser questionada devido ao novo contexto histórico marcado pelo refluxo do pensamento hegemônico contrário à intervenção estatal e às políticas a ele inerentes (privatizações, reformas econômicas, entre outras) e acompanhado aos desdobramentos da Constituição de 1988. Para Pires *et al* (2014, p.113), “uma vez retomada a capacidade de investimento público após a estabilização econômica e ajuste fiscal [...], a pauta governamental volta-se para a ampliação das políticas públicas em um contexto de Estado-Rede e de aprofundamento da democracia”. Esse fato gerador impõe a necessidade da formação de novos administradores públicos com conhecimento voltado para implementação dessas políticas públicas e não somente operadores da máquina estatal.

Nessa perspectiva, “embora tenhamos assistido a mudanças paradigmáticas nas duas últimas décadas, o campo da Administração Pública ainda é dominado – assim como nas ciências sociais e na teoria de organizações – por uma concepção funcionalista da ciência” (ANDION, 2012, p.2). Dessa forma, o paradigma funcionalista se mantém como um parasita que está presente no campo diariamente e sugando as energias de renovação e transformação social, as quais são inerentes aos administradores públicos.

Na análise da evolução do tema e debate acerca da AP como uma área de conhecimento própria, a Comissão do Parecer CNE/CES nº 266/2010, afirmou que,

(...) a distinção entre a Administração de Empresas (ou Administração em sentido amplo) e a Administração Pública e Políticas Públicas, não reside apenas na

⁴ Para Pires et al (2012), “Campo de Públicas” é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano.

terminologia. Seus conteúdos principais, objetivos e fontes orientadoras estão associados às características próprias das questões relativas ao Estado e à arte de sua governança operacional, bem como aos fundamentos lógicos, éticos e políticos da vida pública, sem olvidar as permanentes questões da eficiência, organizações complexas e burocracia, racionalidade e reforma, níveis de governo, partição de poderes, representação e representatividade, interesses privados e políticas públicas, clientelismo e corporativismo na vida pública brasileira, políticas públicas e administração em perspectiva comparada, Direito, Administração e Política, enfim, uma gama de assuntos e fundamentos disciplinares que claramente fazem da Administração Pública uma disciplina própria. (BRASIL, 2014 p.7)

Essa visão, da AP como área autônoma, faz parte de uma mobilização antiga que vem se desenvolvendo com momentos de altos e baixos, mas que nos últimos dez anos tem angariado a força necessária em seu corpo de acadêmicos, pesquisadores e profissionais da área ao ponto de conquistar espaços na agenda de discussão das principais universidades do nosso país.

Ao formalizar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) em 13 de janeiro de 2014, destacando a formação em AP como campo de conhecimento autônomo em relação à Administração, é retomado um processo de mudança no formato de ensino em AP no Brasil, se opondo ao discurso anterior do Parecer CNE/CES nº 776/1997 no qual a CES manteve a intenção do MEC de que a elaboração das propostas de diretrizes curriculares seria “incentivar uma sólida formação geral [...] permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa” (BRASIL, 2010, p.8). Entretanto, apesar da formalização das DCN's, a autonomia da área ainda não é aceita por todos, pois a recente publicação do Sr. Sebastião Luiz de Mello, Presidente do Conselho Federal de Administração (CFA), afirma que “[...] certamente os conteúdos dos cursos do chamado ‘Campo de Públicas’ poderiam ser perfeitamente contemplados nos projetos pedagógicos dos cursos de Administração” (CFA, 2015, p.1, grifo do autor). Essa percepção do Conselho remete a uma não entendimento quanto ao fato desse Campo multidisciplinar possuir conteúdos, objetivos e fontes orientadoras próprias, como as já elencadas acima.

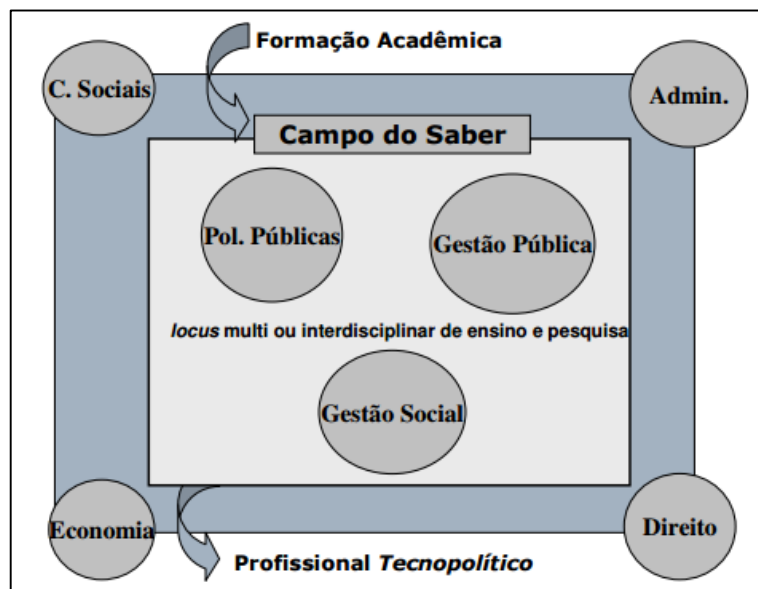
Essa mesma percepção (pensamento de que a autonomia pode levar a uma segmentação disciplinar) é muito comum para pesquisadores tradicionais da área que ainda vêem o Campo de Públicas como parte da formação em Administração, e não percebem que um conceito novo está se formando. É entendido que o ensino em AP é importante, inclusive, para administradores privados, pois conforme Gurgel e Justen (2015, p.853) a Administração Pública “tem profunda importância para o setor privado, o qual, em nenhum momento deixou de se relacionar

estritamente com ela”. Todavia, de acordo com a pesquisa realizada pelos mesmo autores (2015, p.853),

Muitos administradores de empresa estão saindo dos seus cursos desconhecendo a AP. Nos dois sentidos da palavra desconhecer: aquele sentido que diz respeito ao ensino/aprendizagem e aquele outro sentido, talvez mais prejudicial, que reforça a leitura reducionista estimulada pelo conceito de Estado mínimo e por uma especial visão superestimada das ferramentas de gerência.

Para melhor compreensão da multidisciplinaridade da AP, a Carta de Balneário Camboriú (2010, p.3) representou, através de um diagrama, a percepção do que se entende por Campo Multidisciplinar de Formação Acadêmica em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas:

Figura 1 – Campo Multidisciplinar de Formação Acadêmica



Fonte: Carta de Balneário Camboriú (2010, p.3)

Esse conceito apresentado pelos estudantes, coordenadores e professores de cursos de graduação que compõem o Campo de Públicas, fundamenta a reivindicação de diretrizes para um campo e não para um curso (fugindo ao que tradicionalmente se pratica). Isso se dá, porque a identidade deste campo estava perdida até pouco tempo atrás e vem sendo retomada aos poucos pelas instituições públicas de ensino superior. De acordo com os autores da Carta de Balneário Camboriú (2010, p.3, grifo do autor) “Em linhas gerais, a figura ilustra, tentativamente, a conformação do campo do saber de ‘públicas’ no Brasil, a partir da confluência – multi ou interdisciplinar – das áreas de conhecimento em Administração, Ciência Sociais, Direito e Economia [...]”.

Essa concepção amplia os limites do Campo de Públicas para uma visão multidisciplinar de conhecimentos sem ocasionar uma segmentação da disciplina tendo em vista que ela pode viver harmonicamente e se articular com os diferentes campos do saber associados.

2.3. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 2

Dessa forma, se percebe a existência de duas lógicas no que se refere à formação em Administração de Empresas (lógica privada) e Administração Pública (lógica pública). Ambas lógicas são desenvolvidas nos indivíduos de uma sociedade a partir de cada experiência vivida pela pessoa, até o ponto de se tornar um “guia” para suas ações futuras. Tendo isso em vista, a formação de cada profissional precisa estar vinculada diretamente à lógica associada ao seu campo do saber, pois apesar de ser importante conhecer os conteúdos correlatos e pertencentes a outras áreas estimulando a interdisciplinaridade das disciplinas, o bacharel deve seguir uma área de formação específica.

Na formação em AP, a lógica privada dominou o ensino de acadêmicos, professores e pesquisadores, fato que desencadeou em muitas gerações uma visão funcionalista de sociedade e considerando que as organizações públicas precisavam buscar a eficiência e eficácia em sua gestão. Entretanto, organizações com uma natureza tão diferente (públicas e privadas), necessitam de um instrumental teórico e metodológico específico e distinto para cada uma delas. Sendo assim, de que vale a formação de bacharéis em Administração (lógica privada) que poderão desenvolver atividades vinculadas à Administração Pública (lógica pública) e vice-versa? Nesse caso, os cursos estão formando profissionais gerais que aprendem superficialmente sobre ambas as áreas e que, passaram a ser associados a produtos das “Fábricas de Administradores” de Nicolini (2003).

Logo, a Administração Pública (ou Gestão Pública), faz parte de um Campo multidisciplinar de ensino em desenvolvimento e chamado de “Campo de Públicas”, que compreende a formação acadêmica em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão Social e Gestão de Políticas Públicas.

Esse é o início de um novo paradigma no âmbito da dicotomia público e privado ressaltando a importância de se reconhecer ambas as áreas como formações autônomas imbuídas de suas particularidades, metodologias e lógicas específicas.

3. FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

A fim de elucidar acerca da formação profissional do bacharel em AP, questões importantes foram levadas em consideração no presente trabalho como o histórico dos cursos de ensino superior de bacharel em AP que se desenvolveram ao longo do tempo no Brasil, passando por um momento de ápice seguido de uma queda agonizante nas propostas oferecidas e a retomada da formação junto a programas de governo e mobilizações da comunidade acadêmica que estuda essa área de conhecimento. Esse debate político, teve como resultado a promulgação da Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do curso de graduação em AP e que consolidou o destaque dessa formação como um campo autônomo do saber. Por fim, é comentado o debate contemporâneo da Administração Pública inserida no novo Campo de Públicas.

3.1. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O ensino superior no Brasil é datado desde “1808 com a transmigração da corte portuguesa que então elevou a Colônia à condição de Reino, quando foram fundadas as primeiras escolas superiores” (DA SILVA, 2007, p.2). Porém, na época a Administração, como prática de estudo, segue diretamente o receituário dos teóricos europeus e norte-americanos do século XIX e começa sua jornada em 1865 com a Reforma de Liberato Barroso, que trouxe a divisão do curso de direito em duas seções: ciências jurídicas e ciências sociais. “O primeiro se dedicava aos indivíduos que desejam seguir carreira de magistratura e advocacia, enquanto o segundo se destinava a carreira administrativa ou política” (SILVA, 1955, p. 9). Todavia, a única diferença na prática foi a inclusão de uma disciplina de Economia Política no segundo curso, as demais disciplinas eram tão jurídicas quanto às pertencentes ao primeiro, complementa Silva (1955).

Em 1878, o Ministro do Império, Carlos Leôncio de Carvalho, consolidou uma nova reforma no ensino dessas disciplinas, na qual definiu que os aspirantes a bacharéis dessas duas áreas, deveriam passar por toda a mesma série de estudos e, conforme sua vocação, profissão ou carreira, seguir um caminho especial de estudos na área que lhes interessa diretamente. (SILVA, 1955). Já nessa época, se evidenciava que esse curso estava destinado a preparar administradores públicos, conforme os dispositivos constantes nos parágrafos 8º e 9º do artigo 23 do decreto nº 7247, de 9 de abril de 1879.

Com o “boom” dos ideais e conceitos dos tailoristas e faiolistas (1925-31), surgem as novas categorias profissionais no Brasil, relacionadas à reforma geral do ensino promovida por

Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública que institucionaliza o ensino de Administração e introduz as disciplinas administrativas nos currículos de diferentes cursos englobados na denominação genérica de “ensino comercial”⁵.

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação (MEC), logo após Getúlio Vargas assumir a Presidência da República. Com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, a instituição desenvolvia atividades pertinentes a vários ministérios, como saúde, esporte, educação e meio ambiente. Até então, os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. (BRASIL, 2015)

Após diferentes mudanças na atuação do MEC, em 1995, a organização passou a ser responsável apenas pela área da educação. Neste mesmo ano, foi instituído pela lei 9.131, de 25/11/95, o atual Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão colegiado integrante do Ministério da Educação, com a finalidade de colaborar na formulação da Política Nacional de Educação e exercer atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro da Educação.

3.1.1. AS PRIMEIRAS FORMAÇÕES

Os cursos de graduação bacharel em AP no Brasil recebem atenção na década de 1930, quando se relacionam com o processo de ampliação do Estado, em que o governo federal, sob a Presidência de Getúlio Vargas, “realiza diversas ações voltadas à industrialização no país” (KEINERT, 1996, p.4). Para a autora, nessa época, “o Estado era visto como agente passivo no processo de desenvolvimento econômico” e precisava, para tanto, realizar investimentos em setores produtivos e, conseqüentemente, necessitava de um corpo gerencial capaz de operacionalizar essa tarefa.

Por isso, “em 1938, foi criado o Departamento Administrativo do Setor Público (DASP) com o objetivo de ser um órgão central de pessoal, material, orçamento, organização e métodos” (KEINERT, 1994, p.44). Ao Dasp deve-se tributar o mérito da introdução do ensino de Administração Pública no Brasil em caráter de treinamento tendo em vista que os cursos de formação e aperfeiçoamento do servidor público, em menos de um ano, tinham mais de oito mil inscrições. (FISCHER, 1984, p.281). Segundo Fischer (1984), em 1943 se consolidou a ideia da criação de um centro de estudos em Administração Pública, quando foi solicitado ao governo dos EUA uma ajuda técnica ao Dasp. Nesta circunstância, o país deu mais um passo à frente em suas formações com a instalação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, no

⁵ Ver Silva (1955).

Rio de Janeiro, que oito anos depois fundou a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EBAP-FGV).

Para Coelho *et al* (2011, p.1708), “o marco zero do ensino de Administração Pública no Brasil - em nível de graduação - ocorre em 1952, com a instalação do curso na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (EbaP/FGV)”. Esse curso tinha por objetivo preparar administradores públicos para os três níveis de governo. Posteriormente, em 1954, a mesma instituição (FGV) instalou em São Paulo a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), a primeira escola de administração de empresas do país, que na década seguinte também criou um curso de graduação em Administração Pública. Segundo Martes *et al* (2010, p.3),

Para a instalação do Curso de Graduação em Administração Pública (AP) foi decisiva a contribuição do governo do Estado de São Paulo, por meio de um convênio cujo objetivo era formar profissionais nessa área em São Paulo. [...] Tais alterações se orientaram para a busca da eficiência no setor público e foram acompanhadas pela criação de um aparato estatal dotado de maior agilidade, atuando por meio de entidades da administração indireta: as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A partir daí, na década de 1950, o bacharelado em AP reproduziu-se em Instituições de Ensino Superior (IES) pelo país, preponderantemente nas universidades federais, com uma vivacidade de ensino que desenvolvia nos cursos uma identidade coletiva de formar quadros de pessoal com melhor capacitação para o atendimento de atividades da burocracia estatal. Por cerca de vinte anos subsequentes, houve uma evolução nos cursos de AP em diferentes instituições de ensino superior, até que, no âmbito da política, a ditadura militar freou o desenvolvimento nessa área fazendo com o que o assunto caísse no esquecimento.

Já no campo acadêmico, duas visões foram marcantes nesse período para a consolidação do campo de Administração Pública no Brasil, segundo Carolina Andion (2012, p.5):

Por um lado, alguns professores/pesquisadores vão focar seus estudos nos aportes teóricos da administração de empresas, tendo por base uma visão pragmática e experimental que assume força no campo nos EUA nesta época (WALDO, 1948; SIMON, 1957). O interesse nesse caso centra-se nas dinâmicas de construção e operação das organizações públicas, tendo em vista a ampliação de sua eficiência. Outro grupo de professores das recém-criadas escolas brasileiras e formados em Universidades com tradição em Administração Pública, como a Universidade da South Califórnia (USC), por exemplo, traz para o Brasil o aporte dos estudos humanistas e críticos que também vão ter importante papel no campo nesta época e mais tarde, pois levantam os limites da abordagem racionalista, fazendo uma crítica a esta última (ARGYRIS e SCHON, 1978; RAMOS, 1966 e 1989).

Somente em 1965, o bacharelado em Administração Pública foi autorizado pelo Ministério da Educação como um curso específico. Nesse mesmo ano, é regulamentada a profissão de Administrador, com a promulgação da Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965. “O acesso ao mercado profissional passou a ser privativo dos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário” (GILIOLI *et al*, 2014, p.4). Tendo em vista o foco em planejamento governamental e na agenda de pesquisa técnica da área a partir de organizações como o Instituto de Serviço Público (ISP) cujo regimento foi aprovado em 1964 pelo Conselho Universitário da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

3.1.2. O DECLÍNIO DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A partir do ano de 1970, no entanto, “inicia-se uma fase de retração, marcada pelo declínio do bacharelado em Administração Pública que acaba por ser praticamente absorvido pelos cursos de administração de empresas” (COELHO, 2006, p.159). O processo representou o “declínio do papel do administrador público e o apogeu do tecnocrata, exacerbação máxima da racionalidade funcional e dos princípios desenvolvimentistas” (FISCHER, 1984, p.283). Dessa forma, “a Administração Pública chega a ser questionada como portadora de identidade própria, o que se reflete no prestígio de seus cursos” (KEINERT, 1996, p.11). O fato é simbolizado pela própria EBAP/FGV que descontinuou o seu curso de bacharelado em AP redirecionando a formação apenas para o nível de pós-graduação e mantendo somente o bacharelado em Administração de Empresas na instituição nesse período.

O desenvolvimento desse processo de retração foi desencadeado na década de setenta, mas estava embasado na relação de parceria e cooperação técnica com os EUA que pregavam o conceito emergente de “a nova Administração Pública” com o argumento de Bresser Pereira (1997, p.1) de que “devido ao crescimento distorcido do Estado e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico [...] que ocorreram em todo o mundo”. Dessa forma, “generalizou-se a convicção nos EUA que pregava a ideologia de que a chave para o desenvolvimento econômico não era o aperfeiçoamento da Administração Pública, mas a gerência econômica [...]” (FISCHER, 1984, p.279).

Essa concepção ideológica resultou na expansão do ensino em Administração de Empresas (AE) no Brasil a partir da criação da categoria de “Técnico em Administração” e, em 1966, o Conselho Federal de Educação que emitiu o Parecer nº 307, de 08/07/1966, que fixou o primeiro currículo mínimo do curso de Administração no Brasil. Neste sentido, os currículos são elaborados, inicialmente com a introdução de conteúdos de caráter genérico, na área de

conhecimento da Administração e demais ciências afins. Conforme aponta Nicolini (2003, p.47) “a ausência de originalidade das propostas, conforme já discutido, aliado à rigidez da lei que regulamenta a área, traduz-se em uma formação homogênea e sem espaço de destaque para produção científica”. Esse processo se encerra por desvincular a pesquisa dessa área de conhecimento (lógica privada) e torná-la essencialmente prática, com viés voltado ao mercado de trabalho.

Portanto, houve uma descontinuidade nos cursos de bacharelado em AP, pela perda da razão de tal formação no contexto que perdurava, conforme Coelho *et al* (2011, p.1717):

Na ocasião dos anos 1980, sendo o termo “público” sinônimo do vocábulo “estatal”, isto é, Administração Pública era *per se* gestão estatal, o ambiente (e cenário) desorientador do Estado brasileiro, em geral, e do mercado de trabalho no setor público, em particular, despropositou o ensino de graduação em Administração Pública no país, tornando-o letárgico.

Com isso, cursos de Administração Pública (e também de Administração de Empresas - AE) no Brasil foram concebidos como instrumentos de formação de “generalistas de administração”⁶.

3.1.3. A RETOMADA DA FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: DO REUNI AO CAMPO DE PÚBLICAS

Já no limiar dos anos 1990 o Estado passava por um processo de redefinição diante da crise política e moral (*impeachment* de Collor) e, com isso, “requeria um perfil de administrador público, na acepção de formação acadêmica, diferente, isto é, reformadores de Estado” (COELHO *et al*, 2011, p.1722). Além disso, nessa década houve a retomada da profissionalização no serviço público, o aumento de políticas públicas com o “binômio descentralização-redemocratização e a emergência do terceiro setor que reabriram o mercado de trabalho para o bacharel em Administração Pública” (COELHO *et al*, 2011, p.1725). Nesse período, a repercussão dessas mudanças na esfera de atuação do Estado se faz sentir com maior intensidade nos cursos que funcionam em escolas de governo e, precisamente em 1992, é criada, em Minas Gerais, a Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho que retomou o projeto de curso de graduação em AP iniciado pela Fundação João Pinheiro (FJP) em 1986, ocasião em que “a experiência não teve continuidade, uma vez que a posição do governo do Estado, naquele período, era desfavorável” (DA ROCHA, 2010, p. 2).

⁶ Ver Vieira (1976).

Para Keinert (1996, p.11) o “tema da reforma administrativa, ciclicamente em voga, tem influenciado a reflexão e os processos de formação de administradores públicos”. Um indicador dos impactos dessas mudanças na área de conhecimento da Administração Pública é o crescimento do número de cursos na área. Em 1995 funcionavam apenas 13 cursos de graduação em Administração Pública no Brasil, número que saltou para 52, em 2006. (COELHO, 2006, p.86) e hoje são mais de 470 cursos de AP em modalidades presenciais e à distância. Dentre eles, cabe ressaltar a inauguração do Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), em 2004, em que “a escolha recaiu sobre um curso de administração com habilitação em serviços públicos” (SALM, 2011, p. 13). Um projeto do Prof. José Francisco Salm com base em estudos de doutoramento nos Estados Unidos, quando foi orientado por Alberto Guerreiro Ramos

No dia 24 de abril de 2007, foi instituído, em âmbito federal, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (REPÚBLICA, 2007). Com a intenção da redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno, o programa proporcionou uma ampliação no número de cursos de ensino superior, possibilitando assim uma retomada na evolução dos cursos de graduação em AP.

Os efeitos dessa iniciativa podem ser percebidos, inicialmente, pelos expressivos números do Programa de Expansão Fase I das universidades federais, iniciado em 2003, e em seguida pelos resultados do Programa Reuni, que teve seu início de implantação em 2008 (BRASIL, 2015). Conforme os dados do Relatório Reuni 2008 - Relatório do Primeiro, das 54 universidades federais existentes ao final de 2007, 53 aderiram ao programa, em duas chamadas. Só no primeiro ano, o Programa gerou um montante de 2.506 novos cursos de graduação no ensino superior.

A fim de complementar esse contexto histórico dos cursos de bacharel em AP no Brasil e verificar como se encontra essa situação nos dias atuais, foi realizada uma pesquisa de dados do sistema e-MEC onde se identificou que hoje o Brasil possui quatrocentos e setenta e dois (472) cursos de Administração Pública autorizados pelo MEC, porém, desses, somente cinquenta e duas (52) formações ocorrem na modalidade presencial. Destas, quarenta e nove (49) são propostas de bacharelado. Entretanto, dos quarenta e nove cursos presenciais de

bacharel em AP, apenas trinta e cinco (35) encontram-se em atividade⁷. Desses cursos, dez (10) são ofertados por IES (privadas) e vinte e cinco (25) são oferecidos por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Logo, esse é o escopo atualizado do contingente de cursos presenciais de bacharelado em AP que existe no Brasil, objeto de análise do presente trabalho.

A medida em que a quantidade de cursos de bacharel em AP aumenta, o número de acadêmicos que estudam acerca do tema bem como os docentes e pesquisadores, também cresce. Esse fator influenciou os dois eventos embrionários do que veio a se tornar o Campo de Públicas, pois “tiveram lugar no ano de 2002: o II Encontro Nacional sobre Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Administração e o I Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública (ENEAP)” (PIRES *et al*, 2014, p.113).

Segundo Farah (2011, p.832):

O crescimento da área de Administração Pública foi acompanhado pela consolidação e pelo crescimento do subcampo de políticas públicas, o que pode ser constatado pela criação, em 2006, um ano após a criação do Encontro da Divisão de Administração Pública/APB da ANPAD (ENAPG), de uma área de interesse dentro deste encontro com foco em políticas públicas.

O Movimento Campo de Públicas teve início, formal, a partir da Federação Nacional dos Estudantes dos Cursos do Campo de Públicas (FENEAP), que é a entidade máxima de representação dos estudantes de nível superior do Campo de Públicas do Brasil. Fundada em 2007, a organização tem o papel de representar, articular, estimular e levar adiante os interesses e aspirações dos estudantes do Campo. Dentre as atividades promovidas pela FENEAP está o Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública, evento realizado pela Federação em conjunto com as Comissões Organizadoras do Encontro.⁸

A partir das atividades e encontros desenvolvidos desde 2002, foi se consolidando o “Campo de Públicas” que pode ser definido, conforme o próprio movimento (Pires, Valdemir; Vainer, Carlos; Fonseca, Sérgio Azevedo. Grupo de Discussão Google Campo de Públicas, 2012), como:

“Campo de Públicas” é uma expressão que vem sendo utilizada, há pouco mais de uma década, no Brasil, por coordenadores, professores, alunos e egressos de cursos de graduação em Administração Pública, Gestão Pública, Políticas Públicas, Gestão de Políticas Públicas e Gestão Social. Refere-se ao campo multidisciplinar de formação acadêmica, científica e profissional de nível superior, assim como da

⁷ Cursos com as situações: em extinção, extinto ou sub-judice, foram excluídos da análise. Foram considerados apenas os cursos “Em atividade”.

⁸ Histórico da FENEAP e dos ENEAP’s disponíveis em <<http://www.eneap2015.com.br/campo.php>>. Acessado em 27 de dezembro de 2015.

pesquisa científica, comprometido com o aperfeiçoamento democrático e republicano. Tem como objetivo formar profissionais, gerar conhecimentos, desenvolver e difundir metodologias e técnicas, propor inovações sociais e promover processos que contribuam para o aperfeiçoamento da esfera pública, qualificação e melhoria da ação governamental e intensificação e ampliação das formas de participação democrática da sociedade civil na condução dos assuntos públicos. Compreende tanto as ações de governo quanto as de outros agentes públicos não governamentais - sobretudo as organizações da sociedade civil."

“Com o crescente interesse da população por cursos da área pública, questões relativas a esses cursos e à formação de gestores públicos passam a serem discutidas, de modo especial por um grupo que passou a ser conhecido como Campo de Públicas” (GONÇALVES, 2014, p.31). O grupo criou um *blog* que é utilizado como o principal canal de comunicação entre os integrantes que pertencem ao movimento, mas que são de diferentes regiões. No *blog* do Campo de Públicas, estão documentos que relatam as ações do grupo expressas na forma de cartas e relatórios produzidos coletivamente, a partir dos encontros presenciais e das discussões virtuais. Ainda, constam diferentes artigos e publicações de interesse coletivo ao movimento. Esses documentos constituem uma importante forma de registros das ações que o grupo promove ao longo de seu desenvolvimento.

O objetivo principal do Campo de Públicas equivale a “um esforço político-acadêmico para diferenciar objetos e objetivos de cursos de graduação focados na gestão pública daqueles voltados para a administração de empresas” (PIRES *et al*, 2014, p.111). Essa proposta evidencia a expressão *Pública*, em contraponto a *Empresas*. E sua reprodução se deu a partir do “panorama político e econômico do Brasil do início do século XXI [que] favorece a participação social e o debate em torno de questões que são relevantes para um país que redescobre a democracia e almeja constituir-se como uma nação” (GONÇALVES, 2014, p.31, grifo nosso).

A Carta de Balneário Camboriú (2010), elaborada no IV Fórum de Coordenadores na nona edição do ENEAP, foi o primeiro passo que marcou a necessidade do Campo de Públicas “por diretrizes próprias, não só para a AP, mas para os cursos da área de Públicas que formam profissionais que atuarão na esfera pública, dada a interdisciplinaridade [e multidisciplinaridade], amplitude e complexidade do campo” (VENDRAMINI, 2013, p. 81, grifo nosso).

Nesse sentido, a multidisciplinaridade faz com que ambas formações (AP e AE) possam se relacionar considerando que cada uma possui um objeto de estudo próprio, mas convivem com conteúdos correlatos entre as áreas. Porém, o domínio da lógica privada é tão potente, que nos dias atuais, “o setor público está excluído ou minimizado nos mais importantes cursos que

formam os administradores de empresa em centros com expressivo histórico de relação Estado/empresa – Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília”, conforme aponta Justen e Gurgel (2015, p.865) em pesquisa realizada com dezesseis (16) grades curriculares de bacharelados em Administração de Empresas no Brasil. Esse fato é mais uma questão de importante relevância e que exige uma transformação nesse formato de ensino em AP, considerado pelos próprios autores que “nessa nova situação, criada com a reforma [Reforma Gerencial de 1990], quando muitos serviços públicos são geridos pela “administração gerencial”, inevitavelmente há aspectos relacionados à cidadania que devem ser levados em conta” (JUSTEN E GURGEL, 2015, p.866, grifo nosso).

3.2. AS NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

A mobilização da comunidade acadêmica do Movimento Campo de Públicas teve uma importância crucial na elaboração do Parecer 266/2010 que tratou de deliberação sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) do curso de graduação em Administração Pública, para a qual foi formulada a Indicação CNE/CES nº 7/2007, apresentando justificativas e fundamentos, sugerindo constituir Comissão (BRASIL, 2015, p. 1). Esta, inicialmente, foi constituída pela Portaria CNE/CES nº 7/2007 (Indicação CNE/CES nº 7/2007) e, posteriormente, recomposta pelas Portarias CNE/CES nos 8/2007, 1/2008 e 1/2010, sendo, originalmente, integrada pelos Conselheiros Antonio Araujo Freitas Junior, Edson de Oliveira Nunes, Hégio Trindade, Maria Beatriz Luce e Paulo Speller. Preliminarmente, foram tratadas as razões formais visando à correção de impertinência formal e regulatória da Secretaria de Educação Superior (SESu) que “criou” o curso de Administração Pública no Brasil (BRASIL, 2015).

Na audiência pública que se sucedeu, a temática mais relevante foi o discurso em torno da pertinência de se criar DCN's para um curso de Administração Pública ou de incluir esta área como habilitação/ênfase do curso de Administração. Neste momento, os atores envolvidos no processo apresentaram os seus pontos de vista acerca da autonomia dessa área de conhecimento, que mesmo sendo multidisciplinar, se constitui como um objeto próprio de ensino e que precisa se desenvolver como tal a partir dos cursos de bacharel em AP e buscar a interdisciplinaridade com os demais cursos relacionados à área de conhecimento.

O mesmo parecer (266/2010) ao fazer um levantamento histórico das deliberações do CNE, verificou que nas normas relativas a questões controversas na existência de habilitações e cursos específicos apresenta um conflito entre o CNE (ao não possibilitar a habilitação) a

Secretaria de Educação Superior - SESu (ao admitir a exceção para o diploma em Administração Pública). Tendo em vista que, conforme o documento (BRASIL, 2015, p.8):

(...) o Parecer CNE/CES nº 583/2001, assim como no Parecer CNE/CES nº 67/2003, “as Diretrizes Curriculares Nacionais devem ensejar variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa”. (...) Enquanto que em 2006, o Diretor do Departamento de Supervisão da Secretaria de Educação Superior do MEC, DESUP/SESu, inaugurou novo entendimento expresso no Despacho de 16/5/2006, pelo qual recomendou que as “IES que possuem curso de Administração com uma ou mais habilitações, deverão elaborar novo projeto pedagógico único”(…) Na sequência, admitiu que ficaria “permitida a exceção para o curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil”.

Nos trabalhos da Comissão, na Audiência Pública e no desenvolvimento deste tema no presente Parecer, ficou evidenciado o conceito autônomo, disciplinar e acadêmico que justifica o estabelecimento de um diploma na área de Administração Pública, consolidando essa área como objeto de estudo e formação específica. Entretanto, conforme Assumpção (2014, p.3102) os Conselhos Federal e Regional de Administração, a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e o Sindicato dos Administradores de Goiânia foram contrários ao Parecer nº 266/2010 alegando que “a decisão poderá ter graves consequências para o exercício da profissão do Administrador em todo país com a possibilidade concreta da profissão” (Processo nº 230001 000120/2011-63). Como toda a nova concepção, a formação em AP precisou atravessar longos obstáculos contrários por durante quatro anos até que seu objetivo primeiro fosse concretizado.

Sendo assim, a partir da pressão política exercida pelo Movimento do Campo de Públicas e demais grupos de interesse, em 13 de Janeiro de 2014 houve a homologação da Resolução nº 1/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o Campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

A partir dessa consolidação legal do curso de bacharel em AP, surge um novo desafio, conforme aponta o Dossiê do Campo de Públicas (PIRES *et al*, 2014, p.125),

(...) num horizonte de pouco menos de dois anos (até janeiro de 2016), todos os cursos do Campo terão que se adaptar às DCNs próprias recém-conquistadas, bem como discutir a avaliação *in loco* das condições de oferta dos cursos e um futuro Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), ambos baseados em parâmetros específicos a serem construídos com a contribuição de membros representativos de todos os tipos de cursos e regiões do país.

Logo, todas as formações ofertadas pelas instituições de ensino superior, públicas e privadas, tiveram que programar adaptações ou renovações por completo em sua matriz curricular com vistas à adequação às novas diretrizes. De acordo com o MEC, as instituições possuem dois anos para cumprir essa determinação.

3.3. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 3

O apanhado histórico resumido no presente trabalho apresentou o desenvolvimento dos cursos de bacharelado em AP no Brasil desde as suas formações iniciais, em 1808, com as primeiras escolas superiores e existência dos cursos de ciências jurídicas e sociais. Passando, em 1878, pela reforma no ensino dessas disciplinas, onde se definiu que os aspirantes a bacharéis dessas duas áreas, deveriam passar por toda a mesma série de estudos e, ao final do curso, seguir um caminho especial de estudos na área que lhes interessa diretamente. Esse, foi o momento em que o ensino superior abriu espaço para o início da generalização das formações nessa área. E essa essência (da formação genérica) consolidada no início do século XIX com base em conceitos tayloristas e fayolistas (lógica privada), ainda perdura no ensino superior em AP no Brasil nos dias atuais.

Apesar da criação do primeiro bacharel em Administração Pública, com essa nomenclatura e em nível de graduação, com a EBAP/FGV em 1952 e da sua reprodução em quantidade por diferentes instituições públicas de ensino superior na década de 50, a lógica que perdurava ainda era relacionada com os ensinamentos advindos de modelos de organização privada dos EUA. E essa questão se reflete na década de 1970, em que se inicia a fase de retração dos cursos bacharel em AP e evolução das novas formações em Administração de Empresas.

Já no limiar dos anos 1990, o Estado passava por um processo de redefinição diante da crise política e moral, o que fez com que o debate em torno do administrador público fosse recuperado. A partir daí e, principalmente, com o Programa REUNI houve a retomada de cursos de bacharel em AP nos últimos anos, fato que aumentou, por consequência, o número de acadêmicos, professores e pesquisadores da área e angariou forças aos defensores da área nessa disputa política em torno do tema, daí se originou o Movimento do Campo de Públicas.

A primeira conquista do Campo de Públicas foi a sua institucionalização formal a partir da FENEAP. Logo após, o Campo exerceu pressão no MEC em torno do ensino em AP, por meio do Parecer 266/2010, que se consolidou por meio das DCN's para os cursos de Administração Pública em 2014. Em 2015, mais uma vitória foi alcançada pelo Campo ao conceber os fundamentos e participar da elaboração (junto ao INEP) do primeiro Exame

Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) da área, aplicado no dia 22 de novembro de 2015, aos estudantes concluintes e ingressantes dos cursos de bacharel em AP do Brasil.

Apesar das conquistas recentes, ainda existem obstáculos a serem superados, por exemplo, hoje, os egressos dos cursos do Campo de Públicas encontram dificuldades no que diz respeito ao exercício profissional tendo em vista que são fiscalizados pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRA's), mesmo órgão fiscalizador para administradores privados e públicos. Esse é um impasse presente no contexto contemporâneo, o que reafirma que ainda existem espaços a serem conquistados pelo Campo até que a sua identidade e autonomia como objeto próprio de estudo, em relação aos cursos de Administração de Empresas, seja reconhecida política e juridicamente. Todavia, essa é apenas uma constatação do ambiente atual da área considerando que o debate em torno desse assunto, exercício profissional do administrador público, não faz parte do escopo de pesquisa e análise proposto para o presente trabalho.

4. ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

Hoje o país conta com 35 cursos, em modalidade presencial de ensino, de graduação bacharelado em AP, conforme os registros obtidos no sistema e-mec. Tendo em vista que a produção deste trabalho está vinculada diretamente à Conclusão de Curso e não há tempo hábil para analisar, com a devida atenção, todos os projetos pedagógicos e matrizes curriculares dos cursos existentes, foi delimitado um campo de pesquisa contendo nove cursos de graduação bacharelado em AP do Brasil, como amostra dessa população total. Também, é importante ressaltar que os cursos selecionados pertencem à modalidade presencial de ensino e não se limitam a esfera pública, contendo também instituições de ensino superior privadas. Outra questão de extrema relevância foi a escolha de formações que se encontram “em atividade” nos registros do sistema eletrônico do Ministério da Educação e que possuem a nomenclatura condizente com o problema de pesquisa: Administração Pública e/ou Gestão Pública.

Considerando que a análise foi realizada em torno dos conteúdos de cada disciplina das formações escolhidas e o objetivo é analisar, nas estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação em Administração Pública, os traços de representação da autonomia do Campo de Públicas a partir da presença de conteúdos que apontem para a existência de uma Teoria de Administração Pública, o presente trabalho selecionou nove graduações específicas divididas em dois grupos: tradicionais e novos. As formações ‘tradicionais’ são aquelas já consolidadas no sistema de ensino superior brasileiro e que possuem mais de dez (10) anos de atuação, tempo suficiente para garantir conceitos acima de quatro pontos no Conceito Preliminar de Curso (CPC) do MEC. Os cursos considerados ‘novos’, são aqueles que foram criados nos últimos 10 anos e estão inseridos em um novo contexto permeado pelo REUNI e Movimento do Campo de Públicas.

Os cursos tradicionais selecionados pertencem às seguintes instituições: Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas (EAESP-FGV), Fundação João Pinheiro (FJP), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Universidade Estadual de São Paulo (UNESP). Já as formações entendidas como novas pertencem a: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

4.1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A busca do ser humano por mais conhecimento acerca do mundo a sua volta vem se desenvolvendo durante muitos séculos, seja a partir da observação, da realização de uma determinada ação, da análise de resultados anteriores, entre outros. Para isso, foram elaborados diferentes métodos de pesquisa aplicados as mais distintas ciências existentes, conforme Gil (2008) “Podem se classificar as ciências, num primeiro momento, em duas grandes categorias: formais e empíricas. [...] As ciências empíricas, por sua vez, podem ser classificadas em naturais e sociais”. Para Gil (2008, p.5), “nas ciências sociais, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator envolvido no fenômeno”. Portanto, o presente trabalho de monografia, que representa a conclusão do curso de graduação AP na UFRGS, ao tratar da formação do Administrador Público no Brasil, pode ser caracterizado como uma pesquisa em ciência social.

A monografia de conclusão de curso, conforme Prodanov (2013) “representa o estudo aprofundado sobre um só assunto, sendo esse termo de origem grega, que, no sentido etimológico, significa *mónos* (uma só) e *graphein* (escrever)”. E, para o autor, esse tipo de estudo, monográfico, “é resultante de investigação científica que se caracteriza pela abordagem de um tema único, específico, com a finalidade de apresentar uma contribuição importante, original e pessoal à ciência” (PRODANOV, 2013, p.170).

Para a execução desse projeto de pesquisa foi utilizado o método dedutivo como método de abordagem, que “é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular” (GIL, 2008, p.9). É sabido que o uso desse método é mais restrito nas ciências sociais, em virtude da dificuldade de se obter argumentos gerais, entretanto, conforme aponta Celina Souza (1998), “embora a argumentação indutiva seja reconhecida como fonte para dedução lógica é o argumento dedutivo que dará o poder explanatório e de previsibilidade”.

Além das bases lógicas, a investigação precisa se utilizar de técnicas que indicam os meios da investigação que “tem por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais” (GIL, 2008. p.15). Nesse caso, dentre os métodos mais conhecidos como: experimental, observacional, comparativo, estatístico, clínico e monográfico, se utilizou para o presente estudo como método de procedimento o método comparativo, que de acordo com Gil (2008, p.17):

O método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles. Sua ampla utilização nas ciências sociais deve-se ao fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos sociais, separados pelo espaço e pelo tempo.

Com a finalidade de se obter respostas para problemas a partir de procedimentos científicos, foram realizadas pesquisas e investigações que, no âmbito das diversas ciências sociais, são consideradas pesquisa social (GIL, 2008). De acordo com os objetivos propostos por esse trabalho, foram utilizadas pesquisas exploratórias que “têm como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008). Esse tipo de pesquisa também pode ser entendido com a finalidade de “proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa” (PRODANOV et al., 2013, p.51). Segundo Selltiz (1967), esse tipo de pesquisa envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (SELLTIZ et al, 1967, p.63).

Essa metodologia seguiu uma abordagem de pesquisa qualitativa definida como “um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados” (NEVES, 1996, p.1). Com o objetivo de “traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre o indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação” (MAANEN, 1979, p. 520).

O delineamento de pesquisa visando confrontar a perspectiva teórica do problema com os dados da realidade se deu a partir da pesquisa bibliográfica de autores que abordam sobre o desenvolvimento dos cursos de graduação em Administração Pública no Brasil e suas perspectivas para o futuro do ensino nesse campo do saber no país. Ainda, para complementar as informações acerca das matrizes curriculares dos cursos foi realizada pesquisa documental que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p.51), tendo em vista que essas fontes documentais são capazes de proporcionar dados em quantidade e qualidade, evitando assim, a perda de tempo e o constrangimento causado por muitas das pesquisas de campo realizadas diretamente com as pessoas. Portanto, os documentos utilizados se valem desde os registros institucionais e estatísticos, até os pessoais desenvolvidos por autores em seus trabalhos acadêmicos.

A análise de dados foi através da unidade de registro onde “selecionam-se segmentos específicos do conteúdo, como, por exemplo, a frequência com que aparece no texto uma palavra, um tópico, um tema, uma expressão, uma personagem ou um determinado item” (LUDKE, 1986, p.47). Após as anotações e demais formas de registro, a respeito das matrizes

curriculares analisadas, se buscou encontrar a presença de disciplinas, inicialmente em termos de nomenclatura, que tratam acerca da Teoria de Administração Pública – TAP. Ainda tratando das grades curriculares, foram destacadas as disciplinas Obrigatórias e excluídas as Eletivas ou Optativas, tendo em vista que estas são objeto de complementação de estudos e não fazem parte da essência da formação almejada, tanto por parte da gestão dos cursos, como por parte dos estudantes. Por fim, os conteúdos das disciplinas, identificados pela sua ementa, foram relacionados com a referência conceitual das ementas contidas nos programas de ensino das disciplinas e TAP I e II de Omar Guerrero Orozco tendo em vista que as ementas propostas contemplam os traços de representação da autonomia da área de conhecimento da AP em relação à AE, além do vasto conhecimento teórico de Orozco e prática de ensino em AP em uma instituição latino-americana reconhecida entre as melhores universidades do mundo, a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAN).

4.2. DESCRIÇÃO DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nesse momento, foi realizada uma descrição completa sobre cada uma das formações selecionadas tendo em vista apresentar contextualizar a origem da instituição, a criação da formação de bacharel em AP e sua evolução histórica, as alterações curriculares que se desenvolveram ao longo do tempo bem como a estrutura atual de matriz e organização curricular.

4.2.1. Administração Pública (EAESP/FGV)

A criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, está associada diretamente ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Dessa forma, a Fundação surgiu com objetivos específicos e inovadores, conforme aponta o Projeto Pedagógico do Curso (FUNDAÇÃO, 2010, p.5):

O ensino e a pesquisa na área de Ciências Sociais Aplicadas, com ênfase em Economia e em Administração. A pesquisa era vista como um subsídio necessário à implantação de uma nova e moderna Administração Pública no país e o ensino como um elemento indispensável à preparação de quadros para um serviço público moderno e eficiente.

Dez anos após a consolidação da Fundação, em 1952, foi criada a Escola Brasileira de Administração Pública (EBAPE), sendo a primeira escola de graduação em Administração Pública do país com o intuito de qualificar os administradores públicos dos três níveis de governo. Entretanto, esse desenvolvimento também desencadeou um processo de debate e

sensibilização da comunidade para a criação de uma nova faculdade com ênfase à área de empresas, que complementaria o desenvolvimento do país.

Sendo assim, em 1954, foi criada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), a primeira escola de administração de empresas. Essa instituição inspirou-se no modelo norte-americano de *business*, tendo estabelecido um convênio com o governo dos EUA, que se comprometeu a manter uma missão universitária de especialistas em Administração de Empresas. NA EAESP, em 1969, foi criado também um curso de graduação em AP no âmbito de um convênio firmado com o governo do Estado de São Paulo para formar administradores públicos para o estado paulista. A criação desse novo curso, focado na área pública, teve como objetivo (FUNDAÇÃO, 2010, p.7):

[...] preparar aqueles que deverão, no futuro, ocupar cargos de níveis alto e médio na Administração Pública. Para tanto, é condição indispensável uma formação técnica da melhor qualidade, bem como uma formação humanística, que permita o entendimento da extensão que deverá ter o seu papel de agente do desenvolvimento.

Tendo em vista se adequar às demandas do MEC, desde a sua criação, o curso de graduação em AP (em suas distintas denominações) de 1969, até 2008, sofreu cinco (5) alterações curriculares. Entretanto, conforme aponta Martes *et al* (2010, p.3) o curso de AP da EAESP “mantinha a concepção pedagógica generalista presente no curso de Administração de Empresas. E, mesmo após a introdução de várias mudanças no perfil do curso de graduação, elas não a conduziram aos resultados que se almejava”. Para os autores, duas razões principais podem explicar as dificuldades: “a primeira diz respeito ao processo de seleção de estudantes com vocação para área de AP e a segunda à própria identidade da área”.

Hoje a matriz curricular do curso é composta por uma carga horária total de 3600 horas-aula, subdivididas da seguinte forma:

Quadro 1 – Resumo Estrutura Curricular: EAESP/FGV

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	132	1980
Disciplinas eletivas	36	540
Trabalho de Conclusão de curso	24	360
Atividades complementares	6	90
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	42	630
TOTAL	240	3600

Fonte: Elaboração Própria adaptada do Projeto Pedagógico de Curso (2010)

A formação do administrador público da EAESP/FGV está pautada em uma grande quantidade de horas direcionadas para o desenvolvimento das disciplinas obrigatórias, o que representa 55% da estrutura curricular do curso, enquanto que as disciplinas eletivas ocupam um espaço de 15% da formação. Para complementar, o curso de bacharel em AP possui créditos voltados às “Atividades Complementares” e “Estágio” que juntos correspondem a 20% e, por fim, mais 10% de TCC encerra a carga horária dessa formação. Vale ressaltar, que nesse modelo curricular apresentado no Projeto Pedagógico⁹ o “estágio curricular supervisionado”, uma das exigências das DCN’s para os cursos de bacharel em AP, se encontra embutido dentro das atividades complementares através de “imersões”, “conexões” e “oficinas”.

4.2.2. Administração Pública (FJP)

A Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro se consolidou como uma IES em Minas Gerais com vistas à modernização da gestão pública do Governo do Estado. Dessa forma, a Escola é responsável pela formação de servidores que integrarão, após a conclusão do curso de Administração Pública, uma carreira de Estado.

Conforme Da Rocha (2010, p.1),

Embora as escolas de governo tenham encontrado um contexto pouco favorável nos anos 80, data dessa década a criação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Nesse período, a ENAP enfrentou uma série de dificuldades na implantação de seu curso de Políticas Públicas e Gestão Governamental, bem como em relação à sua própria existência como escola formadora de quadros para os escalões superiores do governo.

Ainda, Ribeiro¹⁰ (*apud* DA ROCHA, 2010, p.2) complementa, “a Emenda Constitucional n. 19, que instituiu diversas mudanças na concepção de Administração Pública e preconizou a obrigação de a União, os Estados e o Distrito Federal manterem Escolas de Governo”.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública da FJP, a graduação foi autorizada a funcionar pelo Decreto Federal nº 92.745, de 4 de junho de 1986 e reconhecido pela Portaria Ministerial no 1.257, de 23 de agosto de 1994. (PPC - FJP). Porém, essa oferta de Curso de Administração Pública (CSPA) ocorre regularmente desde o primeiro semestre de 1993. E a cada ano uma nova turma é selecionada.

⁹ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO A deste trabalho.

¹⁰ RIBEIRO, Wladimir António. **As escolas de governo e o “novo Direito Administrativo”**. Escolas de Governo e Gestão Municipal. São Paulo: Oficina Municipal, 2003.

A partir de 2004, a Escola de Governo passou a receber duas turmas por ano. Nesse mesmo ano (2004), também foi realizada a última reforma curricular do Curso de AP, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação, por meio do parecer nº 689/04, aprovado em 28/08/2004. Ainda, foi o ano em que o cargo de Administrador Público foi transformado em Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), com atribuições como formulação, avaliação e supervisão de Políticas Públicas, onde os egressos são lotados no quadro de pessoal da Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG/MG), um diferencial bem especial desse bacharelado em AP.

Segundo Veiga (2001, p.12), o modelo do CSAP apresenta relação estreita com o modelo do curso francês criado em 1945, da *École Nationale d'Administration* (ENA), que inspirou diversos cursos, e algumas similaridades com o modelo adotado pela FGV. Todavia, Veiga não deixa de ressaltar que o arranjo institucional brasileiro, em geral, tem raiz norte-americana.

Conforme estrutura curricular proposta pelo PPC do bacharel em AP da FJP¹¹, o currículo pode ser resumido em relação a sua carga horária, de acordo com o quadro elaborado pelo presente trabalho.

Quadro 2 – Resumo Estrutura Curricular: FJP

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	163	2445
Disciplinas eletivas	8	120
Trabalho de Conclusão de curso	20	300
Atividades complementares	20	300
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	24	360
TOTAL	235	3525

Fonte: Elaboração Própria adaptada do Projeto Pedagógico de Curso (2012)

Nessa organização de currículo, as disciplinas obrigatórias seguem uma linha comum de maior representação da carga horária, sendo aproximadamente de 69%, enquanto que a eletivas apresentam uma expressão de cerca de 3%. A formação possui uma representatividade em torno de 9% para as atividades complementares. Os estágios supervisionados, I e II, do referido PPC, propõem uma combinação entre estágio, com 300 horas-aula, e o trabalho de conclusão de curso (realizado na disciplina de “Estágio Supervisionado II”), que possui 300 horas-aula. Para composição final das horas de estágio, ainda são acrescidas mais 60 horas de

¹¹ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO C deste trabalho.

imersões e conexões. Com isso, pode-se afirmar que o estágio supervisionado representa cerca de 10% da carga horária total do currículo bem como TCC é referente a 9%.

4.2.3. Administração Pública (UDESC)

O Curso de Graduação em Administração da Escola Superior de Administração e Gerência (ESAG) teve sua primeira estrutura aprovada em setembro de 1966, visando dar uma sólida formação a gerentes para a média empresa catarinense. Depois de promover uma avaliação interna e externa, em 1994, a Escola reformulou seu projeto pedagógico para adequar-se às demandas apontadas pelo processo avaliativo, sobretudo emprestando-lhe maior flexibilidade curricular. A partir de agosto de 2004, a ESAG passou a oferecer um segundo Curso de Graduação: Administração de Serviços Públicos. Tratou-se de uma iniciativa inovadora, que se propôs a reconceituar e enriquecer a gestão de serviços públicos, de acordo com os tempos da época.

O Curso de Administração de Serviços Públicos foi aprovado pela Resolução nº 001/2004 - CONSUNI, de 25 de março de 2004, ofertando oitenta novas vagas por semestre, sendo 40 delas em Florianópolis e outras 40 em Balneário Camboriú. O início das aulas ocorreu em 02 de agosto de 2004. O projeto pedagógico da formação contou com a contribuição de pesquisadores da área pública bem como de *experts* em legislação educacional superior e levou em consideração o contexto da época em questão. Para Salm *et al* (2011, p.13):

[...] a criação do Curso ocorreu em um momento histórico peculiar para a Administração Pública. Pode-se observar, no início deste século, um movimento de contraciclo, de transição, em que o modelo da nova gestão pública passa a sofrer críticas, enquanto ao mesmo tempo se intensifica o envolvimento de muitos segmentos da sociedade na produção ou coprodução dos serviços públicos.

Nesse sentido, o projeto pedagógico deu importância à política como espaço para o exercício da cidadania, e não apenas ao mercado e à estrutura (burocracia) estatal. Assim, o curso pode se diferenciar das demais formações de cunho tradicional¹² de Administração Pública.

¹² De acordo com alguns autores (RAMOS, 1983; DENHARDT E DENHARDT, 2007; SALM, 2011), o modelo tradicional é aquele em que “O exercício da função pública ocorre em organizações públicas de natureza burocrática, em que o controle é realizado por meio de escalões hierárquicos; as organizações burocráticas públicas se orientam pela eficiência e pela racionalidade funcional; o envolvimento e a participação do cidadão nas organizações públicas burocráticas são mínimos; a *accountability* dessas organizações é restrita, pois operam, muitas vezes, como sistemas semifechados; e, finalmente, as pessoas que nelas trabalham desempenham papéis sujeitos a condições de alienação e reificação.

Após a aprovação das novas DCN's dos cursos de bacharel em Administração, em setembro de 2006, “o Diretor Geral do CCA/ESAG/UDESC constituiu Comissão para Reforma Curricular dos Cursos de Graduação em Administração: Linha de Formação em Administração Empresarial e do Curso de Graduação em Administração em Serviços Públicos” (UNIVERSIDADE, 2007, p.3), alterando a nomenclatura deste último para “Administração Pública”, com o intuito de adequar e elaborar um novo Projeto Pedagógico relacionado diretamente com as Diretrizes Curriculares recém implementadas. Entretanto, esse fato legal em conjunto com uma determinação da Direção da ESAG, condicionou o novo currículo de que trinta por cento das disciplinas ministradas fossem comuns a todos os cursos, aumentando assim a carga-horária da estrutura curricular na formação básica e formação profissional, reduzindo drasticamente o âmbito da formação complementar, estágio e TCC.

Por fim, Salm (2011, p.26) afirma que “o Curso deve responder às demandas da sociedade e da comunidade, porém sem restringir-se a elas, e sim apontando novos rumos, ampliando perspectivas e desafiando o status quo”.

A proposta curricular do Projeto Pedagógico de Curso da UDESC é datada de 2007, porém, foi atualizada para uma nova matriz de disciplinas no ano de 2012, como o atual PPC do curso não foi encontrado, este trabalho se utilizou da matriz (disponível) mais atualizada possível para elaboração de sua análise curricular. Sendo assim, segue abaixo o resumo da distribuição das cargas horárias:

Quadro 3 – Resumo Estrutura Curricular: UDESC

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	164	2952
Disciplinas eletivas	0	0
Trabalho de Conclusão de curso	0	0
Atividades complementares	16	288
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	20	360
TOTAL	200	3600

Fonte: Elaboração Própria adaptada da Matriz Curricular (2012)

Nessa formação em AP as disciplinas obrigatórias abarcam 82% da formação dos administradores públicos enquanto que as atividades complementares representam 8% e os estágios supervisionados encerram a organização curricular com suas 360 horas, responsáveis por 10% da carga horária total.

Diferentemente das estruturas curriculares identificadas até o momento nesse trabalho, essa matriz¹³ é a primeira a considerar uma carga-horário maior por número de créditos, ou seja, as disciplinas possuem mais horas-aulas, pois uma disciplina de quatro créditos contempla uma carga horária de setenta e duas horas. Além disso, essa matriz não abre margem para um desenvolvimento profissional personalizado tendo em vista que não possui disciplinas eletivas em seu escopo de formação. Para complementar, essa organização curricular apresenta um formato diferenciado ao não contemplar o trabalho de conclusão de curso em sua proposta.

4.2.4. Administração Pública (FCL-UNESP)

O curso de Administração Pública da Unesp tem o seu início no ano de 1986 em que, “antevendo o fortalecimento do município como agente federativo, o então diretor do Instituto de Letras, Ciências Sociais e Educação (ILCE) do Campus de Araraquara, professor Nilo Odália, decidiu investir na criação do curso” (TEMAS, 2011, p.4). A elaboração e implementação do projeto foi a partir da constituição de uma comissão, composta, além do próprio diretor, por docentes dos departamentos de Antropologia, Política e Filosofia, de Economia e de Ciências da Educação, construindo assim, um projeto amplo do primeiro Curso de Bacharelado em Administração com a opção em Administração Pública. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE, 2008, p.5) “O curso de Administração Pública da FCLAR/UNESPAr/UNESP completou 20 anos em 2008. Ele foi aprovado pelo Conselho Universitário em 26/05/1988 e instituído por Resolução de 30/06/1988”.

Do ponto de vista normativo, o projeto teve como base o currículo mínimo definido para os cursos de bacharelado em Administração e Administração Pública, fixados no Parecer nº 307/1996. Já na perspectiva político-pedagógica, o projeto acrescia conteúdos que a comissão julgava importante para o alcance do objetivo e formação do profissional desejado. Para tanto, surgiu a necessidade da contratação de novos docentes, aptos a assumirem as disciplinas cujos conteúdos eram distintos das áreas de especialização consolidadas nos departamentos do Instituto. Após a superação desses obstáculos e consolidação do projeto, o curso iniciou as suas atividades em 1989. Dois anos depois, em 1991, o curso sofreu a sua primeira alteração curricular.

O curso passou por diferentes alterações curriculares. Segundo Fonseca et al (2011, p.7) A primeira reestruturação curricular tem enfoque na “formação humanista do administrador

¹³ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO D deste trabalho.

público” (1991), na segunda o foco passou a se tornar a “formação em administração” (1994) e, por fim, a terceira (2008) tem um “ênfase na formação do administrador público”.

De acordo com a última atualização da matriz curricular¹⁴ disponível no sítio eletrônico da instituição, a organização curricular pode ser resumida da seguinte forma:

Quadro 4 – Resumo Estrutura Curricular: FCL/UNESP

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	160	2400
Disciplinas eletivas	0	0
Trabalho de Conclusão de curso	0	0
Atividades complementares	20	300
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	20	300
TOTAL	200	3000

Fonte: Elaboração Própria adaptada da Matriz Curricular (2009)

A proposta curricular da FCL/UNESP possui uma carga horária total de curso de três mil (3.000) horas e considera que cada crédito equivale a quinze (15) horas-aula, mas segue um padrão similar ao da UDESC ao apresentar um alto índice de representatividade das disciplinas obrigatórias na formação do administrador público (equivalente a 80%) e se utilizar das atividades complementares (10%) e dos estágios (10%) para concluir a formação em AP. Nesse sentido, a instituição também optou por não contemplar carga horária para o trabalho de conclusão de curso e disciplinas eletivas.

4.2.5. Administração Pública (UERGS)

A Uergs está organizada sob a forma de fundação de direito privado, multicampi, com sede e foro na Capital do Estado, Porto Alegre. Conforme seu Estatuto¹⁵, decreto nº. 43.240 de 15 de julho de 2004, “instituída e mantida pelo poder público estadual e vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia”.

Entretanto, o objetivo do curso ainda estava diretamente atrelado à área de Administração tendo em vista que o bacharelado tinha como missão a “formação integral de um profissional, Administrador, capacitado para atuar no setor público através do planejamento, organização, controle e coordenação de projetos [...]” (UNIVERSIDADE, 2009, p.16).

¹⁴ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO E deste trabalho.

¹⁵ Disponível em: <http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035039Decreto_n_43240_2004.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.

Dentre seus objetivos, a instituição visa ministrar o ensino de cursos presenciais e não presenciais de graduação, pós-graduação, extensão universitária, entre outros. Conforme Projeto Acadêmico Pedagógico (2009, p.6), um dos principais motivos para a criação do curso de Bacharelado em Administração: Gestão Pública, era porque:

As transformações nas relações entre o Estado e a Sociedade determinam formas de conceber a Gestão Pública, a sua inserção nas sociedades locais, bem como o seu fazer, como elemento integrante das mesmas. Sendo assim, é adequado pensar em “Gestões Públicas”, demandando uma ação coordenada de instâncias e níveis político e organizativo-administrativo.

Dessa forma, se inicia um momento promissor em que o campo do saber de “públicas” passa a fazer parte da instituição, mesmo que de forma inconsciente por parte dos professores e/ou coordenadores de curso. Ainda, o curso de Administração com foco em Gestão Pública teve como ponto de partida a experiência obtida em outra graduação já consolidada na instituição, a Administração com foco em Serviços e Sistemas de Saúde. Ambas as formações tinham um pouco mais de 50% de sua estrutura curricular em comum, pois foram criadas com base na normativa da Resolução/CNE nº4, de 13 de julho de 2005, que instituiu as DCN’s dos cursos de Graduação em Administração. “Aproximadamente 30% das disciplinas de Gestão Pública são totalmente diferentes às de Serviços e Sistemas de Saúde, e 10% delas são similares, podendo ser reaproveitadas por alunos de ambos os cursos” (UNIVERSIDADE, 2009, p.17).

Apesar disso, em análise mais ampla, a organização curricular está articulada horizontalmente, em três eixos temáticos: 1) História, Filosofia e Pesquisa; 2) Estudos Administrativos (sub-eixos: Sistemas de Informação, Estratégico, Formação Básica, Econômico, Financeiro e Operacional) e (3) Direito e Sociedade.

Tendo em vista a última reforma curricular (2015), a matriz curricular¹⁶ abordada nesse trabalho é a mais atualizada possível e disponível no sítio eletrônico da instituição. Esta, pode ser resumida de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 5 – Resumo Estrutura Curricular: UERGS

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	166	2490
Disciplinas eletivas	10	150
Trabalho de Conclusão de curso	8	120
Atividades complementares	6	90
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	20	300
TOTAL	210	3150

Fonte: Elaboração Própria adaptada da Matriz Curricular (2015)

¹⁶ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO G deste trabalho.

Em 2015, o curso de Administração - Gestão Pública sofreu alteração de nome a fim de atender às DCN's dos Cursos de Administração Pública e passou a ser chamado somente de "Administração Pública". Com isso, a graduação também realizou uma reestruturação curricular, elencando uma nova relação de disciplinas a serem cursados pelos acadêmicos ingressantes no curso.

Na proposta curricular da nova matriz da UERGS se verifica uma representatividade de 79% das disciplinas obrigatórias em relação à carga horária total do currículo. Já as disciplinas eletivas, compreendem apenas 5%. Ao trabalho de conclusão de curso são auferidas cento e vinte (120) horas-aula e às atividades complementares apenas noventa (90), ambas são refletidas na organização curricular com representação de 4% e 3%, respectivamente. Por fim, a formação conta com uma disciplina de estágio curricular supervisionado, responsável por 9% da carga horária completa da graduação. Esta última disciplina (estágio), possui uma carga horária mínima de trezentas (300) horas e pode ser realizado em duas ou mais etapas ao longo da formação do profissional, portanto, ele é desenvolvido em paralelo à matriz curricular.

4.2.6. Administração Pública e Políticas Públicas (UNILA)

Em busca de sanar a carência de profissionais especializados em Administração e Políticas Públicas, a Universidade Federal de Integração Latio-Americana passou a ofertar, a partir do ano de 2010, um curso de graduação na área de Administração. Entretanto, destacou-se a necessidade de assegurar a formação de forma específica nos campos da Administração Pública e Políticas Públicas "para atender a demanda social, local, regional, nacional e latino-americana" (UNIVERSIDADE, 2014, p.4).

Diferentemente de outros cursos, essa formação tem entre os seus objetivos, "formar profissionais habilitados para fortalecer a institucionalização, a profissionalização e a reflexão sobre políticas públicas no âmbito local" (UNIVERSIDADE, 2014, p.4). Além disso, por pertencer ao ambiente estrategicamente localizado da UNILA, o curso tem uma abrangência à região da Tríplice Fronteira, ampliando a abrangência de Estado aliado à cooperação e integração regional.

O grupo que desenvolveu o Projeto Político Pedagógico do Curso – formado por docentes da Universidade e professores convidados da UFRGS – se preocupou elaborar uma estrutura de curso com base normativa nas novas diretrizes curriculares dos cursos de Administração Pública, que se tornaram vigentes a partir de janeiro de 2014. Dessa forma, o

bacharelado em AP da UNILA se tornou uma das primeiras formações de administradores públicos já obedecendo as novas DCN's.

O curso de bacharelado em Administração Pública e Políticas Públicas é ofertado na forma presencial e está estruturado de forma que as suas disciplinas possibilitam a formação em duas ênfases distintas, mas ambas com as suas identidades preservadas: ênfase em Administração Pública e ou ênfase em Políticas Públicas. A primeira (AP) é voltada para a formação de profissionais que atuarão nas áreas de orçamento, planejamento e gestão, logo, conta com uma carga horária maior de disciplinas de Direito e sobre normativas e metodologias específicas de gestão. Já a ênfase em Políticas Públicas é mais interdisciplinar e está voltada para formar profissionais capazes de refletir, construir e executar as políticas públicas.

A formação será ministrada em regime semestral, compreendendo 10 (dez) semestres letivos. O currículo está organizado por créditos, considerando que cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas.

Segundo o Projeto Pedagógico do Curso (UNIVERSIDADE, 2014, p.19):

Reforça-se que, buscando preservar a consistência formativa, apenas as disciplinas constantes na listagem de disciplinas optativas do curso Administração Pública e Políticas Públicas poderão ser contabilizadas como tal. Entretanto, a listagem de oferta será ampliada de acordo com a disponibilidade e necessidade de atualização, bastando para isso que o colegiado do curso indique e o NDE aprove e publique uma nova listagem a cada semestre e para cada uma das ênfases ofertadas.

Tendo em vista que o PPC do curso é muito recente (2014), a matriz curricular desenvolvida na graduação é a mesma apresentada no Projeto. Entretanto, para fins desse trabalho a matriz curricular¹⁷ referida é da formação do profissional com ênfase em “Administração Pública” e pode ser resumida conforme o quadro abaixo:

Quadro 6 – Resumo Estrutura Curricular: UNILA

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	170	2550
Disciplinas eletivas	24	360
Trabalho de Conclusão de curso	12	180
Atividades complementares	30	450
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	4	60
TOTAL	240	3600

Fonte: Elaboração Própria adaptada do Projeto Pedagógico de Curso (2014)

¹⁷ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO F deste trabalho.

Na organização curricular da UNILA para formação em AP, o ensino proposta possui uma visão um pouco mais ampliada tendo em vista que as disciplinas obrigatórias representam um percentual de cerca de 70% da carga horária enquanto que o restante se distribui entre disciplinas eletivas (10%), trabalho de conclusão de curso (5%), atividades complementares (12,5%) e estágio obrigatório (2,5%).

Um destaque que diferencia a formação em AP proposta pela UNILA é uma vasta proposição de disciplinas optativas, que ganham o seu espaço no processo de formação propõem ao acadêmico a oportunidade de se aprofundar em áreas ou assuntos de seu interesse dentro da área de ênfase, no caso, Administração Pública. E, conseqüentemente, um baixo foco na formação prática por meio dos estágios, imersões e oficinas.

4.2.7. Administração Pública e Social (UFRGS)

A Escola de Administração da UFRGS originou-se da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE), com a criação, em 1951, do Instituto de Administração. O Conselho Universitário da UFRGS aprovou através da decisão n. 58/96, de 6 de setembro de 1996, a criação da Escola de Administração da UFRGS, tornando-a uma unidade autônoma.

O Curso de Graduação em Administração foi criado oficialmente em 1962, e obteve reconhecimento em 4 de novembro de 1971, através do Decreto nº 69460, publicado no Diário Oficial da União. Desde a sua criação, o curso de Administração objetivou a formação de administradores públicos e para empresas, inclusive com emissão de diplomas próprios.

Entretanto, em 1990:

Estes cursos, em razão da base comum do currículo, foram unificados em 1990, mantendo a Administração Pública como área de concentração. O currículo do curso, a partir do 1º semestre de 1995, obedece à resolução nº 2, de 4 de outubro de 1993, do então Conselho Federal de Educação (CFE), tendo sofrido atualizações. (DOCUMENTOS, 2014, p.3)

Em 2009, cerca de vinte anos após a unificação de ambas as graduações em um curso apenas, o debate a respeito da autonomia do Campo de Públicas é retomado pela instituição, que no âmbito do REUNI, criou a Linha de Formação Específica em Administração Pública e Social, respeitando as Diretrizes Curriculares Linhas de formação específicas estão prevista na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, no §3 do Art. 2º, onde fica claro que estas “não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação”. Sendo assim, desde 2010, são ofertadas 80 vagas anuais para ingresso na Linha

de Formação Específica em Administração Pública e Social, disponibilizadas no turno noturno no Concurso Vestibular.

Após a recente publicação Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública - Bacharelado, ocorreu uma importante alteração na estrutura da Linha de Formação em AP que se consolidou como um Curso de Administração Pública e Social, representando uma autonomia e especificidade nessa área de conhecimento, conforme o Parecer do Conselho Nacional de Educação publicado no D.O.U. de 19/12/2013 em resposta ao movimento de unificação das áreas (BRASIL, 2013, p.3):

[...] não obstante a recomendação expressa na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, de que as Linhas de Formação Específica nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão do nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo as mesmas constar apenas no Projeto Pedagógico, nos leve à compreensão de que as especificidades podem ser tratadas nessa linha de formação, as peculiaridades de cada formação [...] confirmam a pertinência de um recorte acadêmico e normativo, o que justifica a instituição de uma diretriz curricular específica para o curso de Administração Pública.

Em 2013, os próprios acadêmicos da Linha de Formação em Administração Pública e Social já se movimentavam em busca da autonomia do curso e realizaram sua primeira Semana Acadêmica, com datas, temas e atividades distintas do curso de Administração, um evento que contou com participação expressiva de estudantes em todas as noites de atividades. A partir daquele ano, os grupos de acadêmicos do curso passaram a se reunir esporadicamente para debater sobre o campo.

De acordo com a matriz curricular apresentada no Projeto Pedagógico do Curso (2014, p.7)¹⁸, a organização curricular da formação em AP da UFRGS pode ser resumida conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 – Resumo Estrutura Curricular: UFRGS

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	146	2190
Disciplinas eletivas	12	180
Trabalho de Conclusão de curso	16	240
Atividades complementares	6	90
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	20	300
TOTAL	200	3000

Fonte: Elaboração Própria adaptada do Projeto Pedagógico de Curso (2014)

¹⁸ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO B deste trabalho.

A carga horária total da linha de formação em AP da UFRGS é representada, em sua maior parte, pelas disciplinas obrigatórias do curso (73% do total de horas-aula), que são a base teórica desenvolvida concomitantemente com a formação do bacharel em Administração. Além disso, o curso possui uma pequena parte atrelada à realização de disciplinas eletivas que representa 6% da carga horária total. Já o “Trabalho de Conclusão de Curso”, recebe 16 créditos correspondentes a 240 horas-aula (8%), distribuídos em duas disciplinas. Ainda, possui atividades complementares com 3% da carga horária total e quatro disciplinas de “oficinas” que compõem os 10% restantes da quantidade total de hora-aula do currículo.

4.2.8. Administração Pública (UFF)

A Universidade Federal Fluminense (UFF) foi criada pela Lei n.º 3848, de 18 de dezembro de 1960, completando, em 2012, 52 anos de existência. No ano base de 2012, a universidade era constituída por 33 unidades acadêmicas e quatro polos universitários. A UFF congrega 44.175 estudantes de graduação, sendo 32.757 em 86 formações presenciais e 11.418 em 4 cursos na modalidade semipresencial. Na pós-graduação, a instituição apresenta 11.862 discentes, distribuídos por 141 cursos de especialização, 65 de mestrado e 33 de doutorado, além da residência médica, conforme aponta o PPC do bacharelado em Administração Pública (2014, p.3). Dentre as diferentes unidades da universidade, a Escola de Ciências Humanas e Sociais de Volta Redonda (ECHSVR), se destacava ao longo do tempo com indicadores de qualidade e produtividade.

“Criada em 13 de dezembro de 2006, por meio da Resolução n.º 324, a ECHSVR apresenta cinco cursos de graduação, nas áreas de Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Direito e Psicologia. Anualmente, 400 vagas para ingresso são ofertadas” (UNIVERSIDADE, 2014, p.3).

A concepção do Pólo Universitário de Volta Redonda (PUVR) contemplou a construção do campus Aterrado e consolidou dois núcleos acadêmicos: a Unidade de Engenharia e Ciências Básicas e a Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, este último a gênese do atual Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS). Com o apoio do Ministério da Educação, foi empreendido pela UFF um diagnóstico sobre a demanda regional por formação, estudo que embasou a proposição do conjunto de cursos oferecidos pelo PUVR e, dentre eles, o de Administração Pública.

Após o diagnóstico, o PPC (UNIVERSIDADE, 2014, p.4) aponta que:

Percebe-se, portanto, que a elevação da qualidade de vida na região dependerá de estímulos ao desenvolvimento integrado, com externalidades positivas e voltado à

equidade. Assim, a importância do Estado e, em consequência, dos gestores públicos como indutores e reguladores desse processo é irrefutável.

Com isso, segundo o Boletim de Serviço da UFF nº 172, ano XXXIX, seção III, página 09, “O Bacharelado em Administração Pública, modalidade presencial, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Fluminense foi criado por meio da decisão nº 067 do Conselho Universitário, em 26 de agosto de 2009 (UNIVERSIDADE, 2009, p.9). Ou seja, somente três anos após a consolidação da ECHSVR que foi possível a efetiva implementação do curso de AP.

A organização curricular do bacharel em AP da UFF, apesar de ter seu PPC publicado em fevereiro de 2014 (momento posterior a homologação das DCN’s de Administração Pública), teve como base as diretrizes curriculares dos cursos de Administração, “efetuando as adaptações pertinentes para formar o bacharel em Administração Pública” (UNIVERSIDADE, 2014, p.8). O currículo do curso apresenta disciplinas específicas, disciplinas optativas, as atividades complementares, o estágio curricular obrigatório e o trabalho de conclusão de curso. As primeiras (disciplinas específicas e optativas), são caracterizadas pelos conhecimentos de formação básica, formação profissional, estudos quantitativos e suas tecnologias, e as demais são de formação complementar.

Por fim, se almeja que o profissional egresso do bacharelado em AP da ECHSVR deverá apresentar “sólida formação técnica e denso preparo de natureza sociopolítica, ambos centrados na compreensão de que os fins da Administração Pública são a promoção do interesse público e a valorização da cidadania” (UNIVERSIDADE, 2014, p. 7).

Como o PPC da UFF é um documento relativamente recente, a matriz curricular¹⁹ vigente do curso está descrita nele e pode ser resumida da seguinte forma:

Quadro 8 – Resumo Estrutura Curricular: UFF

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	150	2250
Disciplinas eletivas	8	120
Trabalho de Conclusão de curso	6	90
Atividades complementares	16	240
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	20	300
TOTAL	200	3000

Fonte: Elaboração Própria adaptada do Projeto Pedagógico de Curso (2014)

¹⁹ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO I deste trabalho.

Nessa proposição de currículo da UFF, as disciplinas obrigatórias compreendem 75% de toda a carga horária do curso. As disciplinas eletivas têm menor expressão fazendo parte de 4% da formação do profissional. Já o trabalho de conclusão de curso é desenvolvido em noventa (90) horas-aula, o que corresponde a 3% do total. As atividades complementares têm certa relevância no projeto tendo em vista que representam 8% da formação geral e os estágios curriculares encerram a proposta de currículo com 10% de representatividade da carga horária total da matriz.

4.2.9. Administração Pública (UFRRJ)

A UFRRJ foi criada pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, que estabeleceu as bases para o ensino agrícola no Brasil e criou a Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária (ESAMV). “A Escola deveria ser o padrão de ensino agrícola no país, direcionada para a formação de quadros administrativos nos diferentes níveis e vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio” (UNIVERSIDADE, 2010, p.4).

Em 1970, seu Estatuto e Regimento Geral são aprovados internamente e em 1974 se dá a aprovação do Conselho Federal de Educação, homologada pelo Ministro da Educação. Assim, a UFRRJ passa a ter uma estrutura administrativa acadêmica composta por nove Institutos que estão ligados aos Departamentos, estes constituídos de acordo com a afinidade entre as disciplinas e considerados a menor fração da estrutura acadêmica universitária.

Pouco tempo depois de iniciar nesse processo de formação universitária com o curso de Ciências Agrárias, a instituição percebeu a necessidade de ampliar seu escopo de cursos para outras áreas do conhecimento, como Administração, Ciências Econômicas, Licenciatura em Economia Doméstica, Geologia e Zootecnia. Esse desenvolvimento foi contínuo seguindo em 1973, com a criação do curso de Licenciatura em Educação Física e em 1976 dos cursos de Licenciatura em Ciências com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia.

Cerca de quarenta anos depois, a instituição passou a se tornar referência no ensino superior chegando, em 2010, a um contingente de “cerca de 12.000 alunos matriculados na graduação, sendo cerca de 10.000 no ensino presencial e cerca de 2.000 na modalidade de ensino a distância. Na pós-graduação eram 1.240 matriculados” (OLIVEIRA *et al*, 2011, p.1). Segundo os autores, a UFRRJ teve participação expressiva no “REUNI, além do curso de Administração Pública, que teve início com a primeira turma em agosto de 2010 [...] 23 novos cursos de graduação presencial [...] iniciaram suas atividades em 2009 e 2010”.

“A formação em Administração Pública, no país e no exterior surgiu visando à preparação de profissionais competentes para atuar no aparelho do Estado, hoje as mudanças

nas relações entre Estado e Sociedade requerem uma redefinição da formação neste campo” (UNIVERSIDADE, 2010, p.14). Nessa perspectiva e na evidência de se reconhecer uma identidade específica para Administração Pública, o projeto do curso foi desenvolvido e pensado a partir do Despacho do Diretor do Departamento de Supervisão do Ensino Superior (DESUP), de 16 de maio de 2006, o qual cita: “Fica permitida a exceção para o curso de Administração Pública, fundamentada na própria origem dos cursos de Administração no Brasil” (UNIVERSIDADE, 2010, p.14). Entretanto, se percebeu desde aquele momento, que o curso permanecia atrelado à Administração.

A matriz curricular do curso de Administração Pública da UFFRJ consta de dois eixos de conteúdo: um de formação básica e outro de especialização (que está dividido em duas partes). A formação básica é constituída por disciplinas que visam propiciar ao acadêmico uma visão geral dos aspectos legais, sociais, econômicos e políticos que fundamentam a administração brasileira, enquanto que a especialização é destinada a formação no que diz respeito aos princípios constitucionais (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência) bem como a aplicação de metodologias de gestão pública.

A expectativa com o bacharelado em Administração Pública da UFFRJ é com a participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação permanente do curso, faça com que sejam identificados tanto os pontos fracos quanto os fortes para que se garantam o alcance dos objetivos propostos.

O PPC da graduação em AP da UFFRJ apresenta um compilado das competências do administrador público e diretrizes que dão embasamento à formação, entretanto, ele não apresenta a organização curricular prevista. Sendo assim, para análise no presente trabalho, foi utilizada a matriz curricular²⁰ disponibilizada no sítio eletrônico da instituição e que pode ser resumida conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Resumo Estrutura Curricular: UFFRJ

Estrutura Curricular	Créditos	Carga Horária
Disciplinas obrigatórias	140	2100
Disciplinas eletivas	12	180
Trabalho de Conclusão de curso	0	0
Atividades complementares	18	270
Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	30	450
TOTAL	200	3000

Fonte: Elaboração Própria adaptada da Matriz Curricular (2015)

²⁰ A matriz curricular completa do curso consta no ANEXO H deste trabalho.

A proposta curricular de graduação em AP da UFRRJ, em relação à carga horária total do curso, apresenta que as disciplinas obrigatórias representam 70% da formação completa. As disciplinas eletivas fazem parte desse processo e complementam o currículo com 6% da carga horária. O trabalho de conclusão de curso não está presente na matriz, abrindo espaço a uma disciplina de “Projeto de Pesquisa-Ação”, que juntamente com as matérias de “Estágio Curricular Supervisionado”, possibilitam uma intervenção do acadêmico no ambiente de atuação das organizações públicas. Dessa forma, o estágio tem alta representação (em termos de carga horária) na estrutura curricular que corresponde a 15% da formação. Ainda, as atividades complementares, encerram o escopo de ensino do curso com 9% da carga horária total.

4.3. ANÁLISE DAS MATRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Após a descrição de cada uma das instituições de ensino que promovem a graduação em AP, segundo os elementos elencados no início do capítulo 4 deste trabalho, e apresentação do seu desenvolvimento histórico, alterações curriculares, número de disciplinas, cargas-horárias e matrizes atuais, foi realizada uma análise mais detalhada de cada proposta curricular tendo em vista verificar se as formações em AP estão acompanhando o desenvolvimento do Campo de Públicas como uma área de conhecimento autônoma.

Sendo assim, no primeiro momento, ao relacionar todas as matrizes curriculares e apresentar suas disciplinas propostas para formação do administrador público, foram destacados de cada organização curricular (das nove instituições estudadas) somente os componentes curriculares que se referem à Administração Pública como uma área de conhecimento autônoma em sua nomenclatura, sem a aderência de outra área de conhecimento. É importante salientar que este trabalho não tem o intuito de separar o Campo de Públicas das demais temáticas que estão diretamente associadas a ele e que desempenham uma formação multidisciplinar nos cursos de graduação em AP, mas sim identificar, dentro desses cursos, quais as disciplinas que refletem a autonomia do Campo e sua identidade.

Nesse sentido, os componentes do currículo que compreendem mais de uma área de conhecimento e tratam a AP como um adjetivo, como por exemplo, “Contabilidade Pública”, “Comunicação Pública”, “Finança Pública”, entre outros, foram retirados da análise considerando que a contabilidade, a comunicação e as finanças, já são uma área específica de conteúdo que ao adicionar o termo “Pública” em seu nome ressaltam o pressuposto de que o

Campo de Públicas é apenas um espaço de atuação dos profissionais egressos e não objeto de estudo (o que propõe o conceito de autonomia da área).

Portanto, a fim de resumir essa proposição ousada de separação das disciplinas que visam apresentar o Campo de Públicas como um objeto de conhecimento próprio a ser estudado e pesquisado, foi elaborado o quadro abaixo:

Quadro 10 – Disciplinas que remetem ao Campo de Públicas como área de conhecimento autônoma: nomenclatura.

Instituição	Nomenclatura
EAESP/FGV	Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos
	Formação da Administração Pública Brasileira
	Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública
FJP	Administração Pública
	Gestão Pública no Estado Contemporâneo
UDESC	Administração Pública e Sociedade
	Teoria Geral da Administração Pública
	Administração Pública I
	Administração Pública II
UNESP	Teorias Organizacionais e Administração Pública
	Teoria da Administração Pública
UERGS	Introdução à Administração Pública
	Administração Pública I
UNILA	Fundamentos da Administração Pública
	Teoria da Administração Pública I
	Teoria da Administração Pública II
UFF	Fundamentos da Administração Pública
	Gestão Pública I
	Gestão Pública II
UFRRJ	Introdução à Administração Pública

Fonte: Elaboração Própria.

Com isso, é possível identificar que das nove (09) instituições que oferecem cursos de bacharel em AP, objeto de pesquisa do presente trabalho, somente oito (08) possuem disciplinas destacam a Administração Pública como teoria em sua nomenclatura. Sendo a UFRGS a única instituição que não possui disciplinas que tratem desse tema com esse enfoque, ou seja, que represente a autonomia do Campo de Públicas. Além disso, de todas as formações em AP

pesquisadas, que somam um montante de 436 disciplinas, somente 21 podem ser destacadas com uma nomenclatura relacionada ao tema abordado.

A partir desse compilado de disciplinas que, em tese, representam a formação de novos profissionais em torno do debate contemporâneo acerca das teorias de Administração Pública bem como a evolução desse tema em âmbito nacional e internacional, foi realizada a análise mais minuciosa de cada um dos componentes curriculares, a partir das ementas das disciplinas, disponíveis nos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos tendo em vista verificar se o conteúdo das disciplinas reflete a autonomia do campo.

Todavia, para que a análise das ementas tenha validade conceitual e considerando os paradigmas em torno da Administração Pública no Brasil como objeto de estudo e formação de profissionais. Para isso, se optou por buscar uma ementa de referência com elementos próprios que giram em torno do que é público e do porquê de estudar a AP. Ainda, encontrar traços de representação da autonomia do curso a partir da reflexão acerca da atuação do administrador público das questões específicas em torno do pensamento político e das relações de Estado e sociedade. Além disso, essa ementa precisaria formar o indivíduo a partir de um largo conhecimento teórico a respeito das grandes correntes de pensamento social que atravessaram o período histórico passando pelo hegelianismo, marxismo e anarquismo, bem como da concepção contrária, e hegemônica no pensamento contemporâneo, dos pensadores individualistas (liberalismo, neoliberalismo e etc.), tendo em vista capacitar os administradores públicos com conhecimentos próprios em relação às metodologias, terminologias, definições e práticas em AP.

Também, optou-se por encontrar no referencial de ementas, um programa de ensino com um viés latino-americano, que estima-se estar inserido no contexto geopolítico do nosso país e relacionado, em proximidade, com as suas particularidades, diferentemente de uma corrente norte-americana com o seu “treinamento daspiano” (FISCHER, 1984, p.282) ou de uma formação europeia onde há uma “abordagem fortemente embasada no direito público” (COELHO *et al*, 2013, p.418).

Além da importância dos elementos de conteúdo, do ambiente e contexto de análise, é fundamental ter como base conceitual uma ementa continuamente aprimorada e praticada em uma instituição de ensino superior renomada internacionalmente. Sendo assim, foi escolhida a Universidade Nacional Autônoma do México – UNAN, que se encontra entre as duzentas melhores universidades do mundo conforme pesquisa elaborada pela empresa privada QS e

publicada no periódico “La Jornada” (2015)²¹, classificada na posição 175. Também, ocupa o oitavo lugar no *ranking* de melhores universidades da América Latina, publicado pela Forbes (2014)²² e, por fim, é considerada a melhor universidade do México de acordo com o “El Economista” (2015)²³.

Para complementar a base teórica associada a esses critérios e com grande relevância para a formação em AP, é necessário que o professor ministrante dessa ementa tenha largo conhecimento teórico e prático acerca do tema. Sendo assim, a ementa escolhida advém dos estudos desenvolvidos pelo Professor Doutor Omar Guerrero Orozco²⁴. De acordo com a bibliografia indicada em seu próprio sítio eletrônico (OROZCO, 2016), o professor é:

Doutor em Administração Pública, Professor de Carrera na UNAM e Pesquisador Nacional Nível III (a partir de 1997). Dirigiu a Revista de Administração Pública (1980-1982), e fez parte da Comissão de Ciências Sociais do Sistema Nacional de Pesquisadores (1999-2003), corpo colegiado que presidiu em 2003. Obteve o Prêmio de Administração Pública (1979), patrocinado pelo Instituto Nacional de Administração Pública, da qual é membro desde 1980; e de seu Conselho de Administração (1997-2002). Ele também é integrante da Academia Mexicana de Ciências desde 1987, e membro do Seminário de Cultura Mexicana de maio de 2006.

Portanto, para realização da análise de comparação de cada uma das ementas das disciplinas selecionadas previamente neste estudo, foram utilizados os “Programas da Matéria” desenvolvidos por Omar Guerrero Orozco (2016), para as matérias de “Teoria de Administração Pública I” e “Teoria de Administração Pública II”.

Sendo assim, as ementas referidas e conceituadas como padrão de análise são:

Quadro 11 – Ementa Teoria da Administração Pública I (Omar Guerrero, 2015)

Por quê estudar Administração Pública; A Administração Pública no pensamento político; A Administração Pública nas grandes correntes de pensamento social: hegelianismo, sansimonismo, marxismo e anarquismo; A Administração Pública nas grandes correntes de pensamento individualista: liberalismo, neoliberalismo; Ordem espontânea e Administração Pública; Administração Pública como conceito axial; Administração Pública: identificação e definição; Primazia do público; Uma filosofia da história universal para a Administração Pública; Charles-Jean Bonnin, o fundador da Ciência da Administração Pública.

Fonte: Traduzido de GUERRERO (2015)

²¹ Disponível em < <http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2015/09/15/unam-avanza-16-lugares-en-ranking-de-mejores-universidades-217.html>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

²² Disponível em <<http://www.forbes.com.mx/las-10-mejores-universidades-de-america-latina/>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

²³ Disponível em < <http://eleconomista.com.mx/especiales/americaeconomia/2015/07/20/las-mejores-universidades-mexico-ranking-2015>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

²⁴ Disponível em <<http://www.omarguerrero.org/>>. Acessado em 08 de janeiro de 2016.

Quadro 12 – Ementa Teoria da Administração Pública II (Omar Guerrero, 2015)

O idioma administrativo; Os princípios na Administração Pública; A ciência da Administração Pública; A metodologia na Administração Pública; A pesquisa científica em Administração Pública: hermenêutica; A pesquisa científica em Administração Pública: retórica; A prática em Administração Pública; As ideias em Administração Pública; A cultura administrativa; Transparência e prestação de contas; O fim da nova gerência pública.

Fonte: Traduzido de GUERRERO (2015)

A partir dos conteúdos elencados pelo professor Omar Guerrero e de acordo com a sua trajetória acadêmica e profissional na área, este trabalho se utilizará desse programa de conteúdos para verificar se as disciplinas relacionadas acima (quadro 10) compreendem uma formação teórica concreta em Administração Pública aos seus bacharéis. Todas as ementas das disciplinas analisadas se encontram na relação ementaria constante no Anexo J do presente trabalho.

4.3.1. EAESP/FGV

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da EAESP/FGV foram: Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos, Formação da Administração Pública Brasileira e Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública.

Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos: a ementa da disciplina não se relaciona com os programas do autor (Omar Guerrero) tendo em vista que estão centradas no momento contemporâneo da gestão pública brasileira considerando como ponto de partida a reforma gerencial de 1955.

Formação da Administração Pública Brasileira: o programa da disciplina se refere à evolução histórica da AP no Brasil, mas não oferece uma base teórica acerca da teoria de AP de forma geral passando pelo “pensamento político e social”, “identificação e definição” e “primazia do público”, conforme aponta o referencial teórico de base. Portanto, as ementas das disciplinas não se relacionam.

Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública: essa ementa da EAESP/FGV traz tópicos que merecem destaque ao ressaltar “a origem do conceito”, “as diferentes terminologias” e as “dimensões do espaço público”. Entretanto, a grande massa de conteúdo está atrelada às questões ainda de Reforma Administrativa e o chamado “espaço público não-estatal”. Por se associar com a disciplina de TAP II de Omar Guerrero, mas olvidar questões importantes sobre “os princípios da AP”, “ciência da AP”, “a metodologia em AP” e

a “pesquisa científica em AP”, essa ementa se relaciona parcialmente com a proposição do autor.

4.3.2. FJP

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da FJP foram: Administração Pública e Gestão Pública no Estado Contemporâneo.

Administração Pública: possui um conteúdo em comum com a ementa de TAP I – Teoria da Administração Pública de Omar Guerrero ao tratar da “história do pensamento sobre Administração Pública”, porém esse título é amplamente genérico, pois ele poderia ser utilizado para resumir todos os conteúdos que o Guerrero propõe para o ensino desse tema. Os demais conteúdos como “modelo burocrático e sua crise”, “Princípios da nova gestão pública” e “as reformas administrativas no Brasil”, estão menos distantes, da segunda proposta do professor Orozco (em TAP II) que focaliza o aprofundamento e reflexão a respeito dos “Princípios na Administração Pública”, “A cultura administrativa” e a “A prática em Administração Pública”. Portanto, se percebe a tentativa da formação em reduzir os conteúdos equivalentes a dois componentes curriculares (8 créditos, equivalente a 120h) em apenas uma disciplina de sessenta (60) horas e com parcialidade dos conteúdos abordados.

Gestão Pública no Estado Contemporâneo: apesar de possuir um nome diretamente associado ao tema, está voltada diretamente para “Relação público/privado na produção de serviços públicos”, “Descentralização e desconcentração”, “Governança”, “*Accountability*” o que também se distancia da proposta de entendimento de uma teoria de Administração Pública como área autônoma, se reduzindo apenas ao espaço de atuação.

4.3.3. UDESC

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da UDESC foram: Administração Pública e Sociedade, Teoria Geral da Administração Pública, Administração Pública I, Administração Pública II e Administração Pública III. É importante ressaltar que tendo em vista que a matriz curricular disponível é mais atualizada que o PPC divulgado pela instituição, mas que a mesma não realiza a divulgação de suas ementas, o presente trabalho se utilizou das ementas disponíveis no PPC do ano de 2007, pois as nomenclaturas se mantêm iguais.

Administração Pública e Sociedade: essa disciplina apresenta um ponto de vista mais sociológico da Administração Pública com conteúdo que segue desde o papel da AP na sociedade até o “co-produção do bem comum”. Dessa forma, essa disciplina cumpre com parcialidade o programa elencado por Omar Guerrero, pois representa somente os dois

primeiros conteúdos ressaltados pela ementa do professor Orozco “Por quê estudar Administração Pública” e “A Administração Pública no pensamento político”.

Teoria Geral da Administração Pública: essa disciplina propõe em sua ementa um apanhado de conteúdos correlacionados com a perspectiva de Omar Guerrero para o entendimento inicial de uma teoria da Administração Pública tendo em vista uma relação muito próxima na proposta de ensino e uma ementa similar em termos de AP.

Administração Pública I: esse componente curricular trata parcialmente do que Guerrero aborda em sua segunda disciplina (TAP II) considerando que apresenta os “Modelos de gestão pública” e a “Noção de serviço público: caracterização tipologia e significado”. Entretanto, falta o aprofundamento na área da “Pesquisa científica em Administração Pública”, o que permite ao profissional uma reflexão teórica mais elevada do campo sem focar apenas em soluções e práticas administrativas.

Administração Pública II: propõe conteúdos associados diretamente aos “Modelos de gestão e metodologias para melhoria do serviço público”, entretanto, de acordo com a ementas as metodologias já existem e devem ser utilizadas para melhoria do funcionamento (qualidade total, reengenharia, BSC, entre outros), diferentemente do que se buscar atingir em teorias mais amplas que instigam a proposição de novas metodologias com a lógica propícia de seu objeto de estudo (“público”), como abordado no conteúdo de forma mais genérica por Omar Guerrero em “A metodologia na Administração Pública”. Portanto, esse componente curricular não se relaciona com as ementas de Omar Guerrero.

Administração Pública III: nesse programa de ensino se verifica a inserção do “Panorama internacional de sistemas de governança e Administração Pública” o que resulta em uma questão extremamente necessária para formação do administrador público e que vai além dos dois programas citados de Omar Guerrero. Nesse sentido, essa proposta de disciplina poderia dialogar com uma possível TAP III do professor Orozco, mas não se relaciona com as TAP I e II, instrumentos de análise deste trabalho.

4.3.4. UNESP

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da UNESP foram: Teorias Organizacionais e Administração Pública; e, Teoria da Administração Pública. O curso possui um PPC de novembro de 2008 e uma matriz curricular atualizada em 2009, mas as ementas das disciplinas do curso constam em outro documento disponibilizado no sítio eletrônico da instituição. Entretanto, apesar de a matriz curricular apresentar a disciplina “Teoria da

Administração Pública”, a mesma não foi encontrada no Programa de Ensino (2009)²⁵, inviabilizando a segunda parte de análise do presente trabalho.

Teorias Organizacionais e Administração Pública: a disciplina apresenta uma organização de conteúdos relacionados às “tipologias das organizações”, “organizações como sistemas abertos” ou “modismos empresariais e seu impacto na Administração Pública”. Essa proposta não se relaciona em momento algum com os programas previstos por Omar Guerrero para o ensino das teorias de AP tendo em vista que trata de organizações no sentido amplo e não específico desse campo do saber. A relação é inexistente desde o momento em que não é realizada nenhuma correlação de assuntos ou preparação do profissional para uma teoria futura.

Teoria da Administração Pública: a ementa refere-se à “formação e desenvolvimento da área” bem como às “possibilidades de teoria e aplicação de novos modelos de AP”. Também, ressalta os “modelos-teóricos conceituais de AP” e “tendências na pesquisa em AP”, confirmando uma equivalência parcial com ambos os programas de Omar Guerrero tendo em vista que possui conteúdos relacionados descritos em TAP I e TAP II de Guerrero.

4.3.5. UERGS

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da UERGS foram: Introdução à Administração Pública e Administração Pública I. É curioso identificar que a matriz curricular atualizada da instituição (2015) conta com um componente curricular de nome “Administração Pública I”, mas não possui a disciplina de “Administração Pública II”, o que leva a crer que em algum momento do curso houveram as duas propostas no programa de ensino, mas que em sua versão mais atual, se manteve somente a primeira.

Introdução à Administração Pública: a ementa da disciplina compreende conteúdos de caráter introdutório ao ensino em AP como “papel do Estado na sociedade, a participação popular e o papel do gestor público”, entretanto para o ensino dessas questões a disciplina está baseada no “processo administrativo básico” o que propõe um distanciamento da ementa proposta por Omar Guerrero em TAP I que está voltada para a reflexão teórica de “AP no pensamento político” e as “grandes correntes de pensamento” bem como a fundação da história de AP como “ciência”. Todavia ela se aproxima dos “princípios de AP”, “idioma administrativo” e da “prática em AP” contidas em TAP II, logo, a ementa se relaciona parcialmente com as proposições do professor Orozco.

²⁵ Disponibilizado em: <http://master.fclar.unesp.br/Home/Graduacao/obrigatorias_a%20partir2009.pdf>. Acessado em 27 de dezembro de 2015.

Administração Pública I: os conteúdos referentes aos “modelos de AP” e ao reconhecimento da AP como “indutora do desenvolvimento” ressaltando as práticas se relaciona parcialmente com o programa de TAP II do referencial tendo em vista que ele apresenta “a cultura administrativa”, “transparência e prestação de contas” e o “fim da nova gestão pública”. Porém, a relação não se torna completa pela falta da “pesquisa científica em AP” e o estudo da “ciência da AP”. Logo, as ementas se relacionam parcialmente.

4.3.6. UNILA

As disciplinas selecionadas do bacharel em Administração Pública e Políticas Públicas da UNILA foram: Fundamentos da Administração Pública, Teoria da Administração Pública I e Teoria da Administração Pública II.

Fundamentos da Administração Pública: a disciplina contém conteúdos que iniciam um processo de reflexão acerca dos conceitos e relações da AP do “Estado e Administração Pública”, “Política e Administração Pública” e “Público e Privado”, entretanto, não consta no escopo da ementa desse componente curricular os conhecimentos elencados por Omar Guerrero no que diz respeito às “grandes correntes de pensamento social e individualista”. Portanto, a partir dessa perspectiva e de que a disciplina possui uma carga horária menor (apenas 30h), a ementa se relaciona parcialmente com a proposição do autor.

Teoria da Administração Pública I: essa disciplina possui o mesmo nome da proposta de Omar Guerrero, porém o programa vem a complementar a componente curricular anterior a partir dos conteúdos da “Evolução da Administração Pública na América Latina: modelos patrimonialista, burocrático e gerencial”, pois se supõe que nesse momento são abordados pensadores dos modelos referidos. Todavia, a ementa está voltada para uma visão internacional da AP em termos de práticas e experiências o que não é desenvolvido nos programas da matéria propostos pelo autor. Sendo assim, a ementa se relaciona parcialmente com a TAP I.

Teoria da Administração Pública II: a ementa desse componente curricular se relaciona parcialmente com a disciplina de TAP II do autor, tendo em vista que está presente em ambos os programas o conteúdo de “Pesquisa em Administração Pública”. Além disso, essa proposta ementa da UNILA apresenta um apanhado geral acerca das principais áreas de composição do Campo de Públicas promovendo um ensino atualizado e contemporâneo sobre o tema. Em termos de comparação, objeto de análise deste estudo, a disciplina se relaciona parcialmente com os conteúdos elencados pelo autor em seu programa de TAP II.

4.3.7. UFF

As disciplinas selecionadas do bacharel em AP da UFF foram: Fundamentos da Administração Pública, Gestão Pública I e Gestão Pública II.

Fundamentos da Administração Pública: o nome da disciplina explicita o início de uma reflexão teórica acerca da Administração Pública e a ementa do componente curricular corrobora essa hipótese, pois prevalecem os conteúdos em termos de “Conceitos estruturantes: estado, nação, governo, democracia, cidadania, pobreza, participação, corrupção, controle social, público e privado” e “Administração Pública: conceituação e histórico”. Entretanto, se relaciona parcialmente com a disciplina de TAP I de Omar Guerrero tendo em vista que ainda não apresenta a questão da “Ciência da Administração Pública” e as “Grandes correntes de pensamento social e individual”.

Gestão Pública I: a ementa dessa disciplina vai de encontro diretamente ao proposto por Omar Guerrero. Os conteúdos em que o componente curricular está apoiado como “Introdução: o que é Administração Pública”, a “sociologia de Max Weber”, os “Modelos de Administração Pública” e “Vertente societal”, compreendem o princípio amplo do conhecimento de uma Teoria da Administração Pública de acordo com a ementa do autor. Portanto, a relação entre as ementas é completa em termos de conteúdo, possuindo apenas nomes distintos.

Gestão Pública II: a disciplina reflete em sua ementa uma preocupação na formação do administrador público em termos de conceitos propriamente contemporâneos da AP, o que faz com que ela se relacione apenas parcialmente com a proposta de TAP II de Omar Guerrero, pois existe uma carência nos conteúdos de “Pesquisa científica em Administração Pública” e na análise da “Ciência da Administração Pública”.

4.3.8. UFRRJ

A disciplina selecionada do bacharel em AP da UFRRJ foi: Introdução à Administração Pública.

Introdução à Administração Pública: a ementa da disciplina é demasiado genérica tendo em vista que é muito pequena em comparação com às propostas pelo referencial de base, citando poucos conteúdos como “conceito de AP”, “organização da AP”. Entretanto, ao ressaltar matérias em termos de “Administração de pessoal”, “Patrimônio público” e “Planejamento governamental”, a disciplina se apresenta no âmbito prático de atuação com pouca formação teórica no âmbito da “história de AP”, “grandes correntes de pensamento social

e individual”, a “a cultura administrativa”. Isso demonstra que não há relação com as ementas da base referencial dos programas de TAP I e II de Omar Guerrero.

Sendo assim, a análise da relação entre as ementas das disciplinas pesquisadas e com base no programa de ensino elaborado por Omar Guerrero para a formação de uma Teoria de Administração Pública I e II, foi desenvolvido o quadro abaixo:

Quadro 13 – Classificação das disciplinas com relação às ementas de Omar Guerrero

Instituição	Nomenclatura	Relação entre Ementas
EAESP/FGV	Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos	SR
	Formação da Administração Pública Brasileira	SR
	Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública	Parcial
FJP	Administração Pública	Parcial
	Gestão Pública no Estado Contemporâneo	SR
UDESC	Administração Pública e Sociedade	Parcial
	Teoria Geral da Administração Pública	Completa
	Administração Pública I	Parcial
	Administração Pública II	SR
UNESP	Administração Pública III	SR
	Teorias Organizacionais e Administração Pública	SR
UERGS	Teoria da Administração Pública	Parcial
	Introdução à Administração Pública	Parcial
UNILA	Administração Pública I	Parcial
	Fundamentos da Administração Pública	Parcial
	Teoria da Administração Pública II	Parcial
UFF	Fundamentos da Administração Pública	Parcial
	Gestão Pública I	Completa
	Gestão Pública II	Parcial
UFRRJ	Introdução à Administração Pública	SR

*SR – Sem Relação / Parcial – Relação Parcial / Completa – Relação Completa.

Fonte: Elaboração Própria.

Tendo em vista que as disciplinas constantes no quadro acima já apresentam uma nomenclatura que visa à abordagem de uma “teoria de Administração Pública”, ao verificar mais profundamente indo ao encontro das ementas das disciplinas selecionadas, se percebe que os programas pesquisados no que se refere aos conteúdos trabalhados por Omar Guerrero podem ser classificados em quatro categorias: sem relação (SR), relação parcial (RP) e relação completa (RC).

As ementas classificadas como “sem relação” não apresentam conteúdo algum que esteja relacionado com o programa elaborado por Omar Guerrero, ou seja, apesar da nomenclatura estar associada com o tema, não há representação de suas disciplinas na ementa analisada. Ao todo, foram identificadas 7 disciplinas SR, o que representa aproximadamente 33% de todas as disciplinas analisadas, ministradas pela EAESP/FGV, FJP, UDESC, UNESP e UFRRJ.

Todavia, existem disciplinas elencadas como “relação parcial”, nesse caso as ementas analisadas apresentaram conteúdos parcialmente relacionados com os temas abordados no programa de ensino de Omar Guerrero para essa teoria em AP. Essa categoria foi classificada para 12 disciplinas (aproximadamente 57%), representadas por todas as instituições do segundo momento de análise, com a exceção da UFRRJ.

Por fim, quando a ementa da disciplina analisada estava diretamente associada com os conteúdos propostos pela referência conceitual (Omar Guerrero), foi considerado que a relação é completa tendo em vista atingir o objetivo de promover um programa de ensino de formação em Teoria de Administração Pública. Nesse caso, foram encontradas duas disciplinas, que representam aproximadamente 10% do total, e são lecionadas na UDESC e UFF.

4.4. CONCLUSÃO DO CAPÍTULO 4

A partir da análise dos cursos de bacharel em AP selecionados na amostra de pesquisa do presente trabalho, verificou-se que todas as organizações curriculares ainda se mostram em desenvolvimento no que se refere à formação de administradores públicos a partir de uma disciplina de Teoria de Administração Pública com relação aos programas de ensino de Omar Guerrero, uma das principais referências nessa área de conhecimento. Os resultados da análise do presente estudo podem ser resumidos em três momentos: descrição, nomes e ementas.

No primeiro momento, em que se realizou a descrição dos cursos e instituições de ensino, se percebeu que apesar do MEC exigir uma padronização nos Projetos Pedagógicos de Curso das instituições de ensino superior, na prática os documentos são descritos de forma confusa na grande maioria dos casos. Além disso, a publicização dos referidos documentos são carentes de ajustes tendo em vista que foi preciso contatar diretamente Coordenadores de Curso determinadas instituições para obtenção das ementas das disciplinas pesquisadas, pois não constavam em anexo ao PPC ou disponível nos sítios eletrônicos das IES. Por fim, as matrizes curriculares de cada curso são apresentadas nos formatos mais variados possíveis, podendo ser confirmados nos anexos deste estudo considerando que foram copiadas em seu formato original de publicação digital.

Essa mesma perspectiva, de que as formações possuem organizações curriculares tão variadas, se comprova ao resumir os principais grupamentos de carga-horária em uma mesma apresentação, conforme o quadro 14:

Quadro 14 – Distribuição de Cargas-Horárias (em horas)

Instituição de Ensino	Disciplinas obrigatórias	Disciplinas eletivas	Trabalho de Conclusão de curso	Atividades complementares	Estágio (imersões, oficinas, entre outros)	TOTAL
EAESP/FGV	1980	540	360	90	630	3600
FJP	2445	120	300	300	360	3525
UDESC	2952	0	0	288	360	3600
FCL/UNESP	2400	0	0	300	300	3000
UERGS	2490	150	120	90	300	3150
UNILA	2550	360	180	450	60	3600
UFRGS	2190	180	240	90	300	3000
UFF	2250	120	90	240	300	3000
UFRRJ	2100	180	0	270	450	3000

Fonte: Elaboração Própria.

No segundo momento, marcado pela análise de nomenclatura, se encontrou um número muito reduzido de disciplinas que tratam a respeito de uma TAP e que, a partir de seu nome na grade curricular, apenas 21 componentes curriculares (de um contingente de 436 disciplinas) puderam ser escolhidos para uma análise mais aprofundada de ementa. Ainda, o curso de graduação em Administração Pública e Social da UFRGS, no qual este estudo de conclusão de curso foi desenvolvido, não apresentou nenhuma disciplina que trate de uma Teoria de Administração Pública. Sendo assim, é possível concluir que por ainda ser apenas uma “ênfase de ensino” na referida instituição (que deve se adequar no ano de 2016 tendo em vista DCN’s aprovadas em 2014), ainda possui uma organização curricular demasiadamente atrelada ao ensino de Administração de Empresas.

No terceiro momento, em que foi realizada a análise das ementas curriculares das disciplinas selecionadas pela nomenclatura, concluiu-se que 30% das ementas não se relacionam com as do referencial proposto e, dessas, todas pertencem às instituições de ensino tradicionais, EAESP/FGV, FJP, UDESC e FCL/UNESP, com a exceção da UFRRJ, que também possui apenas uma disciplina relação de análise e foi classificada como SR.

A grande maioria das disciplinas analisadas (52%), que se relaciona parcialmente com as ementas de Omar Guerrero, se apresenta com grande ênfase em de conteúdo em “modelos”

de Administração Pública, ou seja, se concentrando em uma avaliação empírica de formatos de organização desenvolvidos ao longo do tempo nas diferentes organizações públicas. Nesses casos, de acordo com os conteúdos propostos, a questão prática do estudo em AP ainda tem predominado sobre as disciplinas de base teórica desses cursos. Cabe ressaltar que se compreende a relevância desses conteúdos para formação dos administradores públicos nos bacharéis da área, porém, como o presente estudo aponta, esperava-se encontrar um contingente maior de disciplinas de base para uma Teoria em Administração Pública tendo em vista a efervescência dessa área de conhecimento e necessidade de reflexão teórica para a consolidação de sua identidade como uma ciência específica.

No que se diz respeito às disciplinas que apresentaram relação completa com os programas de ensino de Omar Guerrero, somente duas foram encontradas no estudo, sendo a primeira “Teoria Geral da Administração Pública” (UDESC), em que a própria nomenclatura se apresenta quase igual, e a disciplina de “Gestão Pública I” (UFF). Em ambas, a ementa contemplou todos os tópicos elencados pelo autor. Logo, da amostra selecionada, a relação completa teve a presença em uma instituição ‘tradicional’, UDESC, e uma das ‘novas’, UFF.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo sido adotado como tema central da pesquisa as formações em AP, no âmbito da graduação, e como objetivo geral da pesquisa analisar, nas estruturas curriculares dos cursos presenciais de graduação em Administração Pública, os traços de representação da autonomia do Campo de Públicas a partir da presença de conteúdos que apontem para a existência de uma Teoria de Administração Pública (TAP), por isso, é importante destacar o problema expresso na pergunta: As matrizes curriculares dos cursos presenciais de bacharel em Administração Pública no Brasil refletem a autonomia do Campo de Públicas? A indagação traz consigo a ideia de consolidação política do Campo de Públicas, mas que precisa ser respaldada por meio do elemento acadêmico de conteúdo dessa área de conhecimento. Com isso, o estudo pretendeu além de buscar elementos que evidenciassem a autonomia da AP e a consolidação do Campo de Públicas a partir do resgate histórico dos cursos de graduação em AP no Brasil, relacionar com as abordagens do Campo e verificar os traços de representação da autonomia da área nas matrizes curriculares das formações analisadas.

Dessa forma, se percebe a existência de duas lógicas no que se refere à formação em Administração de Empresas (lógica privada) e Administração Pública (lógica pública). No âmbito da formação presencial - em nível de graduação - em AP, a lógica privada dominou o ensino de acadêmicos, professores e pesquisadores, fato que se desencadeou em muitas gerações uma visão funcionalista de sociedade e considerando as organizações públicas como meras engrenagens de uma máquina estatal que precisava buscar a eficiência e eficácia em sua gestão. Entretanto, organizações com uma natureza tão diferente (públicas e privadas), necessitam de um instrumental teórico e metodológico específico e distinto para cada uma delas. Sendo assim, de que vale a formação de bacharéis em Administração (lógica privada) que poderão desenvolver atividades vinculadas à Administração Pública (lógica pública) e vice-versa? Nesse caso, haverá a formação de profissionais generalistas, conforme apontado por Nicolini (2003) pelas chamadas “Fábrica de Administradores”.

A partir dessa relação conflituosa e do retorno desse debate para a agenda governamental contemporânea, o Movimento do Campo de Públicas obteve três importantes conquistas a caminho da consolidação da autonomia dessa área de conhecimento. A primeira, foi a sua institucionalização a partir da FENEAP. Logo após, o Campo exerceu pressão no MEC em torno do ensino em AP, por meio do Parecer 266/2010, que consolidou e instituiu as DCN's para os cursos de Administração Pública em 2014. E a conquista mais recente ocorreu em 2015, quando o Campo foi convidado para, junto ao INEP, conceber os fundamentos e participar da elaboração do primeiro ENADE, com uma prova específica da área de conhecimento em AP,

aplicado no dia 22 de novembro de 2015, aos estudantes concluintes e ingressantes dos cursos de bacharel em AP do Brasil, aumentando o distanciamento da formação em relação às graduações em AE.

Apesar das conquistas recentes, ainda existem obstáculos a serem superados, pelo Campo no que se refere ao ambiente político e pela busca de autonomia dessa área, como por exemplo, a institucionalização do exercício profissional dos bacharéis egressos dos cursos do Campo e a correta regulação da área tendo em vista que hoje eles são fiscalizados pelo Conselho Federal de Administração (CFA) e Conselhos Regionais de Administração (CRA's), mesmo órgão fiscalizador de administradores privados e públicos, instituições que operam tradicionalmente a partir de uma lógica privada.

O trabalho possui limitações em se concentrar apenas na análise das nomenclaturas e das ementas, das matrizes dos cursos selecionados, devendo ser ampliado em uma investigação futura, incluindo também os planos de ensino, considerando o conteúdo programático, as referências bibliográficas, os docentes e suas formações na área, a participação do curso no Campo de Públicas, entre outros. Ainda, o estudo pode ser ampliado para o nível de pós-graduação e tecnológico bem como aos cursos que propõem uma modalidade de ensino à distância e, hoje, são aproximadamente 400 formações.

No que diz respeito ao estudo realizado no âmbito das matrizes curriculares dos nove cursos selecionados, destaca-se que de um contingente de 436 disciplinas, encontrou-se 21 disciplinas que contemplam conteúdo de TAP (por vezes apresentando nomenclaturas um pouco distintas); somente 2 componentes curriculares possuem uma relação completa de conteúdos ao confrontar as suas ementas com as constantes nos programas de ensino de TAP I e II de Omar Guerrero, da UNAN, padrão de referência utilizado. Entretanto, outras 12 disciplinas estão relacionadas parcialmente com as ementas citadas, o que é de grande relevância também tendo em vista que esse fato pode ser proposital na medida em que o Projeto Pedagógico de cada formação deve considerar as especificidades de seu ambiente atual e contexto regional.

Por fim, em resposta ao problema de pesquisa, as matrizes curriculares analisadas ainda não refletem a autonomia do Campo de Públicas. Todavia, um dos méritos desse estudo exploratório é alertar para um elemento de conteúdo que deve estar presente no debate do Campo, mas parece ainda estar em um segundo plano. Essa opção, deliberada ou não, precisa ser rediscutida, considerando que a autonomia da área de conhecimento em AP necessita estar alicerçada por esses elementos de conteúdo. A autonomia política exacerbada tem gerado resultados e conquistas para o Campo, mas à medida em que está se expandindo tão

rapidamente, é preciso entender também que a consolidação da autonomia da formação no Campo em relação aos cursos de Administração, seguirá para um debate essencial sobre as especificidades de cada área de formação que compõem o Campo. No caso específico da Administração Pública, seguramente o debate essencial está associado à presença de traços de uma Teoria de Administração Pública nas formações dos futuros administradores públicos brasileiros. Nesse sentido, este estudo espera ter contribuído para o debate do Campo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. spe, p. 67-86, 2007.

ANDION, Carolina. **Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na Administração Pública**. Cadernos Ebape. BR, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2012.

ASSUMPÇÃO, Mirian et al. **A sociologia da ação e a participação dos alunos do curso a distância de Administração Pública da UFOP na gestão**. XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis/SC, 2014.

BASCUÑÁN Valdés, Aníbal. **Elementos de Ciencia de la Administración Pública**. Santiago de Chile. Editorial Jurídica de Chile, 1963.

BRASIL, Ministério da Educação. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=1175>. Acesso em: 9 mai. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Disponível em: <http://mecsrv125.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14306%3Acne-historico&catid=323%3Aorgaos-vinculados&Itemid=754>. Acesso em: 9 mai. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Sapiens - Formulário do Plano de Desenvolvimento Institucional**. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm>. Acessado em: 10 mai. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 13 set. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 266/2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9374-pces266-10-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 7 nov. 2015.

BRESSER PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado nos Anos 1990: Lógica e Mecanismos de Controle**. Trabalho apresentado na segunda reunião do círculo de Montivideo, Barcelona, Abril, 1997.

BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci y el Estado: Hacia una teoría materialista de la filosofía**. Siglo XXI de España Editores, 1978.

CARTA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ (2010). Disponível em: <https://campodepublicas.files.wordpress.com/2012/11/acarta-de-bal_-camboriufimagostovpf.pdf>. Acessado em: 5 dez. 2015.

COELHO, Fernando de Souza; NICOLINI, Alexandre Mendes. Revisitando as origens do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil (1854-1952). **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 2, p. 367-388, 2014.

_____; NICOLINI, Alexandre Mendes. **Do auge à retração: análise de um dos estágios de construção do ensino de Administração Pública no Brasil (1966-1982)**. Organizações & Sociedade, v. 20, n. 66, p. 403-422, 2013.

_____; OLENSCKI, Antonio Roberto Bono; CELSO, Rafael Prado. Da letargia ao realento: notas sobre o ensino de graduação em Administração Pública no Brasil no entremeio da crise do Estado e da redemocratização no país (1983-94). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1707 a 1732, 2011.

_____. **A problemática atual do ensino de graduação em Administração Pública no Brasil**. Cadernos EBAPE. BR, Número Especial, Agosto, 2008.

_____. **Educação Superior, Formação de Administradores e Setor Público: Um estudo sobre o ensino de Administração Pública - em nível de graduação - no Brasil**. Tese de Doutorado apresentada à EAESP-FGV. São Paulo, 2006. (159 p.)

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **A Gestão Pública brasileira: mitos e verdades**. Disponível em <<http://www.cfa.org.br/acoes-cfa/artigos/a-gestao-publica-brasileira-mitos-e-verdades>>. Acessado em: 5 dez. 2015.

CRUZ, Maurício Stunitz. **Público e privado: o surgimento e a evolução dos conceitos**. Companhia de Informática do Paraná – Celepar, Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.batebyte.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1468>>. Acessado em: 29 dez. 2015.

DA ROCHA, Elisa Maria Pinto et al. Escola de governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro: uma história de referência. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 1, n. 6, 2010.

DA SILVA, Manuela Ramos. **Ensino de Administração: Um Estudo da Trajetória Curricular do Curso de Graduação**. I Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade, Recife/PE, nov. 2007.

DASSO JÚNIOR, Aragon Érico. **"Nova Gestão Pública" (NGP): a teoria de Administração Pública do Estado ultraliberal**. In: Encontro Nacional do CONPEDI (23 : 2014 : Florianópolis, BR-SC). Direito e Administração Pública II, Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, 2014. p. 391-417.

DENHARDT, J; DENHARDT, R. *The new public service: serving not steering*. New York. M.E. Sharpe, 2007.

DE OLIVEIRA, Saulo Barbará; LUNGA, Aurea. O curso de graduação em Administração Pública da UFRRJ. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 2, n. 6, 2011.

ESCOUBÈ, Pierre. **Introducción a la Administración Pública**. Escuela Superior de Administración Pública de América Central, 1955.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Administração Pública e políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 813-36, 2011.

FISCHER, Tânia. Administração Pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 24, n. 4, p. 278-288, 1984.

FONSECA, Sergio Azevedo; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt; PIRES, Valdemir. Um curso em quatro tempos: Administração Pública da FCL-UNESP. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 2, n. 6, 2011.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Projeto Pedagógico de Curso. (2010) São Paulo. Disponível em: <http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/projeto_pedagogico.pdf>. Acessado em: 5 dez. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GILIOLI, Rosecler Maschio; BENCKE, Fernando Fantoni. Ensino de Administração no Brasil, inovação ou não e Anísio Teixeira-em busca do vazio. **Update-Revista de Gestão de Negócios**, v. 1, n. 1, p. 49-70, 2014.

GONÇALVES, Sílvia Ferreira Caproni. **Movimento Campo de Públicas: estudo sobre sua constituição à luz do conceito de identidade e da percepção de integrantes graduados em administração**. Universidade Federal de Alfenas, Minas Gerais: Varginha, 2014.

GUERRERO, Omar. **Omar Guerrero Orozco**. Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponibilizado em 3 jun 2014, <https://es.wikipedia.org/w/index.php?title=Omar_Guerrero_Orozco&oldid=74809430>. Acessado em 8 de jan de 2016.

_____. **La Administración Pública del Estado capitalista**. Barcelona, Editorial Fontamara, 1981.

HENRY, Nicholas. Paradigms of the public administration. **Public Administration Review**, v.35, n. 4, p.376-386, 1975.

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. **Cursos de Administração: a dimensão pública como sujeito excluído**. Cadernos EBAPE. BR, v. 1, n. 2, p. 852-871, 2015.

KEINERT, Tania Margaret Mezzomo. **Análise das propostas dos cursos de Administração Pública no Brasil em função da evolução do campo de conhecimento**. Relatório n. 3/1996. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Os paradigmas da Administração Pública no Brasil (1900-92). **Revista de Administração de Empresas**, v. 34, n. 3, p. 41-48, 1994.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli EDA. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. Editora Pedagógica e Universitária, 1986, p. 43-48.

MAANEN, John Van. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface**. In *Administrative Science Quarterly*, vol. 24, no. 4, December 1979a, p. 520-526.

MALISKA, Marcos Augusto. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 15-28, 2006.

MARTES, Ana Cristina Braga *et al.* Novos desafios para cursos nas áreas públicas no Brasil: a proposta da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 1, n. 6, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Processo 23001.000120/2011-63**. Relator: Gilberto Gonçalves Garcia. Parecer CNE/CP 7/2013 aprovado em 1/10/2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CNE/CES 266/2010 de 10 de Dezembro de 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9374-pces266-10-pdf&category_slug=novembro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 20 nov. 2015.

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; GUEDES, Paulo. **Planejamento e programação na Administração Pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]; CAPES; UAB, 2011.

MORIN, Edgar; NICOLESCU, Basarab; DE FREITAS, L. **Carta da transdisciplinaridade**. In: *Convento de Arrábida–I Congresso Mundial da Transdisciplinaridade–Portugal*. 1994.

MOTTA, Paulo Roberto de Mendonça. O estado da arte da gestão pública introdução. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 1, p. 82-90, 2013.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Caderno de pesquisas em administração, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2, 1996.

NICOLINI, Alexandre. Educação em administração. Qual será o futuro das fábricas de administradores?. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 2, p. 44-54, 2003.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado**. *Estudos Feministas*, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, J. A. P. de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, v. 40, nº 1, p.1943-1967, 2011.

ORTEGA, Francisco. Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público. **Trans/formação: Revista de Filosofia**, São Paulo, v. 24, p. 225-236, 2001.

PACHECO, Regina Silvia. Administração Pública nas revistas especializadas-Brasil, 1995-2002. **RAE-Revista de Administração de empresas**, v. 43, n. 4, p. 63-71, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da Administração Pública burocrática à gerencial. **Revista do Serviço público**, v. 47, n. 1, p. 07-40, 2015.

PIRES, Valdemir; MIDDLEJ E SILVA, Suylan de A.; FONSECA, Sérgio Azevedo; VENDRAMINI, Patrícia; COELHO, Fernando Souza. **Dossiê – Campo de Públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais**. APGS, v. 6, n. 3, p. 109-167, jul.-set. 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª edição. Editora Feevale, 2013.

RAMIÓ, Carles. *Teoría de la organización y administración pública*. Tecnos, 1999.

RAMOS, Guerreiro. **A sociologia de Max Weber: sua importância para a teoria e a prática da administração**. 2006.

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, v. 18, n. 2, p. 3-12, 1984.

_____. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.

REPÚBLICA, Presidência da. **Decreto nº 6.096/07**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm>. Acessado em: 13 set. 2015.

ROQUETE, F. F., AMORIM, M. M. A., BARBOSA, S. D. P., SOUZA, D. C. M. D., & CARVALHO, D. V. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2013.

ROSEMBLOOM, David H. *Public administration theory and the separation of powers*. *Public Administration Review*. 43 (2). 1983. p.219-227.

RUA, Maria das Graças. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 48, n. 3, p. 133-152, 1997.

RUBIA, Antonio Garrido *et al.* **Análisis de políticas públicas**. Universitat Oberta de Catalunya. Segunda edición, marzo 2013.

SALM, José Francisco et al. Curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina: uma construção à luz da 'coprodução do bem público' e do 'novo serviço público'. **Revista Temas de Administração Pública**, v. 2, n. 6, 2011.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SIMON, Herbert. *The sciences of the artificial*. Cambridge. Mass., MIT Press. 1969.

SILVA, Benedicto. **Gênese do ensino de Administração Pública no Brasil**. 1955.

SOUZA, Celina. Pesquisa em Administração Pública no Brasil: uma agenda para o debate. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 4, p. 43 a 61, 1998.

SPINK, Peter. **O lugar do lugar na análise organizacional**. Anais do ENEO 2000. 1º Encontro de Estudos Organizacionais. Curitiba, GEO/ANPAD, 2000.

TONET, Ivo. **Sobre o conceito de Sociedade Civil**. EDUFAL, 1988.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Projeto Acadêmico Pedagógico: Curso Bacharelado em Administração Foco: Gestão Pública de Curso** (2004). Disponível em <http://www.uergs.edu.br/uploads/legislacao/1157035039Decreto_n_43240_2004.pdf>. Acessado em: 12 dez. 2015.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública** (2007). Centro de Ciências da Administração – ESAG/CCA. Santa Catarina. Disponível em: <http://www.esag.udesc.br/arquivos/id_submenu/26/ppp_dap_2007.pdf>. Acessado em: 8 dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE INTEGRAÇÃO LATIO-AMERICANA. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública e Políticas Públicas** (2014). Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Foz do Iguaçu, Paraná. Disponível em <https://cursos.unila.edu.br/sites/default/files/ppc_de_adpp.pdf>. Acessado em: 10 dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública** (2010). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://cursos.ufrjr.br/grad/admpublica/files/2014/04/A00-PPC-Projeto-Pedagogico-do-Curso-Adm-Publica-V8.pdf>>. Acessado em: 13 dez. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **Boletim de Serviço** (2009). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://www.noticias.uff.br/bs/2009/10/172-2009.pdf>>. n.º 172, p. 1-53, 2009. Acessado em: 13 dez. 2015.

_____. **Projeto Pedagógico de Curso (modalidade presencial)** (2014). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Disponível em: <<http://www.echsvr.uff.br/admpub/arquivos/PPC-outubro-2014.pdf>>. Acessado em: 13 dez. 2015.

VEIGA, Laura da. **Administração Pública e a formação de profissionais em políticas sociais: a experiência da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro**. In: Congresso Internacional Del CLAD sobre la Reforma Del Estado y de la Administración Publica. 2001. p. 1-21.

VIEIRA, Paulo Reis. O ensino de administração a nível de graduação. **Revista de Administração Pública**, v. 10, n. 3, p. 81-90, 1976.

**ANEXO A – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DA EAESP/FGV**

Grade do Curso de Graduação em Administração Pública	
Legenda	Legenda
(S) Disciplinas Semestrais (B) Disciplinas Bimestrais (B/S) Disciplinas Bimestrais ou Semestrais	(TCC) Trabalho de Conclusão do curso (AC) Atividades Complementares
1º Semestre: Transversalidade: Retratos do Brasil	2º Semestre: Transversalidade: Mundo Contemporâneo
1º Bimestre	3º Bimestre
Representação e Sociedade: Cinema e Literatura (s)	Representação e Sociedade: Mídias (b)
Brasil: História recente e interpretações (s)	Sociedade e Cultura no Mundo Contemporâneo (b)
Fundamentos filosóficos das políticas públicas: Ética e Teoria da Justiça (b)	Estado, Nação e Sociedade Civil (s)
Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos (b)	Matemática (s)
Brasil em números (b)	Psicologia Social (s)
Oficinas Temáticas: Diagnósticos do Brasil (s)	Oficinas Temáticas: Governança Global (s)
Oficinas Instrumentais: Interpretação de Texto (s)	Oficinas Instrumentais: Matemática (s)
2º Bimestre	4º Bimestre
Representação e Sociedade: Cinema e Literatura (s)	Matemática (s)
Brasil: História recente e interpretações	Psicologia Social (s)
Sociedade Brasileira em Transformação (b)	Direito Internacional (b)
Formação Econômica do Brasil: Trajetória história e interpretações (b)	Globalização: Estado, Instituições internacionais e empresas (b)
Direito Constitucional (b)	Estado, Nação e Sociedade Civil (s)
Oficinas Temáticas: Diagnóstico do Brasil (s)	Oficinas Temáticas: Governança Global (s)
Oficinas Instrumentais: Interpretação de Texto (s)	Oficinas Instrumentais: Matemática (s)
3º Semestre: Transversalidade: Fundamentos da Ação do Estado	4º Semestre: Transversalidade: O Estado em Transformação
5º Bimestre	7º Bimestre
Teoria Política: Clássicos (b)	Sistema Político Brasileiro (s)
Macroeconomia (s)	Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública (s)
Sociologia das Organizações (b)	Microeconomia do Setor Público (s)
Estatística (s)	Políticas Públicas (s)
O Debate sobre o Desenvolvimento (b)	Instituições e Teorias Democráticas Contemporâneas (s)
Oficinas Temáticas: Desafios do Desenvolvimento (s)	Oficinas Temáticas: Inovação no Setor Público (s)
Oficinas Instrumentais: Estatística (s)	Oficinas Instrumentais: Estatística e Microeconomia (s)
6º Bimestre	8º Bimestre
Microeconomia (s)	Sistema Político Brasileiro (s)
Formação da Administração Pública Brasileira (b)	Transformações da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública (s)
Estatística (s)	Instituições e Teorias Democráticas Contemporâneas (s)
Desenvolvimento Sustentável (b)	Políticas Públicas (s)
Contabilidade Geral (b)	Microeconomia do Setor Público (s)
Oficinas Temáticas: Desafios do Desenvolvimento (s)	Oficinas Temáticas: Inovação no Setor Público (s)
Oficinas Instrumentais: Estatística (s)	Oficinas Instrumentais: Estatística e Microeconomia (s)
JULHO: Imersão Profissional: Governo Estatística	

5º Semestre: Transversalidade: Administração Pública e Governo no Brasil	6º Semestre: Transversalidade: Administração Pública e Governo no Brasil
9º Bimestre	11º Bimestre
Município, Poder e Instituições Locais (b)	Relações de Trabalho e Ocupação no setor Público Brasileiro
Direito e Administração Pública (s)	Política Fiscal: Dimensão tributária (b)
Contabilidade e Auditoria de Resultados (s)	Terceiro Setor no Brasil e em perspectiva comparada (s)
Tecnologia da Informação e Governo (b)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	
10º Bimestre	12º Bimestre
Direito e Administração Pública (s)	Políticas Sociais no Brasil e em perspectiva comparada (b)
Experiências inovadoras em Governos Subnacionais (b)	Política Fiscal: Dimensão orçamentária (b)
Federalismo, descentralização e políticas públicas (b)	Terceiro Setor no Brasil e em perspectiva comparada (s)
Contabilidade e Auditoria de Resultados (s)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	
JULHO: Conexão Local (AC)	DEZEMBRO: Imersão profissional em contexto subnacional (e)
7º Semestre: Transversalidade: Preparação para Conexão Sul-Sul	8º Semestre: Transversalidade: Disciplinas Instrumentais
13º Bimestre	15º Bimestre
Panorama Sócio – Econômico e Político dos Países do Sul (s)	Gestão de Organização do Terceiro Setor (s)
Administração Financeira (b)	Comunicação do Setor Público (b)
Marketing no Setor Público (b)	ELETIVA (b/s)
Planejamento e Gestão em Organizações Públicas (b)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	Oficina de Orientação ao TCC (tcc)
14º Bimestre	16º Bimestre
Panorama Sócio – Econômico e Político dos Países do Sul (s)	Gestão de Organizações do Terceiro Setor (s)
Organismos Internacionais e Desenvolvimento (b)	Qualidade e Produtividade no Setor Público (b)
Gestão de Operações e Processos (b)	ELETIVA (b/s)
Diversidade e Políticas Públicas (b)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	ELETIVA (b/s)
ELETIVA (b/s)	
JULHO: Conexão Internacional Sul (ac)	Oficina de Orientação ao TCC (tcc)

ANEXO B – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRGS

Etapa 1				
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
MAT01102	<u>CÁLCULO I-B</u>	90	6	Obrigatória
ECO02254	<u>ECONOMIA A</u>	60	4	Obrigatória
LET01405	<u>PRODUÇÃO DE TEXTOS</u>	60	4	Obrigatória
ADM01185	<u>TEORIAS ORGANIZACIONAIS I</u>	60	4	Obrigatória
Etapa 2				
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
MAT01110	<u>ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA</u> CÁLCULO I-B	60	4	Obrigatória
ECO03343	<u>INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE</u> CÁLCULO I-B	60	4	Obrigatória
ADM01024	<u>MÉTODOS DE ABORDAGEM EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS</u> PRODUÇÃO DE TEXTOS	60	4	Obrigatória
ADM01104	<u>SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO</u> TEORIAS ORGANIZACIONAIS I	60	4	Obrigatória
ADM01115	<u>TEORIAS ORGANIZACIONAIS II</u> TEORIAS ORGANIZACIONAIS I	60	4	Obrigatória
Etapa 3				
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01025	<u>BRASIL: CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO</u> SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	60	4	Obrigatória
DIR03302	<u>DIREITO ADMINISTRATIVO</u> MÉTODOS DE ABORDAGEM EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS	60	4	Obrigatória
MAT02214	<u>ESTATÍSTICA GERAL I</u> CÁLCULO I-B e ÁLGEBRA LINEAR E GEOMETRIA ANALÍTICA	60	4	Obrigatória
ECO03320	<u>METODOLOGIA BÁSICA DE CUSTOS</u> INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE	60	4	Obrigatória
ADM01110	<u>PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO</u> SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO e TEORIAS ORGANIZACIONAIS II	60	4	Obrigatória
Etapa 4				
Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01026	<u>ESTADO E SOCIEDADE</u> BRASIL: CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO E POLÍTICO e Créditos Obrigatórios: 56	60	4	Obrigatória
MAT02215	<u>ESTATÍSTICA GERAL II</u> ESTATÍSTICA GERAL I	60	4	Obrigatória

ADM01009	<u>FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO</u> TEORIAS ORGANIZACIONAIS II e Créditos Obrigatórios: 56	60	4	Obrigatória
DIR04416	<u>INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA</u> DIREITO ADMINISTRATIVO	60	4	Obrigatória
ADM01187	<u>OFICINA I: GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS</u> TEORIAS ORGANIZACIONAIS II	90	6	Obrigatória

Etapa 5

Código	Disciplina /Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01028	<u>ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO</u> ESTADO E SOCIEDADE	60	4	Obrigatória
ADM01188	<u>OFICINA II: ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL</u> TEORIAS ORGANIZACIONAIS II e INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	90	6	Obrigatória
ADM01030	<u>PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO</u> ESTADO E SOCIEDADE	60	4	Obrigatória
ADM01027	<u>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS</u> ESTADO E SOCIEDADE e FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO	60	4	Obrigatória
ADM01029	<u>POLÍTICAS PÚBLICAS</u> ESTADO E SOCIEDADE e FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO	60	4	Obrigatória

Etapa 6

Código	Disciplina /Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01031	<u>ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS</u> POLÍTICAS PÚBLICAS e OFICINA II: ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL	60	4	Obrigatória
ADM01032	<u>ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCO-REGIONAL</u> ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE DESENVOLVIMENTO	60	4	Obrigatória
ADM01033	<u>GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA</u> INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA e OFICINA II: ADMINISTRAÇÃO E GOVERNO DO BRASIL	60	4	Obrigatória
DIR04401	<u>INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO</u> INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	60	4	Obrigatória
ADM01034	<u>MARKETING SOCIAL</u> PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO e FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO	60	4	Obrigatória

Etapa 7

Código	Disciplina /Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01039	<u>ABORDAGENS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS</u> ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS e ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCO-REGIONAL	60	4	Obrigatória
ADM01037	<u>GESTÃO DE PESSOAS EM ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS</u> INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	60	4	Obrigatória
ADM01035	<u>OFICINA III: GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS</u> ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS e ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCO-REGIONAL	60	4	Obrigatória
ADM01038	<u>SOCIEDADE E AMBIENTE</u> Créditos Obrigatórios: 100	60	4	Obrigatória
ADM01036	<u>TEORIAS E PRÁTICAS DE ASSOCIATIVISMO</u> ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO	60	4	Obrigatória



Etapa 8

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01043	<u>ACÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS DAS EMPRESAS</u> FILOSOFIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO e SOCIEDADE E AMBIENTE	60	4	Obrigatória
ADM01041	<u>CULTURA E IDENTIDADE</u> ABORDAGENS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS	60	4	Obrigatória
ADM01042	<u>INTEGRAÇÃO REGIONAL: IMPACTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A GESTÃO SOCIAL</u> ESTADO, TERCEIRO SETOR E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS e ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCO-REGIONAL e SOCIEDADE E AMBIENTE	60	4	Obrigatória
ADM01040	<u>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIAL</u> Créditos Obrigatórios: 100	60	4	Obrigatória

Etapa 9

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01022	<u>OFICINA IV: GESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO</u> INTEGRAÇÃO REGIONAL: IMPACTOS PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A GESTÃO SOCIAL e ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCO-REGIONAL e SOCIEDADE E AMBIENTE	60	4	Obrigatória
ADM01044	<u>PRÁTICAS DE GESTÃO PARTICIPATIVA</u> ABORDAGENS SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS e CULTURA E IDENTIDADE	60	4	Obrigatória
ADM01194	<u>PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO</u> Créditos Obrigatórios: 140	60	4	Obrigatória

Etapa 10

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
	<u>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - A</u> PROJETO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	180	0	Obrigatória

Eletiva/Facultativa

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Carga Horária	Crédito	Caráter
ADM01019	<u>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA</u> OFICINA I: GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS e Créditos Obrigatórios: 136	60	4	Eletiva
ADM01020	<u>ANÁLISE ORGANIZACIONAL</u> OFICINA I: GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS e Créditos Obrigatórios: 136	60	4	Eletiva
ADM01021	<u>ARRANJOS ORGANIZACIONAIS CONTEMPORÂNEOS</u> OFICINA I: GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS e Créditos Obrigatórios: 136	60	4	Eletiva
ADM01013	<u>EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO</u> Créditos Obrigatórios: 96	60	4	Eletiva
ADM01012	<u>GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NAS EMPRESAS</u> OFICINA I: GESTÃO DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS e Créditos Obrigatórios: 136	60	4	Eletiva
ADM01156	<u>RELACIONES DO TRABALHO E NEGOCIAÇÃO</u> Créditos Obrigatórios: 136	60	4	Eletiva

ANEXO C – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FJP

1º PERÍODO: 405 horas/aula

Teoria Geral da Administração: 60 horas/aula
Matemática: 60 horas/aula
Filosofia Política: 60 horas/aula
Introdução ao Direito: 45 horas/aula
Introdução ao Pensamento Científico: 30 horas/aula
Formação Social do Brasil: 60 horas/aula
Introdução à Contabilidade: 30 horas/Aula
Sociologia: 60 horas/Aula

2º PERÍODO: 420 horas/aula

Estatística: 60 horas/Aula
Teoria Política: 60 horas/Aula
Direito Constitucional: 60 horas/Aula
Microeconomia: 60 horas/Aula
Matemática Financeira: 30 horas/Aula
Política Brasileira: 60 horas/aula
Sociologia das Organizações: 60 horas/aula
Projeto Aplicado I: 30 horas/aula

3º PERÍODO: 420 horas/aula

Gestão de Processos e Estruturas Organizacionais: 60 horas/aula
Macroeconomia: 60 horas/aula
Direito Administrativo I: 60 horas/aula
Métodos Quantitativos Aplicados à Gestão Pública: 60 horas/aula
Administração Pública: 60 horas/aula
Psicologia Organizacional: 60 horas/aula
Contabilidade Pública: 60 horas/aula

4º PERÍODO: 390 horas/aula

Direito Administrativo II: 60 horas/aula
Economia do Setor Público: 60 horas/aula
Políticas Públicas: 60 horas/aula
Desenvolvimento Econômico e Social: 30 horas/aula
Informática Aplicada à Gestão Pública: 30 horas/aula
Gestão Estratégica de Pessoas no Setor Público: 60 horas/aula
Planejamento de Governo: 60 horas/aula
Projeto Aplicado II: 30 horas/aula

5º PERÍODO: 390 horas/aula

Regulação e Gestão de Serviços Públicos: 60 horas/aula
Logística no Setor Público: 60 horas/aula
Gestão Pública no Estado Contemporâneo: 30 horas/aula
Sistemas de Informação e Governança Eletrônica: 60 horas/aula
Administração Financeira e Orçamentária: 60 horas/aula
Economia Brasileira: 60 horas/aula
Políticas Sociais: 60 horas/aula

6º PERÍODO: 360 horas/aula

Metodologia Científica: 30 horas/aula
Finanças Públicas: 60 horas/aula
Controle na Administração Pública: 60 horas/aula
Gestão Municipal: 60 horas/aula
Avaliação Social de Projetos: 30 horas/aula
Ética e Serviço Público: 30 horas/aula
Gestão de Projetos: 60 horas/aula
Projeto Aplicado III: 30 horas/aula

7º PERÍODO: 420 horas/aula

Metodologia de Pesquisa: 60 hs/aula
Estágio Supervisionado I: 300 horas/aula
Optativa I – 30 horas/aula
Optativa II – 30 horas/aula

8º PERÍODO: 360 horas/aula

Estágio Supervisionado II: 300 horas/aula
Optativa III – 30 horas/aula
Optativa IV – 30 horas/aula

DISCIPLINAS OPTATIVAS: 120 horas/aula

Auditoria Operacional – 30 horas/aula
Direitos humanos e sociais: 30 horas/aula
Economia Mineira: 30 horas/aula
Federalismo e relações intergovernamentais: 30 horas/aula
Fenômenos Sociais Contemporâneos e sua Abordagem pelas
Políticas Públicas: 30 horas/aula
Gestão de custos no setor público: 30 horas/aula
Marketing no setor público: 30 horas/aula
Negociação: 30 horas/aula
Participação social: 30 horas/aula
Políticas setoriais: 30 horas/aula
Políticas Públicas para a Sustentabilidade: 30 horas/aula
Teorias Psicológicas na Gestão de Pessoas: 30 horas/aula
Tópicos Especiais em Administração Pública I: 30 horas/aula
Tópicos Especiais em Administração Pública II: 30 horas/aula

**ANEXO D – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DA UDESC**

1º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Administração Pública e Sociedade	4	72	
Metodologia Científica e da Pesquisa	2	36	
Instituições de Direito Público e Privado	4	72	
Matemática	4	72	
Filosofia	2	36	
Sociologia	4	72	
Tecnologia Básica da Informação e da Comunicação – Aplicada à Administração (Ead)	4	72	
TOTAL	24	432	

2º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Teoria Geral da Administração Pública	4	72	Administração Pública e Sociedade
Psicologia	4	72	
Métodos Estatísticos	4	72	
Teoria Econômica I	4	72	
Fundamentos de Ciência Política	2	36	
Organização, Sistemas e Métodos	2	36	
TOTAL	20	360	

3º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Gestão de Sistemas de Informação	4	72	
Teoria Econômica II	4	72	Teoria Econômica I
Direito Administrativo	4	72	Instituições de Direito Público e Privado
Co-Produção dos Serviços Públicos	4	72	
Finanças Públicas	4	72	
TOTAL	20	360	

4º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Antropologia Política	4	72	
Planejamento Público	4	72	
Administração de Recursos Humanos	4	72	
Administração Pública I	4	72	
Orçamento Público	4	72	
TOTAL	20	360	

5º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Políticas Públicas	4	72	
Licitações e Contratos de Prestação de Serviços Públicos	4	72	
Contabilidade Pública	4	72	
Administração de Materiais, Patrimônio e Logística na Administração Pública	4	72	
Administração Pública II	4	72	Administração Pública I
TOTAL	20	360	
6º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Mediação e Negociação no Setor Público	4	72	
Gestão de Organizações do Terceiro Setor	4	72	
Administração Pública III	4	72	Administração Pública II
Gestão da Responsabilidade Sócio Ambiental	4	72	
Desenvolvimento Sustentável e Territorialidade	4	72	
TOTAL	20	360	
7º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Ética na Administração Pública	2	36	
Desenvolvimento de Projetos Públicos	4	72	
Desenvolvimento Comunitário e Poder Local.	2	36	
Administração Municipal	4	72	
Marketing de Serviços Públicos	4	72	
Plataformas de Sistemas para Governo: Estado Virtual	4	72	
Estágio Curricular Supervisionado I	10	180	Ter cursado 116 créditos com aproveitamento (afora os créditos de Atividades Complementares)
TOTAL	30	540	
8º termo	Créd	CH	Pré-requisito
Sistemas de Accountability	2	36	
Relações Intergovernamentais	4	72	
Teoria e Prática de Administração dos Serviços Públicos	4	72	
Desenvolvimento de Lideranças	2	36	
Gestão de Espaços Urbanos	4	72	
Metodologias de Avaliação de Serviços Públicos	4	72	
Estágio Curricular Supervisionado II	10	180	Estágio Curricular Supervisionado I
TOTAL	30	540	

ANEXO E – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA FCL/UNESP

I - Disciplinas Obrigatórias /Créditos

Fundamentos do Pensamento Administrativo - 4
Introdução ao Estudo do Direito - 4
Metodologia do Texto Científico - 2
Filosofia - 2
Introdução à Teoria Política - 4
Matemática I - 4
Teorias Organizacionais e Administração Pública - 4
Direito Constitucional - 4
Contabilidade - 4
Estado, Governo e Administração Pública - 4
Matemática II - 4
Gestão de Suprimentos na Administração Pública - 4
Direito Administrativo - 4
Contabilidade Pública - 4
Estado, Governo e Administração Pública no Brasil - 4
Estatística I - 4
Sociologia - 4
Direito Tributário - 4
Metodologia da Pesquisa Científica - 4
Fundamentos de Teoria Econômica - 4
Estatística II - 4
Tecnologia da Informação na Administração Pública - 4
Psicologia Social - 4
Finanças Públicas - 4
Teoria da Administração Pública - 4
Comunicação Pública - 4
Formulação, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas - 4
Banco de Dados e suas Aplicações - 4
Estrutura e Organização da Administração Pública Brasileira - 4
Administração Financeira e Orçamentária Pública - 4
Sistema Político e Instituições no Brasil - 4
Economia Brasileira - 4
Gestão de Planejamento Estratégico - 4
Política e Fundamentos do Planejamento do Território - 4
Relações de Trabalho na Administração Pública - 4
Políticas Públicas no Brasil - 4
Instituições Públicas não Estatais no Brasil - 4
Gestão de Projetos - 4
Planejamento e Avaliação de Investimentos Públicos - 4 2
Gestão Local de Políticas Públicas - 4
Processos Decisórios e Políticas Públicas - 4

II - Estágio/Créditos

Estágio Curricular Supervisionado - 20

III - Atividades/Créditos

Atividades Complementares – 20

ANEXO F – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNILA COM ÊNFASE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CÓDIGO SIGAA	COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS	CREDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA TEÓRICA (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA PRÁTICA (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA EM ATIV. ACADÊM. COMPLEMENTARES E ESTÁG. CURRIC. OBRIGATORIOS (HORA AULA)
1º SEMESTRE							
	FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA I		4	60	60	0	
	PORTUGUÊS/ESPAANHOL ADICIONAL BÁSICO		6	90	90	0	
	FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		2	30	30	0	
	FUNDAMENTOS DA POLÍTICA PÚBLICA		2	30	30	0	
	ESTADO E GOVERNO		4	60	60	0	
	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		22	330	330	0	0
2º SEMESTRE							
	FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA II		4	60	60	0	
	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO		4	60	60	0	
	PORTUGUÊS/ESPAANHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	PORTUGUÊS/ESPAANHOL ADICIONAL BÁSICO	6	90	90	0	
	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	ESTADO E GOVERNO	4	60	60	0	
	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO		4	60	60	0	
	INTRODUÇÃO A PESQUISA QUALITATIVA		2	30	30	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		24	360	360	0	0
3º SEMESTRE							
	FUNDAMENTOS DA AMÉRICA LATINA III	FUNDAMENTOS DA AMERICA LATINA I E II	2	30	30	0	
	ÉTICA E CIÊNCIA		4	60	60	0	
	INTRODUÇÃO A MACROECONOMIA	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÓMICO	4	60	60	0	
	DIREITO CONSTITUCIONAL	ESTADO E GOVERNO	4	60	60	0	
	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES		4	60	60	0	
	ANTROPOLOGIA ECONÓMICA		2	30	30	0	
	OPTATIVA I.A.		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		24	360	360	0	0
4º SEMESTRE							
	INTRODUÇÃO A ESTATÍSTICA		4	60	60	0	
	REGIMES E FORMAS DE GOVERNO	TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	4	60	60	0	
	ECONOMIA DO SETOR PÚBLICO	INTRODUÇÃO A MACROECONOMIA	4	60	60	0	
	ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO		4	60	60	0	
	DIREITO ADMINISTRATIVO I	DIREITO CONSTITUCIONAL	4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
5º SEMESTRE							
	POLÍTICAS PÚBLICAS I		4	60	60	0	
	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I	TEORIA DAS ORGANIZAÇÕES	4	60	60	0	
	METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA		4	60	60	0	
	TEORIAS E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL		4	60	60	0	
	ELEMENTOS DE DIREITO INTERNACIONAL		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
6º SEMESTRE							
	POLÍTICAS PÚBLICAS II	POLÍTICAS PÚBLICAS I	4	60	60	0	
	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II	TEORIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I	4	60	60	0	
	INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	REGIMES E FORMAS DE GOVERNO	4	60	60	0	
	DIREITO ADMINISTRATIVO II	DIREITO ADMINISTRATIVO I	4	60	60	0	
	CONTABILIDADE PARA O SETOR PÚBLICO		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
7º SEMESTRE							
	SISTEMAS POLÍTICOS COMPARADOS	REGIMES E FORMAS DE GOVERNO	4	60	60	0	
	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL		4	60	60	0	
	DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO	DIREITO CONSTITUCIONAL	4	60	60	0	
	GESTÃO DE PESSOAS PARA O SETOR PÚBLICO		4	60	60	0	
	OPTATIVA II.A.		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
8º SEMESTRE							
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		4	60	60	0	
	REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS		4	60	60	0	
	GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA		4	60	60	0	
	LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO		4	60	60	0	
	OPTATIVA III.A.		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
9º SEMESTRE							
	ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS		4	60	60	0	
	ESTÁGIO SUPERVISIONADO		4				60
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	METODOLOGIA DE PESQUISA CIENTÍFICA	4	60	60	0	
	GESTÃO DE PLANO DE GOVERNO		4	60	60	0	
	OPTATIVA IV.A.		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	240	240	0	60
10º SEMESTRE							
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	8	120	120	0	
	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O SETOR PÚBLICO		4	60	60	0	
	OPTATIVA V.A.		4	60	60	0	
	OPTATIVA VI.A.		4	60	60	0	
	TOTAL PARCIAL SEMESTRAL		20	300	300	0	0
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES							
	ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES		30				450

TABELA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS A SEREM OFERTADAS PARA O CURSO						
CÓDIGO SIGAA	DISCIPLINAS OFERTADAS PELO PRÓPRIO CURSO	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA TEÓRICA (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA PRÁTICA (HORA/AULA)
	POLÍTICA COMPARADA		4	60	60	0
	POLÍTICAS SOCIAIS		4	60	60	0
	TÉCNICAS DE PESQUISA QUALITATIVA		4	60	60	0
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL		4	60	60	0
	CONTROLE SOCIAL		4	60	60	0
	GESTÃO PARTICIPATIVA		4	60	60	0
	POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS		4	60	60	0
	ADMINISTRAÇÃO DE PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL		4	60	60	0
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE		4	60	60	0
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO		4	60	60	0
	POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO		4	60	60	0
	AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS		4	60	60	0
	COMUNICAÇÃO PÚBLICA		4	60	60	0
	INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO		4	60	60	0
	DIREITO REGULATÓRIO COMPARADO		4	60	60	0
	POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA I		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA II		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA III		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IV		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA V		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA VI		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA VII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA VIII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA IX		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIA POLÍTICA X		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO I		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO II		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO III		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO IV		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO V		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO VI		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO VII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO VIII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO IX		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DIREITO X		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DESENVOLVIMENTO I		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DESENVOLVIMENTO II		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DESENVOLVIMENTO III		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DESENVOLVIMENTO IV		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM DESENVOLVIMENTO V		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA III		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IV		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA V		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VI		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA VIII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA IX		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA X		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA I		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA II		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA III		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA IV		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA V		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA VI		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA VII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA VIII		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA IX		4	60	60	0
	TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA X		4	60	60	0
CÓDIGO SIGAA	DISCIPLINAS OPTATIVAS OFERTADAS POR OUTROS CURSOS	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA TEÓRICA (HORA/AULA)	CARGA HORÁRIA PRÁTICA (HORA/AULA)
	LIBRAS I		2	30	15	15
	LIBRAS II		2	30	15	15

ANEXO G – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UERGS

S em	Componente Curricular	Cred	OBIEI	Pré-requisito
1	Produção de Textos e Expressão	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Tecnologia da Informação	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Introdução à Administração Pública	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Economia	4	O	Sem Pré-requisitos
1	Contabilidade Pública	4	O	Sem Pré-requisitos
1	ELETIVA	4	E	
	Subtotal de Créditos	24		
2	Métodos Investigativos	2	O	Produção de Textos e Expressão
2	Teoria Geral de Administração	4	O	Introdução à Administração Pública
2	Custos	4	O	Contabilidade Geral
2	Instituições de Direito	4	O	Sem Pré-requisitos
2	Cálculo	4	O	Sem Pré-requisitos
2	Sociologia	4	O	Sem Pré-requisitos
	Subtotal de Créditos	22		
3	Economia do Setor Público	4	O	Economia
3	Filosofia Política	4	O	Sem Pré-requisitos
3	Administração Pública I	4	O	Teoria Geral da Administração
3	Teoria das Organizações	4	O	Teoria Geral da Administração
3	Matemática Financeira	4	O	Cálculo
3	O Estado Brasileiro e a Administração Pública	4	O	Introdução à Administração Pública
	Subtotal de Créditos	24		
4	Psicologia Organizacional	4	O	Sem Pré-requisitos
4	Financiamento Público	4	O	Economia do Setor Público
4	Estatística	2	O	Cálculo
4	Gestão Financeira e Orçamentária I	4	O	Contabilidade Geral
4	Gestão por Processos	4	O	Teoria Geral da Administração
4	Direito Constitucional	4	O	Instituições de Direito
4	ELETIVA	2		
	Subtotal de Créditos	24		
5	Gestão de Pessoas	4	O	Teoria Geral da Administração; Psicologia Organizacional
5	Políticas no Estado Democrático de Direito	4	O	Administração Pública I; Filosofia Política
5	Gestão Financeira e Orçamentária II	4	O	Matemática Financeira
5	Direito Administrativo I	4	O	Instituições de Direito
5	Estudos Antropológicos	4	O	Sociologia
5	Marketing no Setor Público	4	O	Administração Pública I
	Subtotal de Créditos	24		
6	Inovação	4	O	Administração Pública I
6	Gestão de Operações de Serviços	4	O	Gestão por Processos
6	Mídia e Comunicação	2	O	Sem Pré-requisitos
6	Metodologia da Pesquisa	2	O	Estatística; Métodos Investigativos
6	Planejamento Estratégico e Governamental	4	O	Administração Pública I
6	Direito Administrativo II	4	O	Direito Administrativo I
6	Gestão e Sustentabilidade	4	O	Administração Pública I
	Subtotal de Créditos	24		
7	Estado, Mercado e Terceiro Setor	2	O	Sem Pré-requisitos
7	Projetos Públicos	4	O	Inovação
7	Oficina de Trabalho de Curso I	4	O	Metodologia de Pesquisa
7	Políticas Públicas Comparadas	4	O	Políticas no Estado Democrático de Direito
7	Logística	4	O	Gestão por Processos
7	Direito Regulatório	2	O	Direito Administrativo I
	Subtotal de Créditos	20		
8	Governo Eletrônico	4	O	Tecnologia da Informação
8	Avaliação de Projetos Públicos	2	O	Projetos Públicos; Estatística; Financiamento Público
8	Oficina de Trabalho de Curso II	4	O	Oficina de Trabalho de Curso II
8	Ética e Administração Pública	2	O	Administração Pública I
8	Controle Social	2	O	Direito Administrativo I; Administração Pública I
8	Ciência Política	4	O	Filosofia Política
8	Estágio Curricular Supervisionado	20	O	
8	ELETIVA	4	E	
	Subtotal de Créditos	22		
	A - TOTAL OBRIGATORIO	174		
	B - TOTAL ELETIVOS	10		
	C - ESTÁGIO	20		
	D - ATIVIDADES COMPLEMENTARES	6		
	TOTAL (A+B+C+D)	210		

Disciplinas eletivas

Oferta de Disciplinas Eletivas	CRED	MODALIDE
Gestão do Conhecimento	4	E
Gestão de Serviços, Contratos e Convênios	2	E
Negociação	2	E
Qualidade de Serviços e Atendimento (Qualidade em Serviços Públicos)	2	E
Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação	2	E
Mecanismos Institucionais de Cooperação	2	E
Tópicos Especiais	2	E
Libras	2	E
Conceitos Matemáticos	4	E
Decisão e Liderança	2	E
TOTAL OFERTA ELETIVAS	24	

ANEXO H – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFRRJ

1º Semestre

1º semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 129	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO	4-0	60	
IH 297	FUNDAMENTOS DE MACROECONOMIA	4-0	60	
IH 147	PSICOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	4-0	60	
IC 251	MATEMÁTICA I	4-0	60	
IH 452	ANTROPOLOGIA SOCIAL	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	

2º Semestre

2º semestre

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 122	CONTABILIDADE GERAL I	4-0	60	
IH 159	INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4-0	60	
IH 191	NOÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO	4-0	60	
IC 280	ESTATÍSTICA BÁSICA	4-0	60	
IH 296	FUNDAMENTOS DE MICROECONOMIA	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	

3º Semestre

3º semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 189	DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO	4-0	60	IH 191
IH 431	SOCIOLOGIA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO	4-0	60	
IH 123	CONTABILIDADE GERAL II	4-0	60	IH 122
IH 130	MATEMÁTICA FINANCEIRA	4-0	60	
IH 140	TEORIA E CONTABILIDADE DE CUSTOS	4-0	60	IH 122
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	

4º Semestre

4º semestre

CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 179	DIREITO CONSTITUCIONAL I	4-0	60	
IH 660	GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4-0	60	
TH552	INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4-0	60	
IH 661	GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS	4-0	60	
IH 662	POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	

5º Semestre

5º semestre				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 663	<u>QUALIDADE E PRODUTIVIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO (FOCO NA GESTÃO PÚBLICA)</u>	4-0	60	
IH 664	<u>SISTEMAS DE INFORMAÇÃO I – CONCEITOS, FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO</u>	4-0	60	
IH 207	<u>CONTABILIDADE NACIONAL</u>	4-0	60	IH 296
IH 665	<u>DISCIPLINA INTEGRADORA: ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS</u>	4-0	60	IH 662
	<u>OPTATIVA</u>	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	-

6º Semestre

6º semestre				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 666	<u>PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE ESTADO</u>	4-0	60	
IH 667	<u>RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE</u>	4-0	60	
IH 219	<u>FINANÇAS PÚBLICAS</u>	4-0	60	IH 207
IH 668	<u>DISCIPLINA INTEGRADORA: PROJETO DE CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL</u>	4-0	60	
	<u>OPTATIVA</u>	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	-

7º Semestre

7º semestre				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 669	<u>PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL</u>	4-0	60	
IH 133	<u>ORÇAMENTO PÚBLICO</u>	4-0	60	IH 123
IH 670	<u>GESTÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO</u>	4-0	60	
IH 671	<u>PROJETO DE PESQUISA-AÇÃO</u>	4-0	60	
IH 672	<u>DISCIPLINA INTEGRADORA: GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS</u>	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20-0	300	

8º Semestre

8º semestre				
CÓDIGO	DISCIPLINA	CRÉDITOS	CARGA	REQUISITOS
IH 106	<u>ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</u>	4-0	60	IH 129 e IH 189
IH 673	<u>NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM</u>	4-0	60	
IH 686	<u>ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO</u>	-	330	
IH 674	<u>TUTORIA DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO</u>	4-0	60	IH 671
IH 675	<u>GOVERNANÇA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</u>	4-0	60	
	<u>OPTATIVA</u>	4-0	60	
TOTAL DO PERÍODO:		20	630	

ANEXO I – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA UFF

FORMULÁRIO Nº 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS DISCIPLINAS/ATIVIDADES - PERIODIZAÇÃO				
PERÍODO	DISCIPLINAS/ATIVIDADES DESDOBRADAS	CÓDIGOS	CH	PRÉ-REQUISITOS
1º PERÍODO				
1o Período	Métodos Quantitativos Aplicados I	VAD00047	60	
1o Período	Métodos e Técnicas de Pesquisa	VMD00011	30	
1o Período	Fund. de Administração e Modelos de Gestão	VAD00022	60	
1o Período	Introdução à Sociologia	VMD00010	30	
1o Período	Introdução à Economia	VMD00009	30	
1o Período	Contabilidade Geral	VCO00002	60	
1o Período	Instituições de Direito Público e Privado	VAD00030	30	
	TOTAL		300	
2º PERÍODO				
2o Período	Estatística I	VAD00056	60	Métodos Quantitativos Aplicados I
2o Período	Introdução à Psicologia	VAD00051	30	
2o Período	Fundamentos de Administração Pública	VAD00114	60	
2o Período	Direito Constitucional	VAD00108	30	Instituições de Direito Público e Privado
2o Período	Microeconomia	VMD00012	60	Introdução à Economia
2o Período	Ciência Política I	VMD00015	30	
2o Período	Antropologia Cultural	VMD00013	30	
	TOTAL		300	
3º PERÍODO				
3o Período	Macroeconomia	VMD00007	60	Microeconomia
3o Período	Ciência Política II	VMD00016	60	Ciência Política I
3o Período	Gestão Pública I	VAD00115	60	Fundamentos de Administração Pública
3o Período	Direito Administrativo I	VDI00033	60	Direito Constitucional
3o Período	Gestão de Pessoas no Setor Público	VAD00112	60	Introdução à Psicologia; Fundamentos de Administração Pública
3o Período	Atividades Complementares		30	
	TOTAL		330	
4º PERÍODO				
4o Período	Economia do Setor Público	VMD00018	60	Macroeconomia
4o Período	Adm. Financeira e Orçamentária para Adm. Pública	VAD00200	60	
4o Período	Direito Administrativo II - Licitação e Contratos	VDI00034	60	Direito Administrativo I
4o Período	Informática aplicada a administração	VAD00057	30	
4o Período	Gestão Pública II	VAD00116	60	Gestão Pública I
4o Período	Ética Geral e Profissional para Administração Pública	VAD00201	30	
4o Período	Atividades Complementares		30	
	TOTAL		330	
5º PERÍODO				
5o Período	Introdução às Políticas Públicas	VMD00020	30	Ciência Política II
5o Período	Cultura Política Brasileira	VMD00017	30	Ciência Política II
5o Período	Economia Brasileira Contemporânea	VMD00006	30	Economia do Setor Público
5o Período	Gestão de Processos I	VAD00111	60	
5o Período	Orçamento e Contabilidade Pública	VAD00118	60	
5o Período	Desenvolvimento Regional e Local I - Asp. Econômicos	VMD00019	60	Macroeconomia
5o Período	Atividades Complementares		60	
	TOTAL		330	
6º PERÍODO				
6o Período	Governo Eletrônico	VAD00119	30	
6o Período	Agenda, Formulação e Implantação de Políticas Públicas	VMD00021	60	Introdução às Políticas Públicas
6o Período	Controladoria e Governança no Setor Público	VAD00121	60	
6o Período	Gestão de Projetos	VAD00027	60	Orçamento e Contabilidade Pública
6o Período	Metodologia de Pesquisa	VAD00035	30	Métodos e Técnicas de Pesquisa
6o Período	Desenvolvimento Regional e Local II - Asp. Sociológicos	VMD00014	60	Introdução à Sociologia; Cultura Política Brasileira
6o Período	Atividades Complementares		60	
	TOTAL		360	

7º PERÍODO				
7o Período	Optativa I		30	
7o Período	Indicadores e Avaliação de Políticas Públicas	VMD00022	60	Agenda, formulação e implantação de Políticas Públicas
7o Período	Prática de Pesquisa Social I	VMD00025	30	Metodologia da Pesquisa
7o Período	Gestão de Operações e Qualidade nos Serviços Públicos	VAD00123	60	
7o Período	Gestão de Projetos Sociais I	VAD00127	60	
7o Período	Estágio I	VAD00129	150	
7o Período	Marketing no Setor Público	VAD00113	60	
7o Período	Sociologia das Organizações	VMD00008	30	Introdução à Sociologia
7o Período	Atividades Complementares		60	
	TOTAL		540	
8º PERÍODO				
8o Período	Gestão de Projetos Sociais II	VAD00128	60	Gestão de Projetos Sociais I
8o Período	Estágio II	VAD00130	150	
8o Período	Tecnologia Social I	VMD00024	60	
8o Período	Prática de Pesquisa Social II	VMD00026	60	Prática de Pesquisa Social I (TCC)
8o Período	Estratégia de Mobilização Social	VMD00023	30	Cultura Política Brasileira
8o Período	Optativa II		30	
8o Período	Optativa III		60	
8o Período	Desenvolvimento Sustentável	VAD00125	60	
	TOTAL		510	

Fevereiro/2014

CARGA HORÁRIA TOTAL DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS: 2640 h

CARGA HORÁRIA TOTAL DISCIPLINAS OPTATIVAS: 120 h

CARGA HORÁRIA TOTAL ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 240 h

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 3000 horas

ANEXO J– RELAÇÃO DE EMENTAS DAS DISCIPLINAS SELECIONADAS

Relação de Ementas
EAESP/FGV
Ementa: Gestão Pública no Brasil: Desafios Contemporâneos
<p>A disciplina analisa os problemas da gestão pública no Brasil e as propostas de melhoria introduzidas a partir da Reforma Gerencial de 1995. São identificados os fóruns, atores e debates em torno das propostas, além de traçar um balanço dos avanços e principais desafios à sua implementação. Será dada ênfase às ações direcionadas à macroestrutura, gestão da força de trabalho, orçamento, novos formatos organizacionais e contratualização de resultados.</p>
Ementa: Formação da Administração Pública Brasileira
<p>Conhecer e refletir criticamente acerca da história e da evolução da Administração Pública Brasileira; Conhecer e refletir criticamente acerca do debate a respeito da Reforma do Aparelho do Estado no Brasil</p>
Ementa: Transformação da Esfera Pública, do Estado e da Administração Pública
<p>O tema central da disciplina é a análise da gestão pública contemporânea como um objeto que se realiza numa esfera pública ampliada para além do setor estatal. Neste sentido, pretende-se descrever e compreender como a gestão pública se dá em três dimensões, ao mesmo tempo complementares e conflitivas entre si: o Estado, o chamado Terceiro Setor e as ações derivadas de empresas privadas, como a responsabilidade social e a assunção da prestação de serviços públicos. A comunicação e a coordenação entre os setores constituem os grandes desafios para repensar a gestão pública no século XXI. Serão examinados temas como: a origem do conceito; as diferentes terminologias; as organizações que o compõem e suas diferenças em termos de objetivos e formas de atuação. Espera-se que ao final do curso o aluno consiga refletir sobre as dimensões do espaço público não-estatal e suas implicações no contexto brasileiro.</p>
FJP
Ementa: Administração Pública
<p>A história do pensamento sobre Administração Pública. O modelo burocrático e sua crise. Reforma do Estado e introdução de mecanismos do setor privado na Administração Pública. Princípios da Nova Gestão Pública. As limitações destas inovações e as especificidades do setor público. Inovações e tendências recentes em uma perspectiva comparada. As reformas administrativas no Brasil. Iniciativas de Reforma em Minas Gerais.</p>
Ementa: Gestão Pública no Estado Contemporâneo
<p>As novas tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea, num contexto democrático e como um dos elementos da reforma do Estado. Democracia e governança. Descentralização e desconcentração. Intersetorialidade. Parcerias, redes e participação da sociedade. Responsabilidade pública: as novas formas de accountability. A relação público/privado na produção de serviços públicos. Experiências inovadoras de gestão pública.</p>

UDESC
Ementa: Administração Pública e Sociedade
Administração Pública e Organizações Públicas: Conceito e papel da Administração Pública na sociedade. Significado político, social e econômico da Administração Pública. Evolução histórica dos estudos de Administração Pública. Fundamentos da Teoria da Delimitação dos Sistemas Sociais. Os principais Modelos de Administração Pública. Administração Pública e Co-produção dos serviços públicos O administrador público, a aprendizagem e a co-produção do bem comum.
Ementa: Teoria Geral da Administração Pública
Escolas do pensamento administrativo. Teoria administrativa sob o foco da Administração Pública. Heranças intelectuais e políticas (Weber, Marx, Wilson, Freud, Fayol, Waldo, Simon, Lindblom etc.) Tradições do estudo de Administração Pública: Administração Pública antiga, gerencialista e novo serviço público. Dicotomias: entre política e administração, entre teoria e prática, entre fato e valor etc. Administração dos valores publicamente definidos (eficiência, democracia, justiça etc).
Ementa: Administração Pública I
Modelos de Gestão Pública: patrimonialista, burocrático, gerencialista e da co-produção. Administração Pública no Brasil: estrutura da administração direta e indireta. As reformas na Administração Pública Brasileira e suas estratégias. Noção de Serviço Público: caracterização tipologia e significado. O gerenciamento do serviço público: funções administrativas. Planejamento, Organização, Liderança e Controle. Tipos de serviços públicos e suas particularidades.
Ementa: Administração Pública II
Mudança e aprendizagem nas organizações. A intervenção e o diagnóstico nas organizações públicas. As diferentes dimensões nas organizações públicas: dimensão técnica, dimensão psicossocial, dimensão cultural e dimensão política. Indicadores de desempenho em cada uma das dimensões. A implementação de mudanças. Modelos de gestão e metodologias para melhoria dos serviços públicos: qualidade total, reengenharia, sistemas de ouvidoria, BSC, cartas de serviço, avaliação da satisfação dos usuários, benchmarking, parceria público/privadas.
Ementa: Administração Pública III
Administração Pública e Cultura Política Brasileira: história e particularidades. Análise comparada da reforma administrativa no Brasil: princípios e estratégias. Panorama internacional de sistemas de governança e Administração Pública. Organizações econômicas internacionais e sua influência no Estado Brasileiro (FMI, Banco Mundial, Gatt, OMC, Comunidade Européia, ONU, OCDE, Mercosul, etc.). Políticas comerciais, financeiras e monetárias. Relação Norte e Sul. Estruturas de interface governamental.
UNESP
Ementa: Teorias Organizacionais e Administração Pública
Estudo de tipologias das organizações; A questão do poder nas organizações; As organizações como sistemas abertos; Os modismos empresariais e seu impacto na Administração Pública

Ementa: Teoria da Administração Pública
O estudo da Administração Pública: formação e desenvolvimento da área. Possibilidades da teoria e aplicação de novos modelos na Administração Pública. Administração Pública: desenvolvimentos recentes no campo da teoria e da prática. Panorama dos estudos em Administração Pública na atualidade. Modelos teórico-conceituais de Administração Pública. Tendências na pesquisa em Administração Pública. Perspectivas para o profissional da Administração Pública
UERGS
Ementa: Introdução à Administração Pública
Componente curricular de caráter teórico que visa oferecer aos alunos conhecimento introdutório sobre a Administração Pública, o Papel do Estado na Sociedade, a Participação Popular e o Papel do Gestor Público, a partir do conhecimento do processo administrativo básico, comum às organizações: Planejamento, Organização, Direção e Controle das áreas funcionais (finanças, recursos humanos, marketing e administração de materiais e serviços) nas organizações públicas.
Ementa: Administração Pública I
Componente curricular de caráter teórico-prático que visa o estudo da Administração Pública como indutora do desenvolvimento econômico e social sustentável, abordando: os modelos de Administração Pública Patrimonialista, Burocrática e Gerencial.
UNILA
Ementa: Fundamentos da Administração Pública
Estado e Administração Pública: conceitos e relações. Política e Administração Pública: conceitos e relações. Público e Privado: conceitos e relações. Modelos e experiências de Administração Pública no Mundo
Ementa: Teoria da Administração Pública I
Evolução da Administração Pública na América Latina: modelos patrimonialista, burocrático e gerencial. Administração Pública nas Constituições Latino-Americanas. Reformas Administrativas na América Latina. Representação e Participação na Administração Pública.
Ementa: Teoria da Administração Pública II
Contexto contemporâneo da atuação do Estado na América Latina. Novos movimentos teóricos na Administração Pública da América Latina. A Administração Política: bases epistemológicas, método e objeto. Gestão Social: bases epistemológicas, construção do conceito, racionalidade substantiva. Administração Política e Gestão Social na América Latina: análise de casos aplicados. Pesquisa em Administração Pública.

UFF
Ementa: Fundamentos da Administração Pública
Administração Pública: conceituação e histórico. a formação do administrador público. conceitos estruturantes: estado, nação, governo, democracia, cidadania, pobreza, participação, corrupção, controle social, público e privado. estrutura e princípios da Administração Pública brasileira: eficiência, eficácia e efetividade no setor público. introdução à reforma do estado. introdução ao pensamento de guerreiro ramos.
Ementa: Gestão Pública I
Introdução: o que é Administração Pública?; a sociologia da dominação de max weber; modelos de Administração Pública: patrimonialismo, burocracia, gerencialismo e a vertente societal; modelos de Administração Pública e o contexto brasileiro
Ementa: Gestão Pública II
Administração Pública gerencial: base teórica; desdobramentos e limitações da Administração Pública gerencial; gestão social; gestão participativa; Administração Pública e o novo serviço público. Experiências e inovações no campo da Administração Pública.
UFRRJ
Ementa: Introdução à Administração Pública
Conceito de Administração Pública. Administração de Pessoal. Patrimônio Público. Organizações da Administração Pública. Planejamento Governamental.